

TURISMO, PATRIMÓNIO E INTERCULTURALIDADE

Coordenadores

Fernando Magalhães

Margarida Franca

Maria da Graça Poças Santos

Ricardo Vieira

Bruno Ferreira



TURISMO, PATRIMÓNIO E INTERCULTURALIDADE

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Presidente
Carlos Rabadão

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS **INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA**

Diretor
Pedro Gil Frade Morouço

Conselho Editorial e Científico

Ana Maria das Neves Vieira
(CICS.NOVA - Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Bruno José Ferreira Mendes
(Instituto Superior de Educação e Ciências, Portugal)

Cezarina da Conceição Santinho Maurício
(Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Fernando Paulo Oliveira Magalhães
(CRIA – ISCTE E CIEQV - Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

José António Duque Vicente
(Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Margarida Maria Fernandes Henriques da Cunha Miranda da Franca
(Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Maria da Graça Lopes da Silva Mougá Poças Santos
(CICS.NOVA - Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Luciana Ferreira da Costa
(Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Ricardo Manuel das Neves Vieira
(CICS.NOVA - Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Silvana Pirillo Ramos
(Universidade Federal de Alagoas, Brasil)

FICHA TÉCNICA

Título: Turismo, Património e Interculturalidade

Coordenadores: Fernando Magalhães, Margarida Franca, Maria da Graça Poças Santos, Ricardo Vieira, Bruno Ferreira.

Grafismo e Composição: Fernando Magalhães, Maria da Graça Poças Santos, Joana Mineiro.

Edição: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria.

Capa: Joana Mineiro.

Revisão: Adelaide Ferreira.

Imagem da capa: Maria da Graça Poças Santos.

ISBN: 978-989-8797-98-8

DOI: <https://doi.org/10.25766/f1w3-fd08>

Agosto de 2023

©2023, Instituto Politécnico de Leiria



Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLLeiria



Centro de
Investigação em
Qualidade de Vida

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA Rede de Pesquisa e (In)Formação em
Museologia, Memória e Patrimônio

Índice

Apresentação	7
Fernando Magalhães	
Margarida Franca	
Maria da Graça Poças Santos	
Ricardo Vieira	
Literacia Turística: a mediação e sua importância para o conceito	12
Sandra Côrtes-Moreira	
Universidad de Huelva	
M. Amor Pérez-Rodríguez	
Universidade de Huelva	
Gabriela Borges	
Universidade do Algarve	
Miguel Lopes-Neto	
Universidad de Huelva	
Santiago Tejedor	
Universidad Autónoma de Barcelona	
A Senhora da Saúde em Belide – memórias(s) e identidade(s): a educação social como instrumento de cidadania e desenvolvimento comunitário local	47
Bruno Ferreira	
Escola de Educação e Desenvolvimento Humano/ISEC LISBOA	
CEAD – Centro de Investigação em Educação de Adultos e	
Intervenção Comunitária	
Universidade do Algarve	

Rota pelo Património Cultural do Centro Histórico de Leiria	102
--	------------

Carina Pinheiro

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

Isaura Francisco

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

Ricardo Henriques

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

A transformação do Património Histórico em Oferta Turística criativa na formação de futuros técnicos de Turismo	137
--	------------

Sara Vidal Maia

Escola Superior de Educação de Coimbra
Instituto Politécnico de Coimbra

Manuela Cunha

Ceis XX
Universidade de Coimbra

História Local: um contributo para a diversidade cultural	156
--	------------

Jéssica Marques

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria
Instituto Politécnico de Leiria

Catarina Mangas

CICS.NOVA.IPLeiria, CI&DEI, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria
Instituto Politécnico de Leiria

Dina Alves

CHSC-Universidade de Coimbra, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria
Instituto Politécnico de Leiria

O Ritual Museológico, Turismo e Educação Intercultural 173

Fernando Magalhães

CRIA/ISCTE e CIEQV - Escola Superior de Educação e Ciências

Sociais de Leiria

Instituto Politécnico de Leiria

Decolonialidade e Património 185

Inês Santos

Apresentação

Este livro agrega vários capítulos, unidos sobre a temática geral do turismo, património e interculturalidade. São três conceitos que se cruzam, no contexto das sociedades em que vivemos neste século XXI. São, também, centrais na conjuntura sociocultural atual, uma vez que constituem produtos e, simultaneamente, produtores da globalização. As origens do turismo, tal como o concebemos na atualidade, remontam aos séculos XVIII e XIX. O turismo deve o seu desenvolvimento ao aparecimento de uma modernidade assente no novo quadro iluminista, em que a partir do paradigma técnico-científico, as atividades económicas tiveram um desenvolvimento sem precedentes, transformando a acumulação de capital e o tempo livre, em bens ao alcance das massas populacionais. A partir daqui, desenvolvem-se as viagens turísticas incrementando, num movimento sem precedentes, os contactos interculturais. Todo o tipo de turismo, cultural, balnear, ou outro, acaba por envolver encontros entre populações diversas, cujas marcas identitárias estão gravadas no seu património cultural, material ou imaterial. O conceito de património cultural é, também, moderno e surge no século XVII, como ferramenta desenvolvida e utilizada pelas elites políticas, que o passam a utilizar para construir a noção de identidade nacional e da cidadania.

No século XXI, o património cultural assume uma importância sem precedentes, na medida em que é um dos principais meios de representação das particularidades culturais locais, num mundo globalizado. Deve servir como uma ponte entre anfitriões e visitantes, promovendo em ambos uma interculturalidade.

No primeiro capítulo deste livro, denominado “Literacia turística: a mediação e sua importância para o conceito”, os autores “partindo da conceção de que a literacia é uma prática social contínua, holística, realizada em ambientes formais e informais e relacionada com qualquer aspeto da nossa vida e da cidadania e considerando o processo porque passa o viajante como educacional, implicando, não apenas todos

com quem contacta, mas os meios de comunicação que usa e o desenvolvimento de competências específicas (...), realizaram uma investigação, com objetivo compreender as Competências em Tourism Literacy (CTL) e propor uma definição do conceito, que seja trabalhado e abordado pelos investigadores e permita a melhoria da comunicação nesta área (Côrtes-Moreira, 2023).

Em “A Senhora da Saúde em Belide – memórias(s) e identidade(s): a educação social como instrumento de cidadania e desenvolvimento comunitário local”, Bruno Ferreira analisa a Romaria à Senhora da Saúde em Belide como uma festividade popular com tradições seculares, frequentada por gentes de toda a região do Baixo Mondego. A passagem de testemunhos intergeracionais através das memórias coletivas, fazem com que este evento seja um marco identitário local, e neste sentido, a Educação Social assume o contributo na promoção de uma cidadania plena em torno do desenvolvimento comunitário local, numa relação educativa vincada na intensificação das relações comunitárias, transmitindo legados patrimoniais que tornam o povoado mais coeso e dinâmico.

No terceiro capítulo, intitulado “Rota pelo Património Cultural do Centro Histórico de Leiria, Carina Pinheiro, Isaura Francisco e Ricardo Henriques desenvolveram um projeto em que se pretende valorizar a zona histórica de Leiria e o seu património, quer pela sua arquitetura, como pela sua história adjacente ou mesmo pela cultura intrínseca a uma cidade com séculos história.

Nesta perspetiva, procederam à identificação e descrição de diversos espaços na zona histórica de Leiria, incluindo desde os mais conhecidos como o Castelo de Leiria até à Casa Eça de Queirós, atualmente degradada, mas com grande importância literária. A partir destes espaços, criaram duas rotas: a rota religiosa, refletindo sobre a importância da presença de referências religiosas entre judeus e cristãos; e a rota artística, centrada no aspeto artístico de uma cidade de artes

muitas vezes despercebidas. Foi então criada uma aplicação móvel com recurso à extensão “Google Maps”, sendo oferecido ao utilizador um mapa apontando o património artístico cultural da cidade, de forma a garantir uma experiência dinâmica onde o visitante terá de ir aos respetivos locais fisicamente, e, ao chegar lá, será notificado, podendo ler e saber mais sobre esse determinado local na aplicação e em tempo real.

Através deste meio é transmitida informação acessível e pensada para o mundo atual, conectando a tecnologia com a cidade de Leiria. Esta aplicação foi pensada para incluir outras cidades, projetos ou eventos.

Em “A Transformação do Património Histórico em oferta turística criativa na formação de futuros técnicos de turismo”, Sara Vidal Maia e Manuela Cunha referem que o conceito de património histórico apresenta uma evolução conceptual ao longo do tempo, desenvolvendo, a partir do século XX, uma relação acentuada com a indústria do turismo. Hoje compreendemos que o êxito da atividade turística se encontra, muitas vezes, relacionado com a vertente cultural e/ou patrimonial. Contudo, o património cultural não fala por si só e precisa da História, dos historiadores e dos técnicos de turismo para transmitir a sua mensagem aos turistas e visitantes. Reconhece-se que a importância do património histórico na atividade turística está dependente da consciência e interpretação históricas na formação dos futuros técnicos de turismo e como estes abarcam o desafio de comunicar o património. É neste sentido que podem ser criadas e aplicadas ferramentas criativas como estratégias diferenciadoras da oferta turística. No seu capítulo, discutem a importância de transformar um objeto/bem histórico-cultural num produto turístico-cultural, cumprindo, para isso, dois requisitos fundamentais: contar uma história e proporcionar uma experiência.

No capítulo “História Local: um recurso educativo promotor da diversidade cultural”, Jéssica Marques, Catarina Mangas e Dina Alves apresentam uma proposta didática implementada no âmbito do Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Português, História e

Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Politécnico de Leiria, na Unidade Curricular de Prática Pedagógica (PP) em 1.º CEB II. O estágio supervisionado foi realizado no 1.º Ciclo do Ensino Básico, numa turma de 3.º ano, pertencente a uma escola pública de Leiria, de meio urbano. Os 20 alunos da turma apresentavam idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos de idade, e são provenientes de quatro países diferentes. Por ausência de alguns elementos, participaram 16 alunos no estudo realizado. As autoras pretenderam entender a importância do ensino da História Local, com foco no património, como estratégia para o fomento do ensino intercultural.

No penúltimo capítulo do livro, Fernando Magalhães apresenta um texto em que pretende dar a perceber a relação entre museus, ritualidades, turismo e interculturalidade. O museu, inserido no turismo cultural e criativo, apresenta-se como uma ferramenta útil para o entendimento intercultural entre anfitriões e visitantes, tanto do passado, como do presente.

Neste contexto, o museu enquanto ritual, constitui um meio capaz de proporcionar o entendimento e o diálogo intercultural. O autor pretende aplicar os conceitos da ritualização ao museu, para que este possa ter um papel fundamental na promoção de um diálogo fértil e profícuo tanto da parte do turista, como do visitado. O objetivo último é desconstruir conceitos como autenticidade cultural, entre outros, que aprisionam visitados em terrenos e gaiolas “anacrónicas”, e servem de terreno fértil à conceção de estereótipos e estigmatização dos grupos visitados pelos turistas.

Em Decolonialidade e Património, Inês Santos aborda o colonialismo encarado como algo que exerce a sua influência num plano mais internacional e complexo, incluindo o redirecionamento do foco de estudo para a atividade colonial dos impérios espanhol e português do séc. XV. Tendo isto em conta, a decolonialidade é particularmente

interessante do ponto de vista nacional e, no âmbito cultural, pertinente para a reflexão sobre o património relacionado com o período dos “Descobrimentos”. É, nesta pesquisa, dada particular atenção ao património cultural material (móvel e imóvel) nos espaços públicos, como a estatuária ou a arquitetura urbanística.

Os capítulos que compõem esta obra foram sujeitos a revisão cega por pares, consolidando assim a sua qualidade científica. Agradecendo às instituições envolvidas, informamos que este livro teve o apoio direto da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, do CRIA/ISCTE – Centro em Rede de Investigação em Antropologia e do CICS.NOVA–Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

Fernando Magalhães
Margarida Franca
Maria da Graça Poças Santos
Ricardo Vieira
Bruno Ferreira

Literacia Turística: a mediação e sua importância para o conceito

Sandra Côrtes-Moreira

Universidad de Huelva/CIAC

<https://orcid.org/0000-0003-4067-3501>

M. Amor Pérez-Rodríguez

Universidad de Huelva/Grupo Comunicar

<https://orcid.org/0000-0001-8312-5412>

Gabriela Borges

Universidade do Algarve/ CIAC

Observatório da Qualidade no Audiovisual

<https://orcid.org/0000-0002-0612-9732>

Miguel Lopes-Neto

Universidad de Huelva

<https://orcid.org/0000-0003-0211-344X>

Santiago Tejedor

Universidad Autónoma de Barcelona

<https://orcid.org/0000-0002-5539-9800>

Resumo

O que transforma um turista em alguém que sabe sobre viagens, sobre o que envolvem, desde o momento em que prepara a saída, que experimenta e que, regressando, conta o que viu/enriqueceu? Partindo da conceção de que a literacia é uma prática social continua, holística, realizada em ambientes formais e informais e relacionada com qualquer aspeto da nossa vida e da cidadania e considerando o processo porque passa o viajante, implicando, não apenas todos com quem contacta, mas os meios de comunicação que usa e o desenvolvimento de competências

específicas, realizamos uma investigação, que, partindo dos modelos de Pérez-Rodríguez e Delgado-Ponce (2012), Ferrés e Piscitelli (2012) e Scolari *et. al.* (2018), tem como objetivo compreender as Competências em Tourism Literacy (CTL) e propor uma definição do conceito, que seja trabalhado e abordado pelos investigadores e permita a melhoria da comunicação nesta área. A mediação ganha uma importância estratégica na definição das CTL, já que qualquer interveniente no processo turístico assume o papel de mediador, de educador não formal, que estabelece a ligação entre todos e orienta a sua ação para o desenvolvimento integral do ser humano. Quem serão esses mediadores? O turista, as OGDs, os media, os anfitriões, partindo da premissa que este é um processo nunca terminado, em que se prepara, experimenta e aprende, ou, como diz Tejedor (2021), se vai, olha e, sobretudo, entende. Ou seja, é um processo educomunicativo.

Palavras-Chave

Literacia Turística; meios de comunicação; mediadores; educomunicação.

Introdução

Partimos, para esta investigação, questionando-nos sobre o que pode transformar um turista em alguém que sabe acerca de viagens. O que nos leva a considerar um turista como competente e capaz de desenvolver as tarefas que estão associadas às várias fases que entendemos fazerem parte da viagem – preparar, realizar, contar, repetir? E serão somente os turistas que se envolvem neste processo, ou todos os que estão implicados, de algum modo, em algo que diga respeito a esta área de atividade?

Tendo como premissa estas ideias, bem como a observação pessoal e empírica, realizada ao longo de muitos anos como viajantes e como investigadores na área da comunicação e Literacia Mediática, ficou-nos a percepção muito clara de que este processo resulta em aprendizagem/s permanente/s, redundando numa melhoria dos fatores implicados na preparação de uma viagem, ou no acolhimento aos turistas.

Deu-nos, ainda, a possibilidade de perceber que não são apenas os turistas a envolverem-se neste ato, mas os canais de comunicação usados para se ligarem todos os envolvidos neste tipo de relações, bem como os agentes de Turismo, anfitriões, entidades que possam ter algum papel na promoção, ou definição de estratégias nesta área e que concorrem para, ou participam dessas aprendizagens.

Considerando, pois, que no tempo presente a formação do conhecimento é algo contínuo e voltado para a construção permanente, holística, sendo gerado no próprio processo de comunicação e pelos meios nele utilizados; considerando que essas aprendizagens ocorrem em ambientes não formais e informais, com os pares; e, também, que as competências hoje definidas como importantes para se ser literato são muito diferentes e dinâmicas (Sefton-Green, 2013 e Scolari, 2018), o processo que envolve todos os participantes na indústria do Turismo é, também ele, educativo e promotor de um saber próprio desta área de

atividade, que os seus participantes podem desenvolver e que lhes é característico.

Os meios de comunicação (usados para a circulação do conhecimento, mas tidos, igualmente, como espaços de vida e de socialização, segundo Aguaded, 2005), condicionam as nossas representações e permitem-nos veiculá-las, transformando-se, desse modo, a comunicação e os meios por ela empregues, no suporte da formação de conhecimento, pois vivemos na rede e encaramo-la como um ambiente, no qual a convergência (de plataformas, de aspetos relacionados com produção e consumo, hibridação de géneros e novos valores, de tempo atemporal e espaço de fluxos) e o facto de sermos *prosumers/producers* (Tofler, 1981, Kotler, 1986 e Bruns, 2006,), torna cada vez mais complexa e líquida a forma como veiculamos o nosso pensamento, emoções, experiências, etc. (Castells, 2002, Bauman, 2000). Mas, mais do que isso, integrar no nosso quotidiano a comunicação e todas as potencialidades, redes, plataformas que a mesma nos oferece, acaba por a transformar no maior suporte de desenvolvimento de conhecimento contemporâneo.

Ou seja, nesta nova ecologia mediática, qualquer momento, gesto, ou decisão – incluindo as que os turistas e todos os envolvidos no processo turístico tomam – nos coloca perante um sistema educomunicativo, que está intimamente associado a diversos tipos de

literacia (cultural, ambiental, etc.), mas, particularmente, à literacia mediática e a todos os aspetos da nossa cidadania. Somos, simultaneamente, como dizia Paulo Freire (2007), sujeitos do conhecimento e sujeitos aprendentes. Assim sendo, todos os que assumem um papel na indústria turística poderão ser vistos como mediadores e responsáveis por estimular, facilitar, promover aprendizagens.

Partindo do conceito de Literacia Mediática e de que o processo de aprendizagem é, como já mencionámos, contínuo e holístico (Chakrabarty, 2020), ocorrendo em todos os ambientes, podemos considerar a possibilidade de existência de uma Literacia Turística/*Tourism Literacy* (doravante LT/TL).

Esta investigação procura, precisamente, sistematizar o que será esta literacia específica, que competências implica, conhecendo de forma mais aprofundada o papel dos mediadores de Turismo enquanto elementos participantes deste processo educomunicativo.

Neste artigo daremos conta da forma como estamos a trabalhar, no sentido de propor um elenco de Competências associadas à Literacia Turística (doravante CLT) e da fase de trabalho em que nos encontramos. Partimos dos modelos conceptuais propostos por Pérez-Rodríguez e Delgado-Ponce (2012), Ferrés e Piscitelli (2012) e Scolari et. al. (2018), para conhecer as práticas comunicacionais de três mediadores

portugueses (Região de Turismo do Algarve - RTA, Associação de Turismo do Algarve - ATA e Município de Faro), com atividade na região mais turística do país - o Algarve -, na qual o Turismo é uma atividade que ocupa grande parte dos residentes. Procuraremos identificar habilidades destes mediadores ao nível do Conhecimento, Compreensão e Expressão, que em fase posterior desta investigação, nos permitirão, através da análise dos produtos mediáticos difundidos nas redes sociais destas instituições, apontar dimensões e indicadores para análises mais generalizadas, feitas a partir de novos conteúdos e de outros mediadores. No fundo, o ponto central deste artigo é, precisamente, poder demonstrar, com os dados disponíveis no momento investigativo no qual nos encontramos e através da análise feita na Revisão de Literatura (doravante RL) e dos dados recolhidos por meio de entrevistas efetuadas aos mediadores atrás referidos, qual a importância dos mediadores neste processo, quem poderão ser e centrarmo-nos na sua importância para o conceito que propomos.

Em fase seguinte, realizaremos uma análise qualitativa dos referidos produtos mediáticos, segundo proposta desenvolvida por Borges e Sigiliano (2021), investigadoras do Observatório da Qualidade no Audiovisual da Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil e da Universidade do Algarve/Portugal, centrando-nos, pois, numa triangulação metodológica.

Revisão teórica

Importa considerar que o conceito de LT/TL não foi formalizado de modo científico, existindo somente artigos na imprensa e, em Portugal, alguns investigadores do Instituto Politécnico de Tomar fizeram uma abordagem do tema, mas sem uma estruturação que nos permita sistematizá-lo como um conceito. Outros investigadores, de diversas áreas, abordaram questões que tocam a ideia, mas sem nunca chegar a uma definição fechada. Tal noção resulta da RL realizada e que nos permitiu conhecer alguns dos autores e noções que podem ter alguma relação com o trabalho que ora realizamos.

Jiménez et al. (2013, pág. 277), por exemplo, mencionam o tema "Alfabetizar o Turista no Destino", ou seja, a aceitação, pelo turista, de que a realidade social/cultural do lugar onde viajou se tornará sua, convertendo-se, esse mundo "estrangeiro", em algo que lhe pertence, através de um processo que envolveria "aprender a leer la complejidad de la realidad con la que se está relacionando". O processo assentaria nos aspetos ligados aos valores e à ética, no respeito pelos lugares, pela sua gente e, mais que tudo, pelo ambiente, sendo visto como multi-referenciado, relacional e realizável através da animação turística, por estes autores, que consideram estas aprendizagens como uma alfabetização marcadamente sócio-ecológica. Apontam os destinos como "livros dinâmicos", que facilitam a leitura da realidade e refletem a

complexidade dos lugares, sendo o turista o beneficiário da interiorização do conhecimento e do desenvolvimento pessoal gerado pela solidariedade, resultante do estabelecimento de relações entre todos os participantes. Destacamos o facto de estes investigadores evidenciarem a importância da alfabetização no turismo. Todavia, o seu âmbito de análise não é inteiramente o que se propõe nesta investigação, ainda que toque questões que importam reter, nomeadamente as relacionadas com a ética e a sustentabilidade.

No âmbito da Geografia, foi conceptualizado um conceito específico: "Alfabetização Geográfica Turística" a partir da "Alfabetização Geográfica" (desenvolvido pelo programa "Luta contra a Iliteracia Geográfica" da National Geographic Society). Este relaciona-se com fatores como a capacidade de um turista compreender, processar e utilizar "dados geoespaciais" (que inclui não só a capacidade de ler/interpretar dados cartográficos, topografia, mas também economia, seleção de atrações a visitar e descoberta de rotas/caminhos a percorrer). Mais uma vez, a proposta toca aspetos que serão operacionais para a LT/TL, mas não a definem no seu todo.

A *Unique Visionary Empowerment* (2020), empresa que se dedica a uma panóplia de Literacias, menciona uma "Travel & Tourism Literacy", destacando como competências indispensáveis ao turista e empreendedores nesta área a capacidade de planejar e gerir um itinerário,

saber onde vai ficar, quais as condições de segurança, como chegar ao destino, o que fazer lá, com quem vai interagir e que orçamento precisa para fazer tudo o que planeou. Liga, ainda, as competências de transporte, comunicativas e mediáticas, com as competências que os envolvidos no processo turístico precisam de pôr em prática, realçando que este tipo de alfabetização inspira e empodera os seus detentores, sobretudo quanto na utilização de recursos mediáticos, já que aponta estes meios como muito importantes para o planeamento/realização de qualquer atividade turística.

Elliott (2019), jornalista do *The Washington Post* especialista em questões de viagens, usa a terminologia “travel literacy”. Menciona a necessidade de segurança sentida pelos turistas, que só é alcançada quando estes recolhem/acedem a boa informação e se preparam, através desse processo, para a viagem. Identifica estratégias para essa preparação: a leitura de livros, a procura de grupos em redes sociais para debate de temas de viagens, a visualização de filmes e documentários, ou, mesmo, a aprendizagem de uma língua.

Ambos apontam aspetos que serão da maior importância para o conceito que pretendemos formalizar e que completam dimensões propostas pelos autores anteriores.

Curtis (2013), por seu lado, versa a questão da literacia tradicional (saber ler), com relação à utilização e criação de "Travel Books".

Os investigadores que trabalham no projeto MOVTOUR, coordenado pelo Instituto Politécnico de Tomar, definem a “Literacia Turística” da seguinte forma (Maria Potes Barbas, comunicação pessoal, 2020):

Procuramos definir Literacia Turística como a capacidade de um indivíduo, mais concretamente um visitante, em desenvolver uma atividade turística, de acordo com um conjunto de conhecimentos, que o capacitam a realizar escolhas adequadas para satisfazer as suas necessidades, assim, como as do local que visita, compreender a importância de gerir de forma sustentável e valorizar os recursos com os quais interage (naturais, histórico-culturais, socioeconómicos), contribuindo para um desenvolvimento turístico de qualidade.

Sendo este o conceito que mais se aproxima do que pretendemos que fique expresso como LT/TL, parece-nos relevante reforçar que a própria noção de literacia não pode ser entendida como um conjunto desconexo e descontextualizado de competências de codificação e descodificação, mas como um ato do qual resulta uma familiaridade com práticas específicas de literacia/alfabetização, formas particulares de produzir e utilizar textos escritos (Papen, 2010, pág. 33), ou outros sinais para atingir objetivos sociais. Nesse sentido e não descurando a ideia de

estarmos perante uma proposta que oferece uma ligação clara com uma multiplicidade de Literacias (cultural, geográfica, socio-ecológica, mediática, etc.), o próprio ato de viajar pode ser uma forma de atingir a literacia – neste caso, turística -, porque ambos os processos implicam o tal desenvolvimento/aplicação de competências, possibilitadoras da compreensão, comunicação e relação em determinados contextos. Ou seja, o seu resultado são aprendizagens, decorrentes do estabelecimento de relações mediadas, que envolvem, não apenas as pessoas, mas a comunicação e os meios, plataformas e redes ao dispor de todos. Amiro (2009, pág. 14) diz:

To travel thoughtfully is to “read and write” your own adventure and creating your own meaningful experience. To read and write thoughtfully is to create meaning by traveling with and through text to various “places” geographically, emotionally, intellectually, and conceptually. There are as many different ways to travel as there are stories to read and write. The processes involve surprise, adventure, creating your own stories and participating in others’ stories, experiencing a range of emotions from inspiration to frustration to curiosity, finding novelty, and facing a number of challenges to your beliefs and your energies. Literacy learning is a process of learning to become at home in a world we both choose and are given (Neilsen, 1989), and similarly traveling is learning to find home in unfamiliar places, to make, as anthropologist Clifford Geertz (1973) has said, the strange familiar and the familiar strange.

Propõe-se, doravante, que se utilize a designação LT/TL, para o fenómeno em análise, pois tal terminologia contempla a dimensão educomunicativa, que se entende específica desta literacia.

Metodologia

A presente investigação pretende, primeiramente, descrever as características do que será esta LT/TL, estabelecendo as CLT que permitam aferir se um mediador, ou um turista são proficientes a este nível. Procurar-se-á, ainda, conhecer e identificar os processos educomunicativos aplicados na construção de um grau de Literacia Turística de mediadores algarvios, partindo das seguintes questões de investigação:

- O que é a Literacia Turística?
- Que competências revelam os titulares de Literacia Turística?

Como questões secundárias, diretamente ligadas a um melhor conhecimento dos mediadores e do seu papel, consideramos:

- Existem, nos produtos mediáticos e no discurso das entrevistas realizadas aos mediadores, sinais da presença da Literacia Turística?
- Que estratégias de comunicação dos mediadores são demonstrativas da existência destas competências e conducentes à criação das mesmas nas suas audiências?

Assim, após uma RL (técnica de investigação qualitativa, que estabelece os fundamentos conceptuais e de significado de qualquer estudo), cujos resultados ficaram expressos no ponto anterior (e nos permitiram aprofundar a Literacia Mediática e modelos de competências a ela associados), encontramos-nos na fase de definição dos âmbitos, dimensões e indicadores, que permitam estabelecer um mapa conceptual sobre quais as principais características dos possuidores deste tipo específico de Literacia. Como proposta metodológica, partimos de uma primeira abordagem aos mediadores através da realização de uma entrevista estruturada, com base num guião de perguntas específicas (Hernández-Sampieri, Fernández-Collado e Lucio, 2006, pág. 597- 605). Recorrendo a diferentes tipos de questões (gerais, para exemplificar, estruturais, de contraste), este instrumento teve como finalidade obter uma visão sobre as prioridades em termos estratégicos destes mediadores, aquando do planeamento/execução dos processos comunicativos nas suas instituições.

Os guiões partiram de uma primeira análise do que poderiam ser as principais dimensões e âmbitos das CLT, definidas com base nos modelos referidos. Consideramos, assim, os âmbitos do Conhecimento, Compreensão e Expressão como ponto de partida para a preparação deste instrumento de recolha de dados.

Os guiões e pedidos de respostas foram enviados por e-mail, a cada um dos representantes indicados pelas instituições (ligados às áreas de planeamento estratégico de Turismo, marketing/comunicação). Todos responderam por escrito:

Tabela 1 – Dados de realização das entrevistas

Entidade	Data da entrevista	Respondente
RTA	04/11/2021	Técnica Núcleo de Planeamento, Comunicação, Imagem e Qualidade
ATA	15/11/2021	Diretor Executivo
Câmara Municipal de Faro	23/11/2021	Vereador de Turismo da Câmara Municipal de Faro

Fonte: Elaboração própria

Os objetivos capitais a alcançar com o instrumento eram os seguintes:

- a) Saber se os mediadores em causa se preocupam com a visão final do seu público sobre questões de comunicação e as suas instituições, bem como sobre a região;
- b) Identificar se contemplam estratégias de educomunicação no desenvolvimento dos seus produtos mediáticos;
- c) Identificar que estratégias valorizam para a implementação deste processo;

- d) Verificar que tipo de mensagens criam e divulgam nos seus canais de comunicação.
- e) Esta primeira abordagem e as ideias e visões recolhidas, depois de sistematizadas, levaram ao aprofundamento dos conceitos adquiridos durante a RL e ao desenvolvimento da proposta de CLT, que possibilite estabelecer um mapa conceptual, sobre quais as principais características dos possuidores desta Literacia.

Este mapa procura refletir a preocupação de fixar uma possibilidade de aferir as habilidades destes sujeitos envolvidos na investigação, mas não só: deseja-se que possa ser usado, em fases posteriores (inclusive, no futuro, por outros investigadores), no estudo e conhecimento sobre a Literacia Turística de qualquer *stakeholder*. Depois de finalizada, a proposta será apresentada e validada por peritos da área de Literacia Mediática e do Turismo, usando-se como referencial base.

Discussão

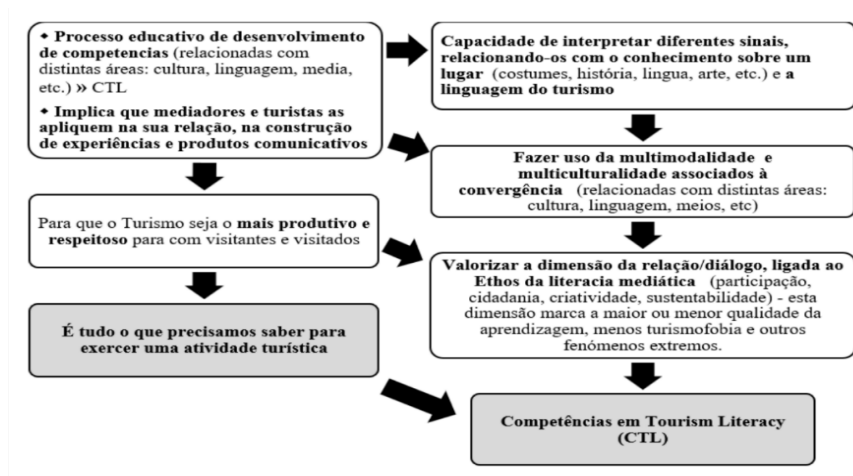
O Conceito de LT/TL

Recordamos o que anteriormente referimos: estamos perante um panorama, na contemporaneidade, em que a informação e o conhecimento, para o bem e para o mal (na perspetiva, por exemplo, de Han, 2022), é matéria-prima, ferramenta de trabalho, modo de conhecer públicos, enfim, possibilita a existência de uma ecologia mediática rica,

marcada por práticas sociais diversas, holísticas e contínuas, presentes no quotidiano e na cidadania, realizando-se em ambientes formais e informais.

Partindo de tais pressupostos, definimos LT/TL assim:

Gráfico 1 – O que é a LT/TL?



Fonte: Elaboração própria

Se este processo implica uma relação com outras literacias – e no caso, muito especificamente com a Literacia Mediática -, envolve, também, uma ligação de grande relevo entre todos, de modo a criar uma relação nos seus participantes, facto que nos leva a questionar: qual será

verdadeiramente o papel da mediação e dos mediadores, bem como do conceito de mediação subjacente à sua função? Quem serão eles?

Debruçamo-nos, pois, sobre este tema e o papel destes sujeitos/meios, procurando identificar particularidades associadas ao seu papel no processo comunicativo turístico e de que maneira revelam as suas CLT.

A mediação: importância para o conceito de LT/TL

Partindo da ideia de que a mediação (do latim *mediare*; pode significar *intervir*) tem como objetivo fazer com que um dado público aceda ao conhecimento, olharemos para os mediadores como interfaces entre a mensagem e o destinatário, ou seja, instâncias articuladoras, que permitem a este último apropriar-se dos significados implícitos nos conteúdos e colaborar na criação de sentido.

Silva (2011, pág. 249) diz que:

A mediação é uma actividade fundamentalmente educativa, pois o objectivo essencial é proporcionar uma sequência de aprendizagem alternativa (nomeadamente entre pessoas em conflito, explícito ou implícito) superando o estrito comportamento reactivo ou impulsivo, contribuindo para que os participantes no processo de mediação adoptem uma postura reflexiva.

Assim, podemos considerar que, num processo de mediação, estarão sempre presentes:

- A intersubjetividade, a linguagem, o político, o estético;
- Os meios de comunicação social como instrumentos e produtos de mediação;
- Um terceiro elemento na comunicação, que pode ser neutro, mas também negativo, ou positivo (um texto, um produto mediático, música, mas também um media, ou uma pessoa);
- A impossibilidade de não haver mudança resultante da mediação, já que esta é um processo educativo, que envolve aprendizagens (Silva, 2011, pág. 249).

Olhemos para os intervenientes no processo turístico, para perceber qual será o seu papel enquanto mediadores, especialmente considerando que vivemos numa sociedade em rede, na qual o digital assume uma importância determinante. Que tipologia de mediadores poderemos encontrar, numa sociedade em que todos somos simultaneamente produtores/consumidores de mensagens?

Vejamos o caso dos media, que consideramos mediadores. Existem dois tipos de agentes: os associados à mediação técnica e os que trabalham nos media (jornalistas, influencers, animadores, etc.). A sua intervenção acarreta uma função social carregada de subjetividade. O mediador técnico pode não ser alterado no exercício do seu papel, mas o

mediador humano aprende, transforma-se, adquirindo novos conhecimentos. E tendo em consideração esta perspetiva, bem como a função atual atribuída aos consumidores - prosumers/producers -, Roque e Raposo (2017) declaram que os utilizadores são transformados em "media", ou seja, são mediadores entre todos os sujeitos com atribuições iguais.

Nas sociedades mediatizadas, onde os media digitais são relevantes, o mediador deve ter um bom nível de competências comunicativas/mediáticas, compreendendo que os próprios meios de comunicação são mediadores do conhecimento e, simultaneamente, instrumentos com carácter material e valor simbólico e cultural. Facilitam as relações e contribuem para tornar mais visíveis os assuntos e as suas subjetividades, bem como para mudanças importantes na organização, socialização e aprendizagem. Minazzi (2015, p. 53) refere que os investigadores prestam cada vez mais atenção a novos tipos de mediadores de base tecnológica, geralmente ligados à Internet e a novos dispositivos (smartphones, câmaras digitais, tablets ou outros), que, na contemporaneidade, são instrumentais em todas as fases do processo turístico, estando fortemente envolvidos naquilo que podem ser as CTL. O User Generated Content (UGC) criado pelos turistas é partilhado em redes sociais e afeta a experiência de viagem de outros, em qualquer das suas fases: durante o planeamento (ex.: um vídeo pode estimular a imaginação

do viajante sobre um destino); durante a viagem (os viajantes procuram coisas interessantes para fazer no destino), ou para partilhar; e depois, em casa, sozinhos, ou com outros, na fase de recordação da experiência (ideias que se relacionam com o que entendemos fazer parte do conceito de LT/TL: preparar, experimentar, aprender). Desta forma, os produtos mediáticos são mediadores de experiências de viagem, proporcionando aos utilizadores da rede a possibilidade de quase tornar os seus sonhos reais, bem como de reviver experiências passadas. Além disso, não podemos esquecer que todos os envolvidos no processo turístico são mediadores, pois, sendo todos nós prosumers, mesmo enquanto vivem as suas experiências turísticas estão a contribuir para que outros sejam afetados por eles, seus pontos de vista, estética, ou outras convicções (Jennings e Weiler, 2006 e Tussyadiah e Fesenmaier, 2009), num processo frequentemente de cocriação em tempo real, fator importante e que está a acontecer, precisamente porque as tecnologias o permitem e medeiam.

No caso específico dos mediadores turísticos, Puertas (2008) define-os como os profissionais que, estando entre as atrações turísticas e os turistas, podem apresentar propostas sobre esta matéria-prima (o património material e imaterial), para que se perceba, de forma positiva, o contexto. O autor, centrando-se no papel dos animadores turísticos, define o ato de mediação como "la acción de conexión directa que se ejerce entre un lugar, una cultura, un entorno vivo y un grupo de personas

que están de vacaciones" (Puertas, 2008, p. 53). Coloca estes mediadores (e os que trabalham no âmbito turístico), no que diz respeito a valores/ética, num plano decisivo, dado que estarão, de alguma forma (mesmo que inicialmente centrados nas relações burocráticas e/ou económicas, mas mais tarde necessariamente focados em aspetos mais humanos), a gerir as expectativas/motivações dos turistas. Estes esperam, por sua vez, respostas personalizadas/criativas, que garantam elevados níveis de satisfação em relação às experiências de viagem.

O mediador seria, então, ele mesmo, um educador, um trabalhador intelectual, com responsabilidades de gestão e organização (principalmente de informação), mas também de receção/acompanhamento, conhecedor de um vasto leque de possibilidades de ações/atividades (desportivas, culturais, gastronómicas, comerciais e muitas mais). O seu objetivo seria dar a conhecer as características de uma dada localidade, para que fosse descoberta/apreciada, mas, sobretudo, desenvolver um processo educomunicativo, que permitisse revelar ferramentas sobre como olhar para esse espaço. O seu papel, como declara Silva et al. (2010), é o de "ativar redes de interação e comunicação".

A sua incumbência associa-se à educação não formal, já que, ao mediar, atua como guia no processo de conhecimento, aportando diferentes formas de aprendizagem/significados, devendo orientar a sua

ação para o desenvolvimento integral do ser humano: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver em conjunto; e aprender a ser (Delors, 1996). A sua personalidade como mediador é, igualmente, construída na complexidade das emoções e processos simbólicos, bem como na relação com os meios de comunicação social, enquanto instrumentos e ambientes do seu trabalho educativo.

Estes mediadores (que consideramos serem de LT/TL) devem atuar em três níveis de motivação:

- Uma motivação de natureza intelectual: transmitir a informação correta;
- Uma motivação técnica: utilizar os melhores procedimentos, os melhores materiais, as melhores ferramentas e o melhor pessoal para transmitir as suas mensagens de modo compreensível e apelativo;
- E uma motivação de natureza social: revelar uma preocupação de ser útil aos que têm uma ligação com o seu trabalho e, conseqüentemente, ao desenvolvimento social, ambiental, cidadão, procurando um equilíbrio entre a promoção da satisfação dos viajantes e os interesses económicos próprios destas atividades (Puertas, 2008).

Para além destes, parece-nos que seria necessário incluir, neste rol, alguns outros mediadores importantes, tais como as Organizações de Gestão de Destinos (OGDs/DMOs, UNWTO, 2019), os anfitriões (que

acolhem os viajantes e lhes fornecem experiências e serviços) e os próprios turistas. Vejamos:

- As OGDs/DMOs (empresas públicas, privadas ou público-privadas, ou associações, reunindo autoridades, agentes e profissionais) estruturam estratégias de comunicação que promovem destinos, liderando, coordenando, estimulando e supervisionando o desenvolvimento de uma dada região e/ou facilitando parcerias entre a indústria do Turismo, com objetivo de formar uma visão coletiva do território a promover. Numa era em que esta comunicação assume um papel marcante, são importantes mediadores/influenciadores neste campo (CrowdRiff, 2022), assegurando que todos os envolvidos no processo turístico tenham recursos informativos decisivos para as decisões, independentemente do contexto em que se situem. Sendo fornecedores de atividades/experiências para turistas e promotores de uma relevante interação entre comunidades, ambiente e sector hoteleiro, são entidades que estão entre o que é o destino em si (ou seja, o referente) e a construção que o turista faz dele (ou seja, o significado, ou o próprio signo, ligado às características complexas que o formam: geográficas, socioculturais, ambientais, etc., Buhalis, 2000).

- Os anfitriões (trabalhando, ou não diretamente ligados à indústria turística), são parte importante no contacto com os viajantes, pelo que, inevitavelmente integram os sujeitos que têm um papel no

processo de aprendizagem associado, neste estudo, às funções dos mediadores. O RESTUR e o TurExperience, projetos recentes, realizados no Algarve no âmbito do CinTURS – Research Center for Tourism, Sustainability and Well-being (2003), dão nota, precisamente, da importância que têm os que acolhem/contactam com turistas, percebendo-se, dos resultados, a existência, nessa relação, de um processo educativo.

- Considerando que já não falamos de nativos digitais (Prensky, 2011), sendo esta designação frequentemente uma "distração" que nos dificulta a compreensão dos desafios desta sociedade informatizada/informativa, do conhecimento e dos ecrãs (Boyd, 2014, e Scolari, 2018), temos de olhar para os turistas como prosumers/producers, ou seja, consumidores e produtores de conteúdos relevantes para a mediação turística. Talvez, em algumas situações, nomeadamente se pensarmos em conteúdo gerado pelo utilizador - UGC e do Word-of-Mouth (boca-a-boca)/WOM-WOM-e (Dijkmans et al, 2015 e Minazzi, 2015), mais relevantes do que os de todos os outros mediadores.

O mediador de Literacia Turística será, então, do nosso ponto de vista, um assistente do visitante/turista num processo educativo, que começa com a decisão de visitar um local e a pesquisa a partir de casa, utilizando canais de comunicação digital e termina quando regressam a casa e partilham a sua experiência. Assim, devem ser o garante, durante

toda a duração desta relação de aprendizagem, da existência de informação transferível, oferecendo-lhes o apoio mais apelativo/adequado (com mensagens acessíveis, compreensíveis, adaptadas ao seu público), bem como valorizando os turistas e a sua aprendizagem. Não devemos esquecer que, numa sociedade marcada pela horizontalidade (Castells, 2002), todos somos mediadores, mas o mediador de Literacia Turística terá a responsabilidade acrescida de se ver como educador, assegurando que a dispersão cognitiva, a credibilidade ambígua, a incerteza relacionada com as fontes de informação, ou a manipulação de dados, não são um obstáculo à criação das CLT. A importância da mediação é esmagadora e as considerações éticas sobre o papel dos mediadores são ainda mais essenciais para compreender este processo e as questões subjacentes deste foro, tais como responsabilidade, autenticidade, o nível de negócio presente na atividade, sustentabilidade, entre outros (Puertas, 2008).

Assim, um dos grandes desafios/preocupação da presente investigação, para além de propor um conceito de Literacia Turística e as CLT, será avaliar a importância dos mediadores e o seu papel neste processo educomunicativo.

Considerando os dados já recolhidos nas entrevistas os mediadores estudados (OGDs/DMOs) revelam possuir habilidades que se refletem nas suas produções comunicativas, ainda que, em alguns casos,

as decisões relativamente a alguns aspetos, sejam condicionadas, por exemplo, por fatores económicos. E damos nota, muito sucinta de alguns pontos que nos permitem afirmar isto:

a) RTA, ATA e Município de Faro têm canais de Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, nos quais, para na presente investigação, focaremos a atenção;

b) Quando questionados especificamente sobre a LT/TL, todos identificam competências que consideram ser indispensáveis ao turista, a saber:

- Ser capaz de tomar decisões de compra requer organização;
- Ser capaz de avaliar o destino e os produtos/serviços que este oferece, conscientes de que fatores pessoais, profissionais e familiares (orçamento, saúde, experiências de outras viagens, estilo de vida, atitudes, opiniões, recomendações e/ou perceções do turista, amigos e família) influenciam o processo;
- Saber aceder à Internet e às redes sociais (embora possam planejar sem ter de utilizar estes recursos), ou seja, possuam boa literacia digital/mediática, uma vez que parte da comunicação global, incluindo a turística, tem lugar online.

c) Revelam competências, tais como serem capazes de: identificar e segmentar públicos; reconhecer a necessidade de adaptar

mensagens aos formatos/canais usados; assumir que o uso de linguagens mistas (imagem, vídeo, texto, grafismo), potenciado pelo fenómeno da convergência, deve espelhar-se nos seus produtos comunicacionais; entender a necessidade avaliar impactos, identificando indicadores específicos e conceitos como, público-alvo, KPI's - Key Performance Indicator, engagement, relatório de performance; verificar se as opções dos turistas são influenciadas pela comunicação que produzem, gerando-se maior atratividade e interação, sobretudo através de ações de trans mediação (ações que implicam não apenas estímulo/resposta, mas levem a uma participação mais efetiva dos destinatários, de acordo com Minazzi, 2015 e Tung and Ritchie, 2011); salientar que a forma de comunicar e os atributos da região constroem a imagem e a percepção do destino, a chamada awareness.

d) Mais: os mediadores em causa contribuem para a definição da LT/TL e revelam a noção de que o processo turístico implica as fases de preparar, experimentar e aprender, que ciclicamente se repetem, permitindo que mediadores e turistas, retirem, do mesmo, importantes aprendizagens para aprofundamento das CTL.

e) Revelam consciência da função educomunicativa que podem ter as suas comunicações, afirmando que estas influenciam os turistas, já que dando a conhecer a história, os costumes e as tradições do destino, geram no visitante um sentimento de “familiaridade”, que motiva

e encoraja à viagem e potenciará um comportamento mais respeitoso/promotor do diálogo intercultural (do que a UNESCO, 2009, pág. 45-46, define como "competências interculturais"). Ou seja, todos, de forma mais ou menos direta, reconhecem que, para que se estabeleça uma relação entre eles, o turista e os lugares, tem de existir uma relação de mediação, assente em pressupostos educomunicativos.

Conclusões

Consideramos que esta Literacia relaciona a capacidade de interpretar sinais (escritos, visuais, sonoros), com o conhecimento que se desenvolve sobre um lugar/região/país, costumes, História, Arte, entre outros temas, ou com todas as atividades que podem ser realizadas nesse lugar. Em suma, consubstancia-se no que o turista precisa de saber para realizar uma atividade turística, seja planejar, procurar informação, valorizar o que é de interesse, procurar uma nova experiência propiciadora de satisfação e conhecimento. Implica, também, a compreensão da linguagem do turismo, dos *stakeholders* desta indústria e que valoriza aspetos relacionados com a sedução/persuasão, a fim de conquistar clientes, mas também de relatar os factos de uma viagem. Na verdade, falamos de um "discurso turístico" (como salienta Dann, 1996, pág. 2), de uma comunicação adaptada às necessidades desta atividade (Maci, Sala e Godnič Vičič, 2018), muito centrada na "alteridade",

resultante da tensão entre conceitos binários, como, por exemplo, aqui vs. outro lugar, turista vs. habitante local, mas procurando compreender e fazer a ponte entre os polos.

Podemos afirmar que a multimodalidade e o multilateralismo presentes na ecologia dos novos media significam que, no que diz respeito ao turismo e às suas tipologias discursivas (que podem incluir texto, som, fotografia, vídeo e a combinação destas), o envolvimento pode ser alargado, apelando à comunicação de autenticidade (com todas as suas polémicas subjacentes), do diferente e espetacular, ao jogo, às emoções, salientando as características dos próprios media, os aspetos semiológicos do discurso e as competências dos *prosumers/producers*. No entanto, não devemos esquecer que esta relação, desde que ocorra corretamente, promoverá o diálogo, dado que o uso das CLT deverá permitir que o turista leia a realidade das comunidades com um sentido de empatia, o que exige a criação de laços de solidariedade entre a diversidade do próprio território, dos habitantes e o turista. Diríamos, que a LT/TL não poderá dissociar-se de um *Ethos* conectado com as questões da participação, criatividade, cidadania alfabetizada (Pérez-Escoda, García-Ruiz, Aguaded, 2016; IRIS plus 2011-3, 2011e Fantin, 2022) e valores éticos, presentes na relação com o Outro, o Ambiente e o Património, como salientam o Código Ético Mundial para el Turismo (NU/UNWTO, 2001), ou os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (UNWTO,

s.d.). Desta forma, o desenvolvimento da LT/TL terá uma ligação com o desenvolvimento das "competências interculturais" (UNESCO, 2009, pág. 45-46), convergindo numa mistura de habilidades a que UNESCO chama "alfabetização intercultural".

Será de salientar que a LT/TL estará inevitavelmente associada a outros tipos de literacias, nomeadamente a literacia mediática (uma vez que os media integram o processo comunicativo no ambiente turístico), entre outras.

Considerando estas questões, o tema da mediação assume papel fundamental na formação das CTL, já que nenhum dos envolvidos numa relação de carácter turístico pode ser excluído do papel de mediador. Sem essa noção muito vincada, definir e/ou compreender a proposta deste conceito não terá grande sentido e aplicabilidade, já que os participantes deste processo terão de colocar em jogo meta-competências de alfabetização, por este ser educomunicativo: nele todos ensinam e aprendem, com o objetivo de ajudar a construir experiências únicas e inesquecíveis nos turistas, necessitando de um conhecimento sobre as mensagens/conceitos que transmitem e sobre as tecnologias/meios usados para tal. Por conseguinte, a Literacia Turística assenta na forma como esse processo de mediação se processe, pois, estreitando-se laços, acolhendo e orientando as aprendizagens, mas, consequentemente,

tornando-se aprendizes e melhorando as próprias capacidades neste âmbito, garantir-se-á mais sucesso e eficácia.

Bibliografia

Aguaded, I. (2005). Estrategias de edu-comunicación en la sociedad audiovisual. *Comunicar*, (24), 25-34. <https://bit.ly/3W4dmgk>

Amiro, Kristen (2009). *Literacy and Travel as Metaphor: Learning to Travel, Traveling to Learn*, Mount Saint Vincent University, <https://bit.ly/3M4s82a>

Bauman, Zigmund (2000). *Modernidade líquida*, Tradução: Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

Borges, G. e Sigiliano, D. (2021). Qualidade Audiovisual e Competência Midiática: proposta teórico-metodológica de análise de séries ficcionais. *Anais Do XXX Encontro Anual Da Compós*, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, <https://bit.ly/42A4n99>

Boyd, Danah (2014). *It's complicated: The social lives of networked teens*. Yale: Yale University Press

Bruns, Axel (2006). Producers and Produsage. *Snurblog*. Authors personal blog. <http://snurb.info/produsage>

Buhalis, Dimitrios (2000). Marketing the competitive destination of the future - Growth strategies for accommodation establishments in alpine regions. *Tourism Management Special Issue: The Competitive Destination*, 21(1), DOI: [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(99\)00095-3](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(99)00095-3)

Castells, Manuel (2002). *A Sociedade em Rede*. Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [1996 – 2000. The Rise of the Network Society, Blackwell Publishers Ltd.].

Chakrabarty, Darshana (2020). Theories of the New Literacy Studies (NLS). *Research Journal of English Language and Literature (RJELAL)*. Vol.8.Issue 1. (January-March). <file:///C:/Users/sandr/Downloads/1-8DarshanaChakrabarty.pdf>

CinTURS – Research Center for Tourism, Sustainability and Well-being (2023^a) Projeto RESTUR (Atitudes e Comportamentos dos Residentes: Contributos para o Desenvolvimento de uma Estratégia de Turismo Sustentável no Algarve). Coord. Patrícia Pinto e Manuela Guerreiro, <https://restur.pt/>.

CinTURS – Research Center for Tourism, Sustainability and Well-being (2023^b). TurExperience - Tourist experiences' impacts on the destination image: searching for new opportunities to the Algarve, Coord. Manuela Guerreiro e Patrícia Pinto, <https://turexperience.pt/>

CrowdRiff (2022). Sustainable Tourism in Europe and North America: How DMOs Can Create an Inclusive Sustainability Strategy, <https://crowdriff.com/resources/ebooks/sustainable-tourism-europe-north-america-dmos>

Dann, G. (1996). *The language of tourism: a sociolinguistic perspective*, UK: CAB International

Delgado-Ponce, Á. & Pérez-Rodríguez, M.A. (2018). La competencia mediática. Educar para los nuevos medios. *Claves para el desarrollo de la competencia mediática en el entorno digital*. (Eds.) García-Ruiz, R., Pérez-Rodríguez, M.A., & Torres-Toukoumidis, A., 13-27. Universidad Politécnica Salesiana. <https://bit.ly/3MtF6le>

Delors, J. et al (1996). *Educação, um Tesouro a Descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. UNESCO & Ed. Asa, http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf

Dijkmans, C., Kerkhof, P., y Beukeboom, C. J. (2015), A stage to engage: Social media use and corporate reputation. *Tourism Management*, Volume 47, April, Págs. 58-67 <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.09.005>

Fantin, Mónica (2022). *Seminários de Formação em Literacia Midiática – Literacia Mediática*. Observatório da Qualidade no Audiovisual.

Ferrés, J. & Piscitelli, A. (2012). La competencia mediática: Propuesta articulada de dimensiones e indicadores; media competence. articulated proposal of

dimensions and indicators. *Comunicar*, 19(38), 75-82.

<https://doi.org/10.3916/C38-2012-02-08>

Freire, Paulo (2007). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Hernández-Sampieri, R., Fernández-Collado, C. y Lucio, P.B. (2006). *Metodología de la Investigación*, 4ª Ed., México D.F.: MacGraw-Hill Interamericana

Han, Byung-Chul (2022). *Infocracia. A Digitalização e a Crise da Democracia*. Trad. Ana Falcão Bastos. Col. Antropos. Lisboa: Relógio d'Água.

IRIS plus 2011-3 (2011). *Media Literacy*, Susanne Nikoltchev (Ed.), European Audiovisual Observatory, Strasbourg. <https://rm.coe.int/0900001680783a9e>

Jennings, G. e Weiler, B. V. (2006). Mediating meaning: Perspectives on brokering quality tourist experiences. *Quality Tourism Experiences*, 1st ed., pp. 57 - 78. Butterworth-Heinemann.

Maci, Stefania M., Sala, Michele & Godnič Vičič, Šarolta (2018). The Language of Tourism: an Introduction to the Topical Issue. *Scripta Manent*, 12, 1-5. <https://scriptamanent.sduisj.edus.si/ScriptaManent/article/view/234>

Minazzi, Roberta (2015). *Social Media Marketing in Tourism and Hospitality*. Springer International Publishing Switzerland, <https://doi.org/10.1007/978-3-319-05182-6>

Pérez-Rodríguez, M. A., & Delgado-Ponce, A. (2012). From digital and audiovisual competence to media competence: Dimensions and indicators. *Comunicar*, 39, 25-34
<https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=39&articulo=39-2012-04>

Pérez-Escoda A., García-Ruiz R. & Aguaded I. (2016). International dimensions of media literacy in a connected world. *Applied Technologies and Innovations*, Vol.12(2), 95-106, <http://dx.doi.org/10.15208/ati.2016.08>

Prensky, M. (2011). Digital Natives, Digital Immigrants. *On the Horizon*, nº.9, p.1-6, <https://bit.ly/42BumNv>

Puertas, X. (2008). Ética y mediación cultural en el ámbito turístico. Los mediadores del ocio turístico y el animador turístico. *Ara: Revista De Investigación En Turismo*, 1(2), 45–57.

<https://revistes.ub.edu/index.php/ara/article/view/18667>

Roque, Vitor e Raposo, Rui (2017). Uma proposta de modelo para melhorar a performance das Organizações de Gestão de Destinos na utilização de media sociais no processo de comunicação com os turistas. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº. 27/28, págs. 1379-1397.

<https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.9983>

Scolari, C. A., Masanet, M. -, Guerrero-Pico, M., e Establés, M. -. (2018). Transmedia literacy in the new media ecology: Teens' transmedia skills and informal learning strategies. *Profesional De La Informacion*, 27(4), 801-812.

<http://dx.doi.org/10.3145/epi.2018.jul.09>

Sefton-Green, Julian (2013). *Learning at not-school: A review for study, theory and advocacy for education in non-formal settings*. Cambridge, MA: MIT Press.

<https://bit.ly/3O5ZxvW>

Silva, Ana Maria Costa e (2011). Mediação e(m) educação: discursos e práticas, págs. 249-265. *Intersaberes*. Grupo Educacional Uninter.

<https://hdl.handle.net/1822/15409>

Silva, Marcelo Lima e Perinotto, André Riani Costa (2016). A imagem do destino turístico como ferramenta de diferenciação e promoção do turismo: Caso de Barra Grande/PI – Brasil. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Universidade de La Laguna, vol. 14, núm. 2. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.027>

Tejedor, Santiago (2021). *Manual para le creación de guías de viajes. Cómo contar el mundo en la era COVID-19*. Col. Manuales. Editorial UOC: Barcelona.

Tung, V. W. S., Ritchie, J. R. (2011). Exploring the essence of memorable tourism experiences. *Ann Tour Res* 38(4):1367–1386.

<http://dx.doi.org/10.1108/10662240910927795>

Tussyadiah, I. P., Fesenmaier, D.R. (2009). Mediating tourist experiences: access to places via shared videos. *Ann Tour Res* 36 (1):24–40.

<https://doi.org/10.1016/j.annals.2008.10.001>

UNESCO (2009). *Investing in cultural diversity and intercultural dialogue: UNESCO world report*. Paris: UNESCO,
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000185202>

UNWTO (s.d.). *El Turismo en la Agenda 2030*.
<https://www.unwto.org/es/Turismo-agenda-2030>

UNWTO (2019), *UNWTO Tourism Definitions*, UNWTO, Madrid, DOI:
<https://doi.org/10.18111/9789284420858>

A Senhora da Saúde em Belide – memórias(s) e identidade(s): a educação social como instrumento de cidadania e desenvolvimento comunitário local

Bruno Ferreira

Escola de Educação e Desenvolvimento Humano/ISEC LISBOA
CEAD – UAlg – Centro de Investigação em Educação de
Adultos e Intervenção Comunitária

<https://orcid.org/0000-0002-2293-5822>

Resumo

A Romaria à Senhora da Saúde em Belide trata-se de uma festividade popular com tradições seculares onde acorrem gentes de toda a região do Baixo Mondego. A passagem de testemunhos intergeracionais através das memórias coletivas, fazem com que este evento seja um marco identitário local. A Educação Social assume o contributo na promoção de uma cidadania plena em torno do desenvolvimento comunitário local, numa relação educativa vincada na intensificação das relações comunitárias, transmitindo legados patrimoniais que tornam o povoado mais coeso e dinâmico.

Palavras-Chave

Romaria à Senhora da Saúde; Belide; Memória; Identidade; Educação Social; Cidadania; Desenvolvimento Comunitário Local.

Introdução

O presente artigo pretende fazer uma reflexão em torno da intervenção da Educação Social em contexto rural, onde a Romaria à

Senhora da Saúde assume um papel relevante na coesão territorial da comunidade de Belide.

Iniciamos com o enquadramento histórico e geográfico do território, no concelho de Condeixa-a-Nova, apresentando os seus patrimónios locais.

Apresentamos o estado da arte das memórias e identidades, enfatizando a Romaria à Senhora da Saúde como património imaterial mais representativo da comunidade local. A Cidadania, a Educação Patrimonial e o Desenvolvimento Comunitário alicerçam a intervenção da Educação Social.

Por fim refletimos acerca do papel da Educação Social na salvaguarda patrimonial e apresentamos ferramentas de intervenção a serem utilizadas, mantendo o património vivo e fortalecendo as dinâmicas sociais e comunitárias.

Belide: território e património(s)

A antiga freguesia de Belide, situada na bacia hidrográfica do rio Mondego, é banhada por um dos seus afluentes, o Rio dos Mouros. Usufri de uma excelente localização geográfica, onde os campos de Coimbra avistam a Serra de Sicó. Belide está integrada desde 2013 na União de Freguesias de Sebal e Belide, no concelho de Condeixa (do qual dista cerca de cinco quilómetros), no distrito de Coimbra.

Sabemos que o povoamento é anterior à fundação da nacionalidade. Comprova-o a primeira referência histórica conhecida no ano de 1086 com o desígnio de *Domnus Belith*, que estaria na origem do local de povoamento que agora é ocupado (Almeida, 2014). A sua antiguidade é também justificável pela proximidade com a *civitas* de Conímbriga, bem como a descoberta de um Vaso Neolítico datado do IV milénio a. C na aldeia vizinha de Casével. Ainda, a existência de uma ponte romana é o pilar histórico da antiguidade deste território.

Fora reguengo de *Monte Mor o Vélho*, como consta no foral dado a esta vila, em 20 de agosto de 1517 pelo Rei D. Manuel I. O Concelho do Reguengo de Belide no Antigo Regime, “fora constituído por foral/senhorio, concedido à Casa de Aveiro, a sua câmara municipal tinha como oficialato o juiz ordinário, vereador, procurador e almotacé. Nas articulações político-institucionais quanto ao crime estavam sujeitas a Montemor-o-Velho (Capela, 2011).

D. Tereza Cezaltina de Azevedo Ferreira Amado da Costa e Vasconcelos foi a última Viscondessa de Belide. A profunda reforma administrativa e o mapa de concelhos de Mouzinho da Silveira de 6 de novembro de 1836 reduziram para menos de metade o número de concelhos. Criou um novo quadro político e administrativo. Esta reforma atingiu sobretudo os menores e inorgânicos concelhos, coutos e honras que foram extintos e agregados aos novos concelhos do Liberalismo.

Gerou uma nova dimensão e estrutura, mais uniforme e desenvolvida. Desapareceu a velha tralha municipal, num percurso político deveras conturbado ao longo do século XIX. Emergiam os novos concelhos, que se pretendiam que fossem os concelhos do futuro, adaptados às novas realidades e tarefas do Estado e sociedade do novo século (Capela, 2011).

A freguesia administrativamente integrada no concelho de Condeixa-a-Nova, englobou Belide, o Casal da Quinta de Belide, o Casal de Santo Amaro e a Quinta de Belide. Próximo do ribeiro, terminava o concelho ao qual estava ligado e começa o de Soure pela fronteira da freguesia de Figueiró do Campo. Esta divisão geográfica não penaliza a sua identidade, considerando-se todos eles habitantes de Belide. Teve o seu espaço administrativo e jurídico, a sua cadeia e o seu brasão de armas, que obviamente acompanhou o desenvolvimento dos tempos.

De acordo com o INE, em 2011 a freguesia contava com 329 habitantes (158 homens e 173 mulheres), distribuídos da seguinte forma: Belide (245), Casal de Santo Amaro (54) e ainda 30 que habitam uma parcela do território já integrada na freguesia vizinha de Figueiró do Campo e no concelho de Soure. Esta barreira é apenas administrativa e geográfica, todos se consideram um todo: sem divisões por partes.

O lugar, apesar de ocupar uma área relativamente pequena, não chegando a ter um quilómetro quadrado de área, tem um forte dinamismo associativo. Possui três coletividades em atividade incessante:

a Comissão Fabriqueira da Igreja de Belide, o Centro Social Cultural Recreativo e Desportivo de Belide, que integra também o grupo motard *Beliriders* e o Pódio de Recordações – Associação Etno-Folclórica que tutela a atividade do Grupo Folclórico e Etnográfico de Belide.

Anualmente realizam-se na localidade grandes festejos que fortalecem a identidade local e a dinâmica associativa deste povo. A grande romaria a Nossa Senhora da Saúde (4 e 5 de agosto), o FESTIBELIDE – Festival Internacional de Folclore da Freguesia de Belide – a Troca Ibérica de Costumes e Tradições Populares (segundo fim de semana de setembro), a Festa de Nossa Senhora da Conceição (7 e 8 de dezembro), o Encontro de Cantares do Ciclo Natalício (segundo domingo de dezembro) e o Passeio das Motas.

Do seu património edificado, destaca-se a Igreja Matriz de Belide com invocação a Nossa Senhora das Neves, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, o Pelourinho de Belide, o Palacete dos Barata Tovar (Quinta de Belide), o Solar dos Azevedos, Cemitério, Mina da Fonte, Lavadouro e Fontanário, Escola Primária e ainda, os Marcos da Coroa Real, de Celas e dos Templários que limitam geograficamente o território. Quanto ao património natural, destacam-se as aluviões do Rio dos Mouros, a mancha florestal de pinheiro bravo. O património imaterial mais evidente na comunidade local é a Romaria à Senhora da Saúde, mas também as artes e ofícios tradicionais são bastante evidentes, nomeadamente a ferraria, a

latoaria, a sapataria, a tecelagem, a resina, o fabrico de cal. Importa ainda, referir os patrimónios alimentares: recolha do mato, cultura do milho, da vinha, da azeitona, o pastoreio e a matança do porco.

Belide é uma localidade de fortes tradições que têm vindo a ser preservadas, salvaguardadas e divulgadas de geração em geração, tendo sempre à retaguarda o forte associativismo local, onde os atores locais em regime de voluntariado têm dinamizado a cultura local e a coesão territorial.

Memória(s) e identidades(s)

A memória é, indiscutivelmente, o instrumento cognitivo mais importante que o ser humano possui. Com este utensílio, armazenamos o conhecimento adquirido ao longo do processo vital, seja ele individual ou coletivo. Sem ela não seriam possíveis as vivências contínuas, ligadas ao processo de desenvolvimento cognitivo-motor, educativo, social, comunitário. Interessa-nos a intervenção com pessoas idosas, de forma a ser enfatizada a memória de longa duração. A memória episódica, transmitindo a informação espacial e temporal e a reminiscência de acontecimentos vivenciados nas primeiras décadas de vida.

A memória possui um caráter dinâmico, uma capacidade crítica e modeladora da imagem individual e social, pelo que pode ser evocada a qualquer momento. É sempre atual, alimenta-se de lembranças e cria

sentimentos de pertença e de identidade. Assim sendo, a memória tem como principal função promover a relação entre membros de um grupo com base no seu passado coletivo, fornecendo uma ilusão de continuidade que favorecerá a manutenção da identidade do grupo, no espaço e no tempo. Para Halbwachs (1980, p.130):

a identidade coletiva precede a memória, determinando àquela o conteúdo desta considerando, portanto, que a identidade é estável e coerente, negligenciando a natureza dialógica, negocial, conflitual quer da identidade quer da memória, considera ainda que a memória e a identidade sistemas estáticos que favorecem a coesão social, submetendo a memória ao determinismo social, negligenciando as tensões dialéticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado.

A recordação é feita pelo indivíduo que a relembra enquanto membro de um grupo da sociedade. É aqui que os sujeitos adquirem normalmente as suas memórias, na sociedade que recordam, reconhecem e localizam as suas lembranças.

A memória engloba uma aprendizagem social, “não se reduz à reconstrução do passado no presente ou às determinações do passado sobre o presente, na sua diversidade, percepção, manutenção, reconstrução e aprendizagem relativa ao passado” (Santos, 2002, p. 143). A memória pode significar controlo e, ao mesmo tempo, emancipação,

pois é “toda uma reconstrução parcial e seletiva do passado, cujos pontos de referência só podem ser fornecidos pela sociedade. Esta interessa-se cada vez menos pelo funcionamento da memória do que pelas suas funções sociais em diferentes meios de enquadramento psíquico – família, classes, comunidades” (Nobre, 2009, p. 40).

O património cultural é, também, fruto da influência da memória, pois engloba elementos herdados do passado, incluindo-os nesta categoria. Na atualidade torna-se impossível preservar todos os elementos culturais, mas é possível preservar a memória e transmiti-la em diferentes perspetivas intergeracionais fortalecendo um conhecimento do mundo sobre o passado.

De forma a conseguirmos compreender o tempo presente, deparamo-nos com a necessidade de perceber o passado. Com a aproximação entre a história e a memória, levamos a perceber que necessidades de memória são necessidades históricas, encaminhando-nos a um tempo passado, com uma consciência viva no presente. A história e a memória trazem aos nossos dias a descrição dos factos vividos nos lugares onde ainda persiste uma *panóplia* de acontecimentos. Surge aqui um lugar intermédio entre o tempo presente e o tempo passado. É neste local intermédio que se condensam as alusões ao passado com significados atribuídos a partir do presente. Assim, designamos o conceito de lugar de memória (Martins, 2014).

Pierre Nora (1993) de acordo com Martins (2014), apresenta um quadro evolutivo da forma como as sociedades utilizam a memória evidenciando as sociedades/memória, o estado/nação, que o substitui estado/sociedade. Aqui, a memória (integrada, ditatorial e inconsciente) de si mesma cumpre na plenitude o seu papel de conservação e transmissão dos valores típica nas *sociedades/memória*. Assim, a memória vai deixar de conseguir cumprir, em plenitude, o seu papel de transmissora de referências que permitem ao indivíduo sentir-se integrado na dinâmica da sua sociedade. As *sociedades/memória*, na perspetiva deste autor, tiveram como finalidade os estigmas inerentes à família, escola, igreja e Estado. Estes eram suficientes para a manutenção das respetivas sociedades, no entanto, com a emergência dos *Estados/Nação*, a memória passou ainda a reter como paradigma os próprios ideais da Nação, ou seja, uma memória tutelada pelo Estado, recuperando-se do passado apenas as dimensões que estariam de acordo com os seus interesses próprios.

A construção e funcionamento de um *lugar de memória* são entendidos, na perspetiva de Martins (2014), como uma seleção dos meios com que se materializará (dimensão material) a implementação de dinâmicas de funcionamento para cumprimento do seu propósito (dimensão funcional), principalmente o porquê de assegurar a manutenção desse lugar (dimensão simbólica). Torna-se evidente que os

lugares de memória surgem para dar resposta ao sentimento de descontinuidade entre o tempo presente e o tempo passado que surge na sequência das rápidas transformações sociais. A génese destes lugares não ocorre de forma esporádica, pelo que, sendo espaços construídos no presente para consolidar uma ideia de continuidade do passado, obedecem a um misto de propósitos. Subsistem interesses quando se constroem *lugares de memória*, estes estão, regra geral, muito próximos de discursos identitários. Percebemos que os *lugares de memória* não são lugares estáticos fechados em si mesmos, mas sim lugares em constante mutação que lhe é assegurada pelo carácter vivo que a memória possui, ou seja, territórios de transição porque estão predispostos a uma constante mutação. Enquanto jogo da memória e da história, nestes quadros de transição para além da cristalização de um passado, poderão compreender a preocupação de projetarem o futuro, uma vez que os lugares de memória só vivem da sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (Martins, 2014).

“A história do património é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais” (Costa & Castro, 2008, p. 126). A sociedade afirma a sua identidade através da relação que mantém com o património, resguardando a sua história, originalidade e preservação. Nos

nossos dias, as sociedades tendem a relembrar e construir ou até mesmo reconstruir a identidade através da celebração de memórias (Magalhães, 2005), assim sendo, “património e identidade só têm valor na medida em que os indivíduos se identificam com os bens patrimoniais, nesse âmbito, patrimonializam esses objetos em coletivo, surgindo deste modo o sentimento de pertença” (Lopes, 2016, p. 13).

Quando nos debruçamos nas temáticas da identidade nunca poderemos descartar a cultura e todo o processo construtivo a ela associado. O conceito de cultura, à luz da sociologia, aparece-nos a demonstrar a forma de viver, de sentir, de atuar de interagir com um determinado grupo social e, ainda, os seus modelos de conduta: normas sociais, ideologias, valores, entre outras. Encaramos a cultura como sistema de comunicação, um código, que ao mesmo tempo armazena grandes quantidades de vivências relacionadas com hábitos, costumes, tradições, num processo mutante, dinâmico e inacabado.

A identidade implica uma certa continuidade e uma relativa conformidade, não exclui, porém, uma multiplicidade e uma dinâmica entre forças de assimilação e forças de diferenciação. Ou seja, processos de encerramento e processos de abertura, movimentos com tendências à continuidade, tradição, e movimentos com tendência à mudança. Cada indivíduo constrói a sua identidade social pela pertença a determinados grupos e com significados emocionais que ela reveste. Por sua vez, cada

grupo tende a comportar-se como os outros que, na maioria das vezes, acabam por ser desvalorizadas, em relação ao próprio, através do etnocentrismo próprio de cada um de *nós*. Amin Maalouf, citado por Vieira (2009, p. 33) comunga desta ideia, pois afirma que “a identidade de uma pessoa não é um patchwork, é um desenho sobre uma pele esticada; se se tocar numa só das pertenças é toda a pessoa que vibra. A identidade não se reparte em metades, nem em terços, nem se limita a margens fechadas”.

A (re)construção da identidade é uma problemática de qualquer sociedade, pois cultura e sociedade nunca foram e jamais poderão ser conceções estáticas. Cultura e identidade cultural são noções dinâmicas, definidas como um conjunto de respostas simbólicas e práticas possíveis de um grupo às solicitações de um meio. Uma cultura é suscetível de adaptação e evolução. Inscreve-se (sempre) num movimento diacrónico. Quando o sujeito interioriza a sua cultura responde à função pragmática ou instrumental da sua operação identitária por uma adaptação ao meio cuja explicação lhe é fornecida também pela sociedade. Atravessando no seu quotidiano uma porção de situações peculiares que o obrigam a uma tentativa de mediação para lhe reagir corretamente. A identidade constrói-se também pelas experiências da vida social, através dos adultos com quem se interage desde criança pelas opções que se tomaram ao longo do percurso biográfico. Ainda, pela educação num todo, pela

participação num coletivo que tem hábitos e juízos elaborados. Trata-se de um sistema de referências comuns de um determinado grupo social. A identidade é, assim, um “processo complexo e dialético, uma (re)construção permanente, flexível e dinâmica, é uma constante reestruturação – constante metamorfose – para um novo todo” (Vieira, 1999, p. 40).

A identidade cultural resume-se a um processo que se constrói e que se estrutura do ponto de vista social, simbólico, económico e político, expedindo, também, uma historicidade. A territorialidade cultural de um determinado grupo socialmente organizado, não rejeita a globalidade dialética da cultura humana. Logo, a “localidade aparece como um *lugar de negociação* entre uma negociação básica e sistemas de representação e de afirmação da identidade” onde “o imaginário é mais rico que as objetivações histórico-culturais, concedendo um sentido social (mental) às variadas realidades” (Costa, 2002, p. 8).

A comunidade não tem condições de compreender a história da sua localidade, como foi construída pelos homens através dos tempos, nem sequer aquilo que a caracteriza. Sem memória, não se pode situar no lugar pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante/lugar, impossibilitando a pessoa de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história. Nesta linha, Bastos (2007) acrescenta que o conceito de identidade é orientado para o passado, para as raízes

nacionais e familiares e para as memórias estruturantes. A identidade inclui não apenas o orgulho genealógico e a pertença a grupos e locais valorizados, mas, também os afetos associados à perda inevitável desse mesmo passado, o que dá origem a um tipo clássico de museologia da nostalgia. Aquela que visa conservar os restos da história e das biografias para permitir a revitalização de uma “pertença” e a reconstrução imaginária vantajosa das histórias identitárias dos seus detentores. Assim sendo, com a disciplina novecentista do *Folk-Lore*, esta museologia da nostalgia luta contra a morte do passado, ensaiando presentificá-lo como um projeto de futuro momentaneamente subalternizado no presente. Como se sabe, alimenta todos os revivalismos e fornece a base de todas as essencializações que tentam bloquear a inevitável chegada da mudança.

A identidade é um processo multidimensional que depende do tempo em que é conjugado e articulado entre si e o passado, o presente e o futuro, ao mesmo tempo que dissocia os espaços, as instituições e as categorias sociais. Um processo nunca acabado, em constante construção, repleto de tensões. Em ambiente grupal, o indivíduo encontra-se perante dois polos na construção da sua identidade. Primeiro, como espelho do social, reproduzindo as especificidades do seu grupo; segundo, alumia a chama da sua individualidade. Somos simultaneamente universais e singulares; integramo-nos no global e nos nossos grupos sociais (comunitários) restritos.

Em suma, Nobre (2009) assegura que a identidade é influenciada pela memória social; ambos os conceitos se encontram reciprocamente relacionados e confrontam o indivíduo com o meio social, seja esse próximo ou distante. A identidade social de um indivíduo, ou de um grupo, é caracterizada pelo conjunto das pertenças do seu sistema social. Logo, o indivíduo encontra a identidade na categoria sexual, na categoria etária, numa esfera social, numa nação. O grupo também é dotado de uma identidade e de uma definição social negociada que permite situá-lo no conjunto social, no qual a memória representa um fator de coesão indispensável.

Romaria à Senhora da Saúde

As romarias portuguesas são, na sua maioria, rurais, quer tenham por sede uma ermida, quer, constituam a festa do patrono. Em todo o caso, a sua característica essencial é a de serem organizadas em torno da memória de um santo representado por uma relíquia ou por uma imagem.

A romaria é uma peregrinação popular a um lugar tornado sagrado pela presença especial de um santo. Certo é, que à volta deste núcleo religioso e popular se agregaram outras manifestações. A cargo da administração local e regional, certas romarias importantes tornaram-se assim as festas da freguesia e as festas do concelho (Sanchis, 1983).

A promessa é uma relação estabelecida entre a condição humana concreta e um invólucro da santidade que a rodeia. Faz parte de uma visão do mundo a qual constitui um modo de comunicação essencial. Por isso mesmo, aproxima-se do sacrifício, ao mesmo tempo que se insere no quadro de uma economia de troca.

Graças a estas trocas recorrentes, estabelece-se e mantém-se uma solidariedade entre as duas sociedades, a humana encarnada, e a espiritual ou divina. A da vulnerabilidade perante as forças destrutivas do cosmos e das paixões (Pereira, 2021), e a que emerge na santidade. Homenagens dolorosas, longas caminhadas a pé até ao santuário ou de joelhos em sangue, em volta da igreja ou da estátua. Ainda, ofertas semirrituais e sacrifício dos bens mais preciosos, da qual se salienta os mais diversificados objetos em ouro, substituídos nos nossos dias, pelo valor em dinheiro.

Em troca, ganhava-se um maior sentimento de segurança, uma certeza de proteção, uma presença do sagrado que acompanhará o desenrolar quotidiano da existência. Trata-se com efeito de uma verdadeira economia, graças à qual o mundo vive em paz e a vida continua.

Em Belide, realiza-se uma das maiores romarias da região do Baixo Mondego. Trata-se da festa em honra da Padroeira Nossa Senhora da Saúde que se soleniza nos dias 4 e 5 de agosto. Na data das celebrações

os romeiros acorrem ali aos milhares, vindos principalmente das regiões do vale do Mondego, Gândaras e Serra de Sicó. Na aldeia, nos dias da festa, pela estrada principal, espalham-se os feirantes com as suas tendas de quinquilharias e petiscos.

Antigamente, ia-se à romaria a cavalo ou de burro, de carro de bois ou a pé, percorrendo os romeiros grandes distâncias, com a consciência de quem faz a caminhada por devoção e encontra no convívio com os outros o ponto de encontro que testemunha a fé em Nossa Senhora da Saúde, a quem o povo pede auxílio nas horas de aflição, para render-lhes homenagem. Depois, em agradecimento pelas graças concedidas, manifestada nas preces e nas promessas que se cumprem.

Trata-se de uma festividade de características religiosas, feita de homilias votivas durante as missas celebradas nesses dias, esta romaria também não passa despercebida a intelectuais portugueses, Eça de Queirós na sua obra *Cartas de Inglaterra* (1888, p. 204), descreve-a da seguinte forma:

Em Belide há pipas de capitoso vinho, cestos de tremoços e carradas das primeiras melancias e melões, consomem-se e refrescam largamente as gargantas das audácias do calor. Sob o sol fulgurante não morre nem diminui o contentamento. Há alegria por toda a parte, as raparigas de vestuário garrido, seios ressaltados da bela blusa, ostentam sobre o peito grossos cordões de ouro, cruzeiros e medalhas. Sonhava-se meio ano com a

Senhora da Saúde. Poupava-se e até se pedia aos familiares 25 reis para tremoços e pão de festa.

Por todo o lado, veem grupos dançando, à volta deles bastante povo admira e anima os bailadores dizendo graças às raparigas que, de olhares brilhantes, dançam de roda. Castanholando com os dedos, requebrando-se umas de braços arqueados para o ar e outras com as mãos na cintura.

O nome da Senhora da Saúde mistura-se a tudo: aos negócios, ao amor, às desordens, aos mendigos. Anda no ar como a poeira e como os foguetes, sai de todas as botas como madrigais e cantigas. É o sol destes dias. “Amanhã renascerá sob outra invocação que sirva de pretexto para socorro, festa e diversão. Voltam com o mesmo entusiasmo e Nossa Senhora, aconchegada no seu manto, parece sorrir... e perdoar-lhes (Conceição, 1983, p. 163).

O auge desta romaria era a tarde do dia 5 de agosto, com a saída da imponente procissão com a imagem de Nossa Senhora da Saúde, mas o que temos vindo a assistir nos últimos 10 anos é a alteração deste paradigma para o dia 4 de agosto à noite, com a procissão das velas.

A festividade da Senhora da Saúde, num território com aproximadamente 300 habitantes, envolve uma organização comunitária, que é devidamente programada e onde praticamente toda a população

colabora, existe uma estrutura montada para receber o visitante nos dias festivos.

A Romaria à Senhora da Saúde foi evoluindo com o passar dos tempos. Nos novos tempos, a tradição mantém-se viva. Em contexto religioso, dentro da igreja, assiste-se a um corrúpio de entra e sai de romeiros e peregrinos que junto à imagem de Nossa Senhora cumprem as suas promessas. No recinto das festas as gerações mais novas convivem e divertem-se ao som dos conjuntos até altas horas da madrugada, reinam as festas da cerveja.

Na edição de 2019 desta festividade, pré-pandemia de COVID-19, as associações locais, com o apoio da União de Freguesias de Sebal e Belide, decidiram contratar uma empresa de fotografia aérea de forma a enfatizar a dinâmica territorial e o peso que estas festividades têm na localidade, nas comunidades limítrofes e em toda a região, em suma a Senhora da Saúde foi e continuará a ser a grande festividade de verão no Baixo Mondego.

Cidadania, Educação Patrimonial e Desenvolvimento Comunitário

Cidadania, numa linguagem simples, entende-se como o conjunto de direitos e deveres que o indivíduo tem num Estado de Direito. Marshall, citado por Ferreira (2021) foi dos primeiros autores a importá-la para o campo da sociologia nomeadamente para demonstrar quanto a

evolução e o crescimento dos direitos, foram contribuindo para a aceitação e legitimação das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista. Infelizmente, não chegou a contemplar no seu estudo a importância de outros direitos (como os direitos culturais e ambientais), que se viriam a revelar integrantes das democracias mais avançadas e, de um modo geral, do quadro das interdependências mundiais a que hoje denominamos por globalização. Os direitos de cidadania, a “participação e os envolvimento cívicos e políticos que acompanham o exercício desses direitos, não se restringem, pois, à defesa de interesses e valores associados às condições económicas e sociais, tão pouco à escolha eleitoral dos representantes políticos” (Reis, 2016, p. 86). Candau (2005, p. 19) afirma que “não se deve contrapor igualdade à diferença, de facto, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade, e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o mesmo, à mesmice”. Assim, na perspetiva de uma educação cidadã, as ações pautadas na diversidade cultural devem ter como premissa aspetos tanto da identidade quanto da diferença, e tem como responsabilidade não só reconhecer e celebrar a diferença, mas também questioná-la, a fim de perceber como ela está constituída social e discursivamente (Pereira, Afonso & Magalhães, 2018). Nesse sentido, Kerbauy (2009, p. 65) corrobora a opinião de Hall (2006), ressaltando que:

Diante da diversidade cultural e das multiplicidades de culturas que necessitam ser compreendidas e conservadas em suas diferentes manifestações indaga-se: como promover políticas de igualdade de oportunidades de inclusão, modificar a visão padronizada da cultura de massas, reinventando e recriando novas formas de administração do conhecimento que leve em conta as singularidades e heterogeneidades.

A Educação para a Cidadania assume uma forte importância no nosso país com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (Dias e Hortas, 2020).

Educar para a cidadania ativa, nos termos em que esta é definida atualmente, pressupõe um projeto educativo integrado, intencionalmente planificado e contextualizado nos interesses e necessidades que seja capaz não de inculcar regras e formas de conduta, mas de promover a vivência cidadã e o desenvolvimento de uma consciência moral autónoma. Condessa (2012, p. 107) defende que, na educação, deverá existir “uma necessidade crescente de consciencializar cada cidadão da(s) sua(s) cultura(s) por forma a se manterem informados, a participarem ativamente na comunidade envolvente e a perpetuarem essa(s) mesma(s) cultura(s)”. A sociedade contemporânea não tem sentido sem uma referência ao campo educativo, sendo que a educação não é apenas uma preocupação do sistema educativo, mas antes um instrumento social e cultural indispensável para a coesão comunitária e pessoal (Correia &

Silva, 2018). Por uma diversidade de percursos educativos chegamos à educação patrimonial, entendida como um método de ensino, praticado em diferentes contextos segundo a sua finalidade. Este processo educativo procura dar a conhecer o bem ou bens patrimoniais evidenciando as suas potencialidades e interesses. Encara-se também, como processo cognitivo que procura divulgar a essência do bem que se quer destacar, a sua riqueza histórica, potencialidades e limitações, no contexto da sua proteção e salvaguarda, enquanto representante de um testemunho da memória coletiva ou individual (Lopes, 2017).

Por educação patrimonial entendemos, ainda, o ato de educar, de desenvolver capacidades cognitivas de forma livre através da interação dos vários elementos explorados procurando promover a participação e o desenvolvimento de uma atitude crítica, estimulada através do diálogo e identificação cultural, na tentativa de criar soluções para os diversos problemas detetados (Custódio, 2000, 2010). É ainda, “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no património cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (Florêncio, 2014, p. 65).

A educação patrimonial pode funcionar como uma ferramenta de “alfabetização cultural”. Horta, Grunberg & Monteiro (1999. p. 6) afirmam que:

Possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, lavando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo educativo, leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura, compreendida como múltipla e plural.

Nesta lógica, a educação patrimonial considera que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras de referências culturais (Duarte, 1994). Com uma metodologia interdisciplinar, onde se reflete a solidariedade, o respeito, a tolerância, o desenvolvimento do espírito crítico e do gosto estético, a sensibilização para a preservação e proteção do bem patrimonial.

Falar em educação patrimonial é falar em três realidades distintas de atuação: educação formal, não formal e informal, pois procura-se promover o conhecimento e estabelecer pontes didáticas entre o bem patrimonial e as pessoas, promovendo consequentemente sentimentos de pertença e identidade. Deste modo, fomenta-se a percepção e a integração da herança cultural que se pretende transmitir, logo, a identificação com o património envolvente contribui para uma cidadania ativa com responsabilidades diretas na salvaguarda e proteção patrimonial, sendo que esta identificação só acontece quando se

compreende o património e se interpretam as suas vertentes (Lopes, 2017). A educação patrimonial, por vezes, torna-se complexa, porque pode afetar, e de facto afeta, qualquer pessoa, independentemente da sua idade, origem, formação cultural, estória de vida, percurso educativo. Nesse sentido, a educação patrimonial é universal, na medida em que pode atingir qualquer pessoa, e é também particular, pois cada indivíduo criará a sua própria aprendizagem e conexão com o património ao qual se identifica.

Encontramos diversas metodologias e estratégias na perspetiva educativa, de acordo com o âmbito ou o contexto. A prática socioeducativa, em contextos de educação patrimonial, ocorre em contexto formal, não formal, e ainda, em espaços educativos mais informais.

O contexto formal, como é conhecido, está relacionado com todo o percurso desde o pré-escolar, básico, secundário e superior, devidamente regulados pelo sistema educativo. O não formal refere-se a ações educativas ocorridas em contextos educacionais não tutelados. Enquanto o âmbito informal ocorre naturalmente nos espaços patrimoniais ou ambientes educacionais regulamentados, uma vez que são contextos paralelos dentro da sociedade, documentários, séries, festividades, entre outros.

Será possível, trabalhar a intervenção socioeducativa com o recurso à educação patrimonial? Trata-se de uma questão que deixamos em aberto. No entanto, tentamos dar-lhe resposta, e com base em García Molina (2015) que nos elucida que apesar de ser uma disciplina jovem, a educação patrimonial já tem um percurso interessante, apresentamos novas diretrizes com ferramentas educativas e patrimoniais:

1. Educar com o património é instruir com os vestígios do passado, de qualquer tipologia, isso implica, portanto, abordar esses vestígios e compreendê-los, dando sentido aos espaços que percorremos no nosso quotidiano (Santacana & Coma, 2014).
2. Através desta abordagem ao passado, desenvolvem-se habilidades mentais relacionadas com a observação, descrição, comparação, análise; a capacidade para fazer questões pertinentes, aprendendo a aplicar métodos de recolha de informação.
3. A educação patrimonial implica apresentar a diversidade de modos de vida, de respostas a problemas únicos ou recorrentes dos seres humanos, heterogeneidade de comportamentos,

diversidade cultural, diversidade de interpretações, diversidade de manifestações artísticas, entre outros.

4. Por ação da educação patrimonial, as emoções podem ser trabalhadas, conectando-se com o passado da nossa localidade, histórias individuais ou coletivas, criando empatia e participação dos elementos de uma comunidade.

5. Educar com o património permite conexões com a identidade e reconhecimento social.

6. Podem-se discutir temas que habitualmente podem ser desconfortáveis dentro de outra perspetiva: religião, guerras, conflitos, preconceitos raciais, sexo, maus-tratos infantis.

7. Educar por ação do património reforça a consciência humana, no sentido de que ajuda a refletir sobre as perdas e conquistas, a vivência dos nossos antepassados e a aproximação humana aos valores culturais de outras gerações.

8. A educação patrimonial permite trabalhar o respeito pelos bens coletivos (naturais e culturais), entendendo a conexão intergeracional e o conceito de legado.

9. A conexão com o património favorece o trabalho interdisciplinar, relacionando linguagem, criatividade, história, geografia, biologia, arte, etc., e, ainda, trabalhar em inteligências múltiplas e multissensoriais.

10. Por fim, educar com património abre um campo imenso para desenvolver as novas tecnologias (Santacana & López, 2015; Santacana & Coma, 2014; Llonch & Martín, 2014).

Estas recomendações lançam o repto ao atual panorama educativo. A educação patrimonial parece-nos ser uma opção coerente com a criação de uma cidadania crítica, desenvolvendo ações contínuas para uma faixa de cidadãos sensível à herança do passado, coesa com o seu presente e com o desejo de um futuro promissor. A educação patrimonial, embora não seja o único método ou forma de desenvolver uma cidadania comprometida com o meio ambiente e com uma sociedade crítica, emerge (como já vimos) como uma alternativa a desenvolver na posmodernidade.

O conceito de desenvolvimento local ou comunitário teve origem aquando da assembleia geral das Nações Unidas em 1996, através da declaração sobre o direito ao desenvolvimento. Aqui, defendeu-se o

paradigma do desenvolvimento alicerçado num processo mundial, do ponto de vista económico, político e cultural, consolidado na melhoria do bem-estar global, onde todos os indivíduos deveriam ter uma participação ativa do seu progresso de distribuição e gestão de recursos. Nesta perspetiva, a própria educação passa a ser encarada como um processo contínuo de aprendizagem ao longo da vida. O campo do social reconstruiu as capacidades de subjetivação, onde cada um deve encontrar um projeto e agir sobre e a partir de si próprio não sendo excluído do laço social, independentemente dos recursos que tenha ao seu dispor (Ferreira, 2021).

Com estas transformações, emergem também novas figuras profissionais: o agente de desenvolvimento local, o agente de inserção social, os mediadores sociais ou interétnicos, entre outros. Assim, instituiu-se uma nova ação social global, apostando numa lógica de desenvolvimento local, social ou comunitário, alguns dos adjetivos que procuram enfatizar o *empowerment*, que ganha cada vez mais força e visibilidade. As comunidades locais confrontam-se com a possibilidade de dar resposta aos seus problemas a partir da mobilização dos seus próprios recursos de ação. São consideradas protagonistas no processo de autodesenvolvimento social, também as figuras profissionais, que se inscrevem na atividade do trabalho sobre o outro, apercebem-se da

necessidade de corrigir as suas representações, e os seus dispositivos de intervenção (Canastra, 2007).

Flecha e Oliver (2000) e Mello (2000) defendem que a educação deverá reforçar e promover as necessárias capacidades coletivas para pensar e atuar em termos de projeto, assim como as competências e atitudes individuais imprescindíveis para os agentes locais de mudança sendo um instrumento local de consenso entre a exploração e a preservação do natural, no contexto de um desenvolvimento sustentável centrado no Homem. Atrevemo-nos a acrescentar, a importância da educação no desenvolvimento da consciência pessoal como fomento da própria identidade. Prossegue uma verdadeira ação educadora ao favorecer o sentimento de solidariedade entre todos. O equilíbrio entre a realidade presente e o futuro pretendido são ferramentas para o desenvolvimento da comunidade no seu todo.

Na atualidade continua como modelo vigente, o *empowerment*, associado à participação democrática na vida da comunidade através das estruturas mediadoras, como a escola, as instituições, a igreja; com ele converge o sentimento psicológico de controlo pessoal e o interesse pela influência social. Quanto ao poder político e à promoção de direitos e deveres dos cidadãos, das diversas noções e definições apresentadas por diversas escolas do conhecimento, esta é a que mais nos identificamos: “processo estruturado e progressivo centrado na comunidade local,

fundamentado pelo respeito mútuo e participação nas estruturas sociais locais, permitindo a partilha igualitária dos recursos com acesso e controlo dos mesmos” (López, Gutiérrez & Ochoa, 2012, p. 63). Esta descrição (*empowerment*) associado ao poder, à perspetiva ecológica do desenvolvimento humano, leva-nos ao conceito do desenvolvimento local ou comunitário.

Nenhum ser humano consegue alcançar a sua plenitude se não for capaz de exercer um controlo efetivo sobre a sua própria vida, educação, cultura e realidade social que o rodeia. O desenvolvimento comunitário constitui um meio de ação socioeducativa e cultural que prossegue uma formação humana integral e que proporciona aos indivíduos e grupos ferramentas para serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento vital. Encarrega-se de eliminar qualquer barreira que possa pôr em causa o exercício da liberdade, criatividade, produtividade, comunicação e participação, sejam elas individuais ou grupais. O desenvolvimento local ou comunitário promove no sujeito e nas populações a promoção do seu desenvolvimento biopsicossociocultural.

Estudar uma comunidade torna-se desde logo um processo complexo, uma vez que as gerações atuais foram educadas de acordo com o paradigma de comunidade global, fruto do processo de globalização que já começámos a vivenciar no último quartel do século XX. Ao iniciar, é necessário tomarmos consciência que a comunidade é uma percepção

mental, um processo, ou até mesmo um modelo em constante mutação que regularmente se (re)constrói.

Observamos a humanidade como um todo global, inconscientemente colocamos tudo no mesmo punhado. Uma civilização, um estado-nação, um povo e um indivíduo, esquecendo as complexas diversidades e heterogeneidades que se fazem sentir. Assim, Peruzzo e Volpato (2009) afirmam que não se negam as vantagens do mundo globalizado, o interesse pelas raízes insere-se nessa complexidade a ponto de nos fazer ver o mundo por meio das relações e articulações entre global e local e, não, apenas pela globalização. Trata-se da globalização, a dinâmica global que interage com o local, criando e recriando identidades globais e locais. À luz da sociologia, a comunidade foca-se com todas as formas de relação, onde predominam as relações familiares e emocionais. A união, o compromisso moral e a continuidade temporal, produto de ações grupais, normas e valores que permitem a elaboração e sedimentação de objetivos e compromissos comuns, favorecendo o sentimento e a união simbólica.

O sentido de comunidade é um conceito complexo, pois trata-se de um juízo que faz referência tanto a lugares, como a indivíduos e, ainda a sentimentos. Debruçamo-nos nas perspetivas de McMillan e Chavis (1986) que defendem o alicerce comunitário em quatro características:

pertença, influência, integração e satisfação de necessidades e, vínculo emocional.

Existe uma estreita relação entre a influência e a consonância exercida na comunidade sobre os seus membros e o sentido de comunidade para os indivíduos. A uma comunidade associa-se um território e uma região, apesar da limitação ser momentânea. Uma região possui características identitárias próprias, influenciadas pela economia, política, cultura e, obviamente pela geografia do território. Estas especificidades geográfico-territoriais integram o simbolismo e o conflito de interesses.

A comunidade deve ser encarada como um conjunto ou aglomerado populacional que habita num determinado lugar, seja ele rural ou urbano. Organiza-se do ponto de vista sociocultural, ligados por características, interesses e pretensões comuns.

A comunidade é um conceito comum no seio das ciências sociais e humanas, não só à Sociologia, mas também à Antropologia, apesar de no mundo globalizado, aparecerem diversas construções conceituais que adulteram o seu significado, mantém uma relação de proximidade com agrupamentos sociais, cidades, municípios, bairros, ruas, instituições políticas, religiosas, desportivas.

Perante esta consistência é oportuno sermos mais fundamentalistas, encarando a comunidade como um instrumento eficaz

para a análise de microssistemas, ferramenta base para o enquadramento dos estudos locais. Aqui encontramos agrupamentos constituídos por indivíduos que comungam um território definido, ligados por laços de intimidade e convívio pessoal, participação e, ainda, uma herança cultural comum (Dias, 1990). A comunidade é sem margem de dúvida uma construção mental (intemporal) que toma forma, dimensão e localização diversa. Não é uma construção fugaz, pois já foi encetado pelas gerações que antecederam. A comunidade deverá ser examinada para além da construção sociológica, percebendo a interação humana e social entre os membros que a integram, resultado da experiência vivida em harmonia com os demais.

Os fatores temporais, a homogeneidade comportamental, os sentimentos de pertença que vão simultaneamente criando laços sociais e afetivos entre os seus intervenientes, irão particularmente criar um projeto futuro em comum (aceite entre todos). Com base na sociabilidade, dando continuidade geracional a uma determinada comunidade, tal como já defendia Weber (1973, p. 42):

Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo.

Uma comunidade não pode ser entendida como um núcleo, pois não coabita agrupadamente, deste modo Tonnies (1995) afirma que esta poderá estar relacionada com três tipologias: o parentesco, a vizinhança e a amizade.

O parentesco, associado à hereditariedade e à coabitação, não se limita à proximidade familiar, à vizinhança, está relacionada com a interação, sentimentos de confiança, jorna quotidiana (trabalhos coletivos recíprocos e gratuitos). Nos territórios rurais, como é o caso do território de Belide, a partilha de valores espirituais na eucaristia dominical, a partilha de mercearias, lavadouros e outros espaços públicos e, ainda, as festividades profanas de verão, reforçam os laços de confiança. A amizade que sedimenta as relações anteriormente enumeradas, evidenciam as mesmas formas de pensar e de agir, a fé, o associativismo, o trabalho por uma causa nobre, reconhecendo-se entre si.

Acrescentamos à discussão as formas de organização social na sociedade contemporânea. Palácios (2001) e Peruzzo e Volpato (2009) defendem que alguns elementos fundamentais caracterizam uma comunidade na atualidade: a) sentimento de pertença; b) sentimento de comunidade; c) permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e) forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos. Para estes autores, a

questão da territorialidade assume novo sentido: a comunidade desencana-se da localização: é possível pertencer à distância. Isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (*face to face*) por outro (à distância). Possibilita a coexistência de ambas as formas, com o sentimento de pertença, sendo comum às duas.

Encontramos esta veracidade no território de Belide, onde a terra incute ao indivíduo a mensagem que lhe serve de alicerce identitário no seu percurso vital. O lugar onde se nasce se pertence, ou pertenceu, a educação que lhe foi dada, a cultura transmitida. Os ensinamentos que teve e as experiências que partilhou (os jogos, as orações transmitidas), como menciona Dias (1990, p.113):

(...) há comunidades que nos impressionam pelas relações que o homem estabelece com a Natureza (...) é a terra que dá o sustento, mediante certos procedimentos de natureza técnica e certos ritos, cultos e práticas propiciatórias (...) as respostas possíveis são sempre várias, às vezes numerosíssimas, e ninguém pode prever, a maneira como o homem a elas se adaptou e elaborou todo um sistema de normas de conduta, de ideias de vida e valores éticos.

Ainda assim, também o património edificado carrega este percurso. A igreja onde foi batizado (lugar cimeiro de uma comunidade), que quando se parte é também o último a frequentar, a escola onde

aprendeu a conviver e a aprender e, ainda, o património natural, os primeiros mergulhos dados no rio, a romaria local, onde no verão, todos se juntam (residentes e ausentes) assumem a coluna identitária do cidadão local. Aqui, é fundamental compreender as realidades identitárias na categorização dos bens culturais, ou seja, a patrimonialização vem reforçar a diversidade e a heterogeneidade de identidades culturais, promovendo as comunidades com as suas reproduções culturais, ou seja, o património surge como produto cultural. Carvalho (2006) afirma que o conceito de património cultural tem sofrido mutações vinculando-se aos territórios e às comunidades.

Não existindo sentido de comunidade também seria impossível a génese de programas, planos e projetos de intervenção a nível local, ao serem implementados urge (re)conhecer o território, incluir os atores e agentes locais, o seu *modus vivendi* e *modus operandi*, portanto, é “essencial compreender o meio em que habita a comunidade assim como a forma como preserva ou não o seu património. O património é a essência de um local, indissociável da sua identidade, remete-nos para a história do lugar, ocorrida num determinado tempo, é um recurso imprescindível no âmbito do desenvolvimento local” (Lopes, 2016, p. 16).

Carvalho (2006) enfatiza o desenvolvimento local associado à criação de riqueza e à melhoria das condições de vida da população de um território, tendo subjacente o contexto: social, humano, económico,

cultural e natural – integrando os recursos endógenos, motivando a participação dos agentes e articulando com os recursos exógenos. Assim, o espaço é promovido através da interação entre o moderno e o tradicional, das sinergias locais e de redes sociais solidárias, originando novas práticas e soluções inovadoras para os problemas, provocando transformações sociais, políticas e económicas, e ainda, vinculado à diversidade. Permite potenciar aspetos singulares, salientar a sua natureza, fomentar o desenvolvimento através das suas características locais e alcançar uma melhor qualidade de vida, um desenvolvimento sustentável.

O património cultural apresenta-se na atualidade como um importante recurso para as comunidades onde está inserido, a sua preservação, salvaguarda e divulgação formam alicerces identitários nos territórios e nas comunidades, são espaços de “regeneração cultural e patrimonial que contribuem para o desenvolvimento sociocultural assim como para a preservar da identidade local. Recuperar o património cultural é animar culturalmente uma comunidade. O seu papel educativo é fundamental, não só como uma vivência educativa em geral, mas também como uma experiência de aprendizagem (Anastácio, 2016; Lopes, 2016).

O património cultural tem um papel fulcral no desenvolvimento estratégico, na construção de futuros coletivos que envolvam programas, planos, projetos, tarefas e ações, com o objetivo de repensar os territórios

e as comunidades. Torna-se possível com a valorização dos seus recursos endógenos, esses princípios podem ser elencados por Anastácio (2016, p. 24):

- a) Aproveitamento dos recursos endógenos e não depender excessivamente do exterior.
- b) Participação das comunidades no planeamento e execução das ações.
- c) Independência e autonomia através da educação.

Carbone (2011), considera que a gestão eficaz e a divulgação dos conhecimentos patrimoniais de um território e a sua salvaguarda através do usufruto das áreas de interesse cultural por parte da população, contribui para o crescimento da autoestima e identidade cultural, mas acima de tudo, numa perspetiva económica, fomenta a recuperação de tradições antigas e consequente revitalização de atividades económicas tradicionais, ou seja, o património ocupa assim um papel central nos modelos de desenvolvimento, porque, disseminado pelo território e vivido pelas comunidades, contém em si a genuinidade e a singularidade de potenciais geradoras de inovação, de qualificação territorial e de coesão social (Bernardes, Oliveira, Moreira & Valente, 2014).

Educação Social e Intervenção Comunitária

Ao abordar esta temática, convém explanar a revisão de alguns conceitos com o objetivo de tornar mais perceptível a evolução e compreensão da intervenção social até à atualidade, facilitando o entendimento dos desígnios que hoje utilizamos.

A terminologia Trabalho Social já usada no século XIX (Ion & Ravon, 2005) ganha ênfase nos anos sessenta do século XX, como tentativa de unificação de diversos costumes e competências de três classes profissionais: assistentes sociais, educadores especializados e animadores socioculturais.

O contexto no qual se inscreve o Trabalho Social, Castel, (2003) citado por Canastra (2007) procura dar respostas às falhas de processo de socialização, tendo como suporte o papel que desempenhara o Estado-providência ao longo de praticamente todo o século passado. Além da sua função subsidiária, procurava exercer funções jurídico-políticas, impondo determinado tipo de proteções coletivas no trabalho. Respeitando os direitos e políticas sociais, sobretudo, daqueles que eram os pobres ou os excluídos da perspetiva do desenvolvimento social. Para Castel (2003) e Canastra (2007), o Trabalho Social até então, desenvolveu a sua ação social à sombra do Estado Providência, constituiu a base de legitimação de uma certa ajuda social, entendido como auxiliar de integração de públicos marginalizados do progresso social. Admitindo que os desvios ou eram

provocados por uma socialização falhada, a finalidade desta intervenção era, acima de tudo, (re)integrar estes sujeitos na sociedade com o objetivo de lhes proporcionar o aperfeiçoamento da sua autonomia e liberdade (Dubet, 2002). Este auxílio tende cada vez mais a ser posto em causa, pois nem sempre se verificava a tal continuidade entre os processos de socialização. A aculturação de normas e a produção de um indivíduo autónomo e livre. O trabalho de socialização é o resultado de uma experiência social heterogénea, que se desenvolve no percurso vital em diferentes contextos. É perante esta nova realidade que Canastra (2007) considerou que estávamos em (re)construção concetual do sentido que revestia a definição de Trabalho Social, com efeito, a partir de então, tende-se cada vez mais a falar em Intervenção Social.

Esta nova expressão (Intervenção Social) veio trazer uma alteração de paradigma no campo do social, reconstruindo as capacidades de subjetivação, onde cada um deve encontrar um projeto e agir sobre e a partir de si próprio não sendo excluído do laço social, independentemente dos recursos que tenha ao seu dispor. Além das três figuras profissionais históricas atrás referenciadas que se integravam na denominação de Trabalho Social, a partir da década de 90 do século XX, emergem novas figuras: o agente de desenvolvimento local, o agente de inserção social, os mediadores sociais ou interétnicos, entre outros. Assim institui-se uma nova ação social global, apostando numa lógica de desenvolvimento local,

social, urbano ou comunitário, alguns dos adjetivos que procuram enfatizar o *empowerment*, que ganha cada vez mais força e visibilidade. As comunidades locais confrontam-se com a possibilidade de dar resposta aos seus problemas a partir da mobilização dos seus próprios recursos de ação. São consideradas protagonistas no processo de autodesenvolvimento social, também as figuras profissionais, que se inscrevem na atividade do trabalho sobre o outro, apercebem-se da necessidade de corrigir as suas representações, e os seus os dispositivos de intervenção (Canastra, 2007).

A conotação de Intervenção Comunitária também é uma designação frequente nos nossos dias, Carvalhosa, Domingos e Sequeira (2010) afirmam que se destina ao trabalho parceiro com as comunidades, abordando as preocupações locais, promove a mudança e a criação dos recursos comunitários.

A intervenção socioeducativa cruza a intervenção social com as ciências da educação que se configuram numa ação e reflexão de carácter multidisciplinar a partir de referentes cognitivos construídos em áreas como a Psicologia, a Sociologia e o Serviço Social. Ainda, em espaços emergentes de formação, como a Animação Sociocultural, a Mediação Socioeducativa e a Educação Social (Soriano Díaz, 2006; Martínez, Escobar & Sánchez-Guzmán, 2019).

Os espaços rurais caracterizam-se pela existência de baixas densidades populacionais em diferentes modos de povoamento, dependendo económica e simbolicamente de formas de exploração dos recursos naturais, quer na produção quer nos serviços e por neles existir um modo de vida centrado na intensidade das relações locais de interconhecimento e na ligação à natureza como fator de identidade coletiva (Caride Gomez, Freitas & Callejas, 2007, p. 220)

Assim sendo, as comunidades vão adquirindo novos compromentimentos na planificação, organização e gestão de infraestruturas e iniciativas vinculadas ao ócio e ao tempo livre.

A Educação Social oferece um conjunto de oportunidades para abrir o pensamento pedagógico a práticas que impliquem um verdadeiro compromisso com o desenvolvimento das comunidades locais. Numa altura em que cada vez mais se apela às responsabilidades pedagógicas e sociais que pressupõem educar para uma cidadania sem fronteiras, cooperante e solidária, capaz de inverter os riscos da globalização como futuro incerto, pouco ou nada condescendente com os sentimentos dos povos e as suas legítimas aspirações existentes num mundo de identidades (geográficas, étnicas, linguísticas, culturais, ideológicas, religiosas etc.) dialogantes e diversas (Caride Gómez, 2021, p. 30).

A Educação Social, em Portugal, inscreve-se numa tábua cronológica curta, pois o seu passado histórico é uma realidade ainda

bastante recente e ainda mais se olharmos para a formação superior nesta área profissional.

A formação académica alicerça-se na área científica das Ciências da Educação, integrada pelo número 142 na Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), onde a Pedagogia Social se enfatiza como área de conhecimento matricial, no qual os Educadores Sociais, na sua etapa formativa, são dotados pelas diversas respostas epistemológicas da profissão, por outras palavras:

A Educação Social surge então associada à evolução da investigação e produção nas Ciências Sociais e nas Ciências da Educação, refletindo a responsabilização da sociedade perante as problemáticas sociais existentes e corresponde a um espaço profissional desenhado no ponto de encontro, e de cruzamento, entre a área do trabalho social e a área da educação (Vieira & Vieira, 2016, p. 25).

Neste panorama, a Educação Social deverá ser interpretada como o aspeto da educação integral do ser humano destinada a preparar a criança para ser adolescente, o jovem para ser homem, o adulto para ser sénior, numa convivência e interação entre pares, eliminando ou reduzindo ao máximo as barreiras sociais, capacitando para a compreensão, justiça, paz social e solidariedade entre gerações. O objetivo da Educação Social consiste em colaborar com a integração,

equilíbrio e formação de todos os aspetos da pessoa contribuindo para o desenvolvimento de uma personalidade digna.

A Pedagogia Social não pode ser confundida com a Educação Social. A primeira procura instituir-se como o lugar privilegiado do processo de conceptualização dos processos de profissionalização. A segunda (para além da pluralidade semântica) tende a consolidar-se como uma profissão educativa legitimada, quer pela necessidade de promover condições pedagógicas facilitadoras do exercício dos direitos de cidadania (Ferreira, 2021).

A visão atual apresentada por García Molina e Sáez Carreras (2021) evoca que a Pedagogia Social tem como objeto formal a Educação Social (educação especializada, educação de adultos e animação sociocultural) e ainda, a Educação Social como objeto material (Educação Social exercida em territórios sociais e educativos). Deste modo, a Pedagogia Social é uma prática investigadora e docente, um campo atravessado por aspirações e desejos que nos remetem aos lugares, por norma as instituições de ensino superior, e a agentes de produção de conhecimento (Pedagogos Sociais) que têm como objeto de estudo a Educação Social enquanto prática educativa. Por sua vez, a Educação Social é encarada como uma prática educativa e profissional, ou seja, um campo de atividades profissionais que desenvolvem modos de relação educativa e social recreadas nas práticas educativas institucionalizadas,

promovendo a diferença e o respeito por outros modos de relação ou práticas profissionais baseadas na centralidade da aprendizagem, numa perspectiva ética e deontológica devidamente sedimentadas.

A intervenção da Educação Social num território rural, como é o caso de Belide, e na salvaguarda do património imaterial (Romaria à Senhora da Saúde) advém de uma prática socioeducativa em contexto intergeracional, constrói-se em torno do ócio, onde a autorrealização do indivíduo se encontra consigo mesmo. Fazendo aquilo que lhe dá gosto e que deseja para si próprio, proporcionando a interação com atividades que fomentam a solidariedade, a tolerância, o altruísmo, através do voluntariado, do associativismo e da participação cidadã. Neste contexto a Educação Social requer uma aprendizagem capaz de proporcionar duas dimensões: uma cultural e outra formativa. Deste modo, o ócio justifica-se pelo desenvolvimento de atitudes e vontades de aprendizagem de acordo com diversos planos: físico, intelectual, sociocultural, artístico e espiritual.

Na modernidade, educar para a cidadania ativa, nos termos em que esta é definida atualmente, pressupõe um projeto educativo integrado, intencionalmente planificado e contextualizado nos interesses e necessidades. Que seja capaz não de inculcar regras e formas de conduta, mas de promover a vivência cidadã e o desenvolvimento de uma consciência moral autónoma. A Educação Social aliada ao património, parece-nos ser uma opção coerente com a criação de uma cidadania

crítica, pois desenvolve ações contínuas para uma faixa de cidadãos sensível à herança do passado, coesa com o seu presente e com o desejo de um futuro promissor, um exemplo vivo de como as comunidades, vão adquirindo novos comprometimentos na planificação, organização e gestão de infraestruturas e iniciativas vinculadas ao ócio e ao tempo livre (Ferreira, 2022).

A Educação Social moderna aproxima-se do turismo, do desporto e do recreio, como atividades económicas emergentes. Desta forma integra-se também a cidadania com a qual as comunidades locais através dos movimentos associativos criam ambientes favoráveis ao seu desenvolvimento. A Educação Social é responsável por qualquer processo educativo no exercício pleno da condição de cidadania.

A intervenção da Educação Social neste território é um ato nobre, onde o Educador Social incorpora a roupagem de guardião da memória coletiva de um povo, o património de uma comunidade reúne o cerne da individualidade de uma cultura que faz a ligação entre o presente e o passado com a perspetiva futura.

Conclusões

O património é uma ferramenta que permite a consolidação de uma sociedade heterogénea e intercultural, abrindo a sua extensão à

participação dos agentes sociais, assim como a reivindicação de grupos até então desligados das práticas patrimoniais. A gestão do património cultural configura-se cada vez mais como um âmbito pluridisciplinar e implica na atualidade um leque amplo de especialistas entre os quais, sem margem de dúvidas os profissionais das Ciências da Educação, Pedagogia Social e Educação Social.

A formação de especialistas de Ciências da Educação, em questões relacionadas com o património adquire também um significado social não desprezível, uma vez que vão ser difusores de concepções, valores e atitudes que serão decisivos para o futuro do Património Cultural e seu papel na sociedade. Quando falamos do Património Cultural, não estamos só a falar de uma realidade assética e que se mantenha atualizado à margem dos conflitos sociais. O património relaciona-se com outras questões das quais algumas versões o apresentam muito longe como as relações intergeracionais, o multiculturalismo, o reconhecimento de outras diferenças como as de classe ou gênero, desigualdade ou exercício do poder. Por este motivo o património também está envolvido na discussão e na luta política em torno dos modelos de sociedade que queremos construir.

As comunidades locais são o espaço onde se dá o primeiro passo no qual para o exercício da educação patrimonial. Sensibilizar e identificar pessoas com herança local, com manifestações culturais próximas é o

ponto de partida para apreciar o património representativo de espaços mais amplos aos quais se pertence e igualmente herança de diversas culturas. Convém ainda, contemplar o património etnográfico como memória da comunidade, como os elementos que a identificam e a destacam e que resultam da transmissão intergeracional, mas também de contínua transformação ao longo do tempo. Nesta perspetiva, torna-se crucial perceber a perspetiva dos atores sociais, tendo em conta tanto o seu discurso como as suas práticas e a forma como produzem e dão significado para a realidade através deles. Para que os recursos do património local possam efetivamente resultar na melhoria condições de vida da população, é preciso tê-los em consideração no desenho de políticas e ações de educação patrimonial, pois com base nesta perspetiva, torna-se um instrumento de cidadania, de inclusão social e de desenvolvimento sustentável (Herrero Pérez, 2008).

Este trabalho no território de Belide, só se consegue devido às relações familiares, de vizinhança e ao forte associativismo onde prevalece o voluntariado. No nosso país, a ascensão do movimento associativo ligado à defesa do ambiente, à cultura e ao recreio, as instituições particulares de solidariedade social e as iniciativas de desenvolvimento local apresentam mudanças significativas no comportamento associativo (Monteiro, 2004). O Estado português primou as suas intenções ao estabelecer condições legais de reconhecimento e apoio a iniciativas

ligadas ao desenvolvimento associativo local (Jerónimo, 2015), tal como evidência Coelho (2008, p. 3):

Contudo, ao nível local, em meio rural, apenas foram surgindo algumas iniciativas de carácter humanitário, recreativo, cultural ou desportivo, muitas das vezes por fragmentação das organizações existentes: ou era o grupo desportivo, o rancho folclórico ou o grupo de cantares que, saído da Casa do Povo, se autonomizava e, nalgum dado momento, se legalizava. Noutras ocasiões tratava-se de grupos que surgiam como novas iniciativas, quase sempre na forma de associações culturais, desportivas e recreativas.

Em Belide torna-se crucial fazer um trabalho de integração das crianças e dos jovens no associativismo local, falamos de uma comunidade envelhecida, onde a juventude acompanha os valores da globalização, uma sociedade cada vez mais ligada às tecnologias da informação e ao individualismo.

Este trabalho educativo deverá começar em contexto escolar, que visa responsabilizar a Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Belide através dos seus professores para a importância da história local, dos patrimónios da comunidade, pois é “a partir destas questões que nasce a necessidade de estudar e refletir sobre a realidade social e cultural que se desenvolve a nível local, a qual adquire novos significados quando se introduz num contexto mais global” (Cabanillas, Carretero, Dias & Hortas, 2016, p. 416).

Bibliografia

Almeida, F. A. (2014). *Condeixa, lugar de grande estrada: contributos para a sua História*. Condeixa: Câmara Municipal.

Anastácio, R. (2016). *Da Gestão do Património Cultural à Gestão do Território com recurso a tecnologias de informação geográfica: contributos metodológicos – caso de estudo – Região do Médio Tejo*. Dissertação de Doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas. Vila Real: UTAD.

Bastos, J. (2007). A mudança na cultura – identidade, interculturalidade e hibridação cultural. *Cadernos de Museologia*, 28, 46-89.

Bernardes, J. & Oliveira, L. & Moreira, R. & Valente, T. (2014). Património Cultural edificado. Reflexões em torno da Gestão do Património Classificado. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 2, 34-52.

Cabanillas, F. & Carretero, A. & Dias, A. & Hortas, M. J. (2016). Ciencias Sociales, identidade cultural y territorios transfronterizos. Construcción de identidades culturales en territorios de frontera: propuesta de intervención didáctica en el aula. In C. Ruiz & A. Doreste & b. Mediero (Eds.). *Deconstruir la alteridade desde la didáctica de las Ciências Sociales: educar para una ciudadanía global*. Madrid: Entinema, 414-424.

Canastra, F. (2007). *O perfil formativo-profissional do educador social. Um estudo a partir das narrativas experienciais de autoformação. Tese de Doutoramento não publicada*. Lisboa: Universidade Aberta.

Candau, V. M. (2005). Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In M. Candau (Org). *Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A.

Capela, J. V. (2011). *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Braga: CITCEM.

Caride Gómez, J. A. (2021). Conocer para actuar en Educación Social: apuntes teóricos y contextuales en clave pedagógica-social. In R. Barros e A. Fragoso (Eds.). *Investigação em Educação Social: prática e reflexão*. Faro: UAlg, 26-32.

Carbone, F. (2011). Turismo, Arqueologia e Desenvolvimento. Gestão de Áreas Arqueológicas com fins Turísticos. O caso de Conimbriga. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 15, 103-115.

Carvalho, P. (2006). Património Cultural, Ordenamento e Desenvolvimento: uma visão e valorização do território. *Cadernos de Geografia*, 24/25, 209-226.

Carvalhosa, S. & Domingos, A. & Sequeira, C. (2010). Modelo lógico de um programa de intervenção comunitária – GerAcções, *Análise Psicológica*, 3, 479-490.

Castel, R. (2005). Devenir de l'Etat providence et travail social. In J. Ion (Org.). *Le Travail Social en débat*. Paris: La Découvert.

Coelho, L. (2008). *Associativismo e Desenvolvimento Local: o caso de Ribeira de Pena*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local: Territórios, Sociedade e Cidadania. Vila Real: UTAD.

Conceição, A. S. (1983). *Condeixa – a – Nova*. Porto: Escola Tipográfica da Oficina de S. João.

Condessa, I. (2012). Marcas da Cultura Regional Açoriana no Currículo da EF no Ensino Básico. In B. Pereira; A. N. Silva; & G. S. Carvalho (Orgs.) *Atividade Física, Saúde e lazer: O Valor Formativo do Jogo e da Brincadeira*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 105-115.

Correia, M. & Silva, S. (2018). Cidade: um espaço de educação e participação cidadão. In *Atas do Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Coimbra: SPCE, 112-131.

Costa, J. C. (2002). *Ser de Cartão: o espaço de pertença e as representações da identidade como fundamentos da consciência cultural*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Costa, M. & Castro R. (2008). Património Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? *Estudos de Psicologia*, 13 (2), 125-131.

Dias, A. & Hortas, M. J. (2020). Educação para a Cidadania em Portugal. In *Revista Espaço do Currículo (online)*. João Pessoa, 176-190.

Dias, J. (1990). *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Dubet, F. (2002). *Le déclin de l'institution*. Paris: Le Seuil.

Ferreira, B. (2022). *Belide – a terra e as gentes: território, património, memória e identidade*. Dissertação de Doutoramento em Estudos Culturais. Lugo: EDIUSC.

Ferreira, B. (2021). *Contributos da Educação Social na humanização do território e na (re)construção da identidade – Belide: lugar de memória*. Relatório de Título de Especialista. Almada: Instituto Piaget.

Flecha, R. & Oliver, E. (2000). Las habilidades de la sociedad de la información: propuestas para una educación y formación en el medio rural. *Revista de Educación*, 322, 45-58.

Florêncio, S. (2014). *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN.

García Molina, J. & Sáez Carreras, J. (2021). Educación Social: profesión y práctica social educativa. València: Naullibres.

García Molina, N. (2015). La educación patrimonial como herramienta de “rebeldía ciudadana”. In G. Solé (Org.). *Educação Patrimonial: contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho, 204-222.

Halbwachs, M. (1980). *The collective memory*. New York: Harper and Row.

Herrero Pérez, N. (2008). Educación Patrimonial: la experiencia de una asignatura sobre patrimonio cultural en titulaciones de CC. de la Educación. In. X. Pereiro & S. Prado Conde & H. Takenaka (coord.). *Patrimonios culturales: educación e interpretación – cruzando limites y produciendo alternativas*. San Sebastian: Antropología.

Horta, M. & Grunberg, E. & Monteiro, A. (1999). *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial.

Ion, J. & Ravon, B. (2005). *Les travailleurs sociaux*. Paris: La Découverte.

Jerónimo, A. (2015). *O contributo da Associação Terras de Sicó para o Desenvolvimento Local Sustentável: Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local. Coimbra: ESEC.

Llonch, N. & Martín, C. (2014). Los códigos QR y su potencial como herramienta de educación patrimonial interdisciplinar en las aulas. *Preactas del I Congreso Intenacional de Patrimonio y Educación*. Granada: UGr.

Lopes, M. (2017). *Perspetivas sobre o património e educação patrimonial no início do período democrático (1974-1985)*. Dissertação de mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura. Lisboa: ISCTE-IUL.

Lopes, P. (2016). *Património, Comunidade e Identidade: análise das dinâmicas ocorridas no Espinhal a nível do Património Cultural*. Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local. Coimbra: ESEC.

López, E. & Gutierrez, T. & Ochoa, G. (2012) Empowerment y Desarrollo Comunitario. In I. Fernández; J. Francisco Molares & F. Molero (Coord.). *Psicología de la Intervención Comunitaria*. Madrid: UNED, 57-96.

Magalhães, F. (2005). *Museus, Património e Identidade. Ritual, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição*. Porto: Profedições.

Martínez, M. & Escobar, E. & Sánchez-Gusmán, E. (2019). *Interacciones artísticas en espacios educativos y comunitarios*. Valência: Naullibres.

Martins, A. C. (2014). *A construção de um lugar de memória: conjunto etnográfico de Moldes de Danças e Cantares arouquenses (1944-2013)*. Dissertação de Mestrado em História e Património. Porto: FLUP.

McMillan, D. & Chavis, D. (1986). Sentido de Comunidade: definição e teoria. *Journal of Community Psychology*, 14, 6.23.

Mello, A. (2000). Educación y formación para el desarrollo rural. *Revista de Educación*, 322, 91-108.

Monteiro, A. (2004). Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (69), 139-157

Nobre, A. (2009). Memória e identidade: correlações e interferências. *Cadernos de Sociomuseologia*, 33, 26-59.

Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 7-28.

Palácios, M. (2001). *O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos*. Salvador: UFBA.

Pereira, P. (2021). *Em busca da Saúde: o culto da Senhora da Saúde numa perspectiva antropológica*. Famalicão: Edições Húmus.

Peruzzo, S. & Volpato, M. (2009). Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Revista Líbero*, 24, 139-152.

Queirós, E. (1888). *Cartas de Inglaterra*. Porto: Lello & Irmãos – Editores.

Reis, M. (2016). *Cidadania e Património: os novos direitos de cidadania, o espaço público e os processos de patrimonialização na sociedade portuguesa*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE- IUL.

Sanchis, P. (1983). *Arraial, festa de um Povo: as romarias portuguesas*. Lisboa: D. Quixote.

Santacana, J. & López, V. (2015). *Educación, tecnología digital y patrimonio cultural. Para una educación inclusiva*. Gijón: Trea.

Santacana, J. & Coma, L. (2014). *El m-learning y la educación patrimonial*. Gijón: Trea.

Santos, M. S. (2002). *Memória coletiva e teoria social*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Soriano Dias, A. (2006). Uma aproximação à pedagogia-educação social. *Revista Lusófona de Educação*, 7, 91-104.

Tonnies, F. (1995). *Comunidade e sociedade como entidades típico ideais*. São Paulo: Editora Nacional.

Vieira, R. (2009). *Identidades Pessoais: interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Leiria: CIID-IPL.

Vieira, A. M. & Vieira, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações*. Porto: Profedições.

Vieira, R. (1999). *Ser igual, ser diferente: encruzilhadas da identidade*. Porto: Profedições.

Weber, M. (1973). Comunidade e Sociedade como estruturas da Civilização. In F. Fernandes (Org.). *Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional, 140-143.

Rota pelo Património Cultural do Centro Histórico de Leiria

Carina Pinheiro

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

Isaura Francisco

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

Ricardo Henriques

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

Resumo

O trabalho “Rota pela História de Leiria” consiste num projeto em que se pretende valorizar a zona histórica de Leiria e o seu património, quer pela sua arquitetura, como pela sua história adjacente ou mesmo pela cultura intrínseca a uma cidade com séculos história. É evidente a elevada degradação do centro histórico de Leiria e, apesar dos esforços na recuperação de alguns espaços, consideramos que há muitas infraestruturas ao abandono que passam despercebidas à grande maioria da população, por não haver plataformas nem informações disponíveis acerca destes espaços, além do estado devoluto de muitos destes edifícios.

Nesta perspetiva, procedemos à identificação e descrição de diversos espaços na zona histórica de Leiria, incluindo desde os mais conhecidos como o Castelo de Leiria até à Casa Eça de Queirós, atualmente degradada, mas com grande importância literária. A partir destes espaços, criámos duas diferentes rotas: rota religiosa, definida a pensar na importância da presença de referências religiosas entre judeus e

cristãos; rota artística, uma rota que se foca mais no aspeto artístico e mostra um lado da cidade muitas vezes despercebido. No entanto, para podermos materializar esta ideia, precisávamos de uma plataforma. Assim, foi pensada e criada uma aplicação móvel com recurso à extensão “Google Maps”. Ao utilizador seria oferecido um mapa com todas as localizações que identificámos, garantindo uma experiência dinâmica onde ele terá de ir aos respetivos locais fisicamente, e, ao chegar lá, será notificado, podendo ler e saber mais sobre esse determinado local, tudo na aplicação em tempo real.

Esta foi uma forma de transmitir informação acessível e pensada para o mundo atual, que liga a tecnologia à cidade de Leiria. Além disto, a aplicação foi pensada para evolução, pelo que poderia evoluir para incluir outras cidades, outros projetos, eventos, entre outros.

Palavras-Chave

Cultura; Turismo; Desenvolvimento Local.

Introdução

O castelo de Leiria, principal monumento da cidade, terá sido fundado em 1128 (Costa, 1997, p. 156) ou em 1135 (Gomes, 2004, p. 34), por motivos tanto defensivos como ofensivos no âmbito das reconquistas aos mouros, levadas a cabo pelo rei Afonso Henriques, no século XII.

Este constituiria o centro do primeiro núcleo urbano de Leiria e é sem dúvida o monumento mais notável da cidade, testemunhando a força, a valentia, a coragem e a capacidade laboral das gentes leirienses. Se descermos, no entanto, ao atual centro histórico, poderemos encontrar outros pontos de interesse monumentais, como veremos ao longo deste texto.

Leiria foi elevada a cidade em 1545, tendo sido palco de dois acontecimentos importantes: a construção da Sé e a demolição da Igreja de S. Martinho o que permitiu a abertura da praça, primeiro, denominada de Praça de S. Martinho e, posteriormente, de Praça Rodrigues Lobo. O Centro Histórico de Leiria é um legado sobretudo do séc. XIX, no qual, ainda assim, se encontram traços da malha urbana medieval. É precisamente sobre esta zona que se centrará no presente trabalho.

A escolha deste tema está ligada ao facto de ao visitar a zona, constataremos o grau de degradação de alguns edifícios, o tipo de aproveitamento dado a esses locais, e outros que, sendo importantes parece passarem despercebidos aos leirienses e seus visitantes. Pretendemos então dar a conhecer este património cultural, explicando um pouco da sua história e evolução. Para isso, iniciaremos com uma breve contextualização da cidade de Leiria e do seu centro histórico, seguindo depois para os pontos históricos que aqui se podem encontrar. Posteriormente, iremos expor a ideia de um projeto que poderia constituir uma solução para o alheamento da população em relação a estes locais.

A cidade de Leiria e a importância do seu Centro Histórico

Uma cidade pode ser definida como um assentamento urbano ou um aglomerado populacional. Trata-se de um local dotado de elevada importância quer a nível económico, quer a nível cultural. As cidades, e

suas zonas históricas, testemunham uma evolução histórica e cultural, marcada pelas pessoas que aí residem e habitaram no passado. Algumas destas marcas ficam registadas nos edifícios e monumentos, muitos deles concentrados no centro histórico. O centro histórico é assim a parte inicial do desenvolvimento da cidade, onde se encontravam os edifícios mais importantes e onde estava centrada a atividade social e económica. Estes locais são de elevada importância para a compreensão e interpretação da evolução e funcionamento da população, além de representarem uma atração turística para a cidade (Magalhães, 2016; 2017).

Leiria tem sinais de ocupação humana que datam da Pré-História Antiga, mas começa a ganhar verdadeira importância no séc. XII, pelas mãos de Afonso Henriques, que ordenou a construção do seu castelo (Gomes, 2004). Apesar disso, apenas vários séculos mais tarde é que é elevada a cidade, em 1545, coincidindo este período com a abertura da Praça de S. Martinho e a construção da Sé. Não obstante a expansão da cidade e das alterações que foi sofrendo, neste, que ainda é o centro nevrálgico de Leiria, existem marcas desta, e de outras épocas passadas (ARPT Centro de Portugal, 2021).

Quando falamos da história de Leiria, torna-se imperativo mencionar a marca judia. Acredita-se que a sua presença date do século XIII, e que estes foram muito importantes no desenvolvimento da cidade fora das muralhas do castelo. Apesar disso, e de todos os contributos que

deram à cidade e ao país, a sua presença nem sempre foi bem recebida, tendo sido obrigados a converterem-se ao cristianismo, depois de 1506. A memória desta comunidade ficou especialmente marcada na literatura e na poesia. Atualmente, podemos encontrar vários sinais da sua presença, na arquitetura e na organização da cidade histórica, nomeadamente, junto ao local da antiga sinagoga (atual Igreja da Misericórdia).

Dentro do centro histórico, podemos identificar o Rossio, espaço que abrange a atual Praça Rodrigues Lobo, o Jardim Luís Camões e a área circundante. Era esta a área onde se desenvolvia a vida social e económica da cidade (Magalhães, 2016). Era também nesta zona que estavam concentrados os edifícios administrativos e o tribunal, até 1910. Esta área foi também o local escolhido pelas primeiras pessoas que se instalaram fora das muralhas do castelo para poderem viver mais perto do rio. Não muito longe deste espaço temos o antigo Terreiro, atual Largo Cândido dos Reis, representando uma zona mais nobre da cidade.

Mais adiante neste trabalho, serão abordados vários locais importantes, na história da cidade. O objetivo será explicar de forma simples a história e as funções destes locais simbólicos, bem como sensibilizar leirienses e visitantes para um novo olhar direcionado aos seus monumentos.

Leiria e seus monumentos: O Castelo

No centro da cidade ergue-se um monte oponente que foi conquistado pelo rei D. Afonso Henriques, em 1135 (ARPT Centro de Portugal, 2022). Esta estrutura rochosa é composta por um morro dolerítico, formado ao longo de muito tempo, que, apesar de estar sujeito a um processo de erosão, se mantém numa zona altaneira sobre a zona circundante (Município de Leiria, 2021), sendo um local propício para a construção de um castelo. O recinto muralhado, que mais tarde daria origem ao castelo de Leiria, foi construído na primeira metade do século XII. A partir do seu interior temos uma vista panorâmica sobre a cidade. Apesar das muitas alterações que foram ocorrendo, alguns dos aspetos mais característicos como a Torre de Menagem, os Paços Reais e a reconstrução da Igreja, devem-se à iniciativa do rei Dinis, em 1324. O castelo só voltou a ter protagonismo no início do século XX, quando recebeu um restauro projetado por Ernesto Korrodi (Magalhães, 2012). Korrodi, inspirado pelo imaginário medieval, promoveu a devolução da imponência histórica ao monumento, que durante largos anos tinha sido entregue ao abandono. Ainda hoje o Castelo de Leiria permanece como um símbolo monumental da história da Cidade.

Ainda dentro do recinto das muralhas exteriores encontra-se a Igreja de São Pedro, classificada desde 1910 como Monumento Nacional. A sua construção ficou concluída no séc. XIII, tendo passado ao longo do

tempo por várias reformas. É uma obra de estilo românico que ainda preserva a sua fachada e abside original (Município de Leiria, 2021).

Se olharmos para o lado esquerdo da Igreja de São Pedro, podemos encontrar o Museu da Imagem em Movimento – M|i|MO. Este museu surgiu em 1996, no âmbito das comemorações do centenário do cinema português. A primeira exposição permanente “O Fascínio do Olhar” abriu em 2003 no edifício do Teatro José Lúcio da Silva. Anos mais tarde, em 2005, foi transferido para o Mercado de Sant’Ana e só em 2009 é que se instalou definitivamente dentro da muralha exterior do Castelo de Leiria, perto da Igreja de São Pedro, e passou a ocupar o espaço das antigas cavaliças do castelo, edifício que foi renovado com o projeto do arquiteto José Charters Monteiro (Câmara Municipal de Leiria, 2022).

Este espaço dedica-se a homenagear a fotografia e o cinema, juntando a arte, ciência e técnica. O principal objetivo deste museu é proteger os objetos e técnicas relacionados com as imagens em movimento que estavam a cair no esquecimento, e que são importantes para dar a conhecer a evolução da cinematografia. Para isso, está dividida em três áreas: a área do pré-cinema, que conta com teatros de sombras, icnografia diversa, máquinas e brinquedos óticos, lanternas mágicas e uma coleção de vidros para lanterna mágica; a área da fotografia, onde estão expostas máquinas fotográficas, visores e imagens fotográficas com foco na fotografia estereoscópica; e a área do cinema, que é a área que foca

nos vários tipos de projetores de filmes, câmaras de filmar, e outros objetos ligados ao cinema.

Na muralha exterior, foi construída a Torre Sineira, em 1772, sobre uma das torres medievais das Portas do Sol. É caracterizada pelo seu estilo barroco, e consiste numa torre de forma quadrangular, que no topo tem uma pirâmide com um anjo no cimo. Marca a entrada sul para a antiga vila amuralhada, que dava acesso ao castelo (Castro, 2015). Apesar de, geralmente, as torres sineiras estarem associadas à Sé, esta foi construída separada da Sé, com o intuito de ser ouvida no Arrabalde, onde estava o Convento e Igreja de São Francisco (Turismo de Portugal, 2013). Esta é de facto a única catedral em Portugal que não possui torre sineira integrada.

Numa rua paralela ao castelo, podemos encontrar o miradouro Ernesto Korrodi, onde podemos obter uma vista panorâmica sobre a cidade. Ainda neste local encontramos uma estátua de D. Afonso Henriques, datada do século XVI. Esta fazia parte de um conjunto escultórico conhecido como Arco da Memória, existente em Vidais - Caldas da Rainha, e destruído na segunda década do século XX. Entretanto foi recuperada e colocada na atual localização.

A Sé e sua área circundante

Em 1545, o Papa Paulo III instituiu a Diocese de Leiria. A construção da Sé teve início no ano seguinte pelo arquiteto Afonso Alves. Foi requalificada na consequência do terramoto de 1755, e mais tarde, durante as guerras napoleónicas, sofreu danos interiores por causa de um incêndio. Desde 2014, é reconhecida como monumento nacional (ARPT Centro de Portugal, 2021).

Numa rua próxima, encontramos o edifício onde o escritor Eça de Queirós se hospedou em 1870. Falamos do nº13 da Travessa da Tipografia, chamada a casa da Sra. Joaneira. Aqui escreveu os primeiros esboços do seu famoso romance “O Crime do Padre Amaro”, além de toda a colaboração com Ramalho Ortigão na obra “Mistério da Estrada de Sintra”. Apesar do seu estado de aparente abandono, a Câmara de Leiria acolheu a proposta do Partido Social-Democrata (PSD) de transformar o edifício num centro interpretativo até 2031 (Diário de Viseu, 2021).

Ainda nesta zona, encontramos a Igreja da Misericórdia de Leiria. Esta foi erguida em 1544, no local da sinagoga medieval da cidade. Porém, o edifício que encontramos atualmente resulta de uma reconstrução integral, iniciada em 1707, pelo bispo D. Álvaro de Abranches e Noronha (Jornal de Leiria, 2017). É um templo maneirista, de exterior sóbrio e com estrutura simples de uma só nave. Segundo a portaria, para além do seu interesse patrimonial, a igreja afirma-se como um espaço com grande

simbolismo, conservando muito presente a memória judaica e cristã-nova de Leiria, cuja importância histórica é acrescida pelo facto de na antiga judiaria, junto à sinagoga, ter funcionado a tipografia, de fundação quatrocentista, de onde saiu em 1495 o célebre Almanaque Perpétuo de Abraão Zacuto, a primeira obra científica impressa em Portugal (Santa Casa da Misericórdia, 2020).

Não muito longe desta Igreja, ergue-se a Casa dos Pintores, na rua Acácio de Paiva e remonta à arquitetura de habitação mais antiga no Centro Histórico de Leiria. Terá tido funções de loja, mercearia, barbearia e taberna no piso inferior. O piso superior foi usado para habitação e oficinas domésticas, resulta da junção de dois edifícios em resultado de um processo decorrido ao longo de 500 anos. É atualmente denominada de casa dos Pintores devido à grande quantidade de artistas que pintaram a sua fachada, na qual destacamos uma varanda com balaustrada em madeira e dois sobrados situando-se no topo de um quarteirão de reduzidas dimensões.

Estes dois edifícios, Casa dos Pintores e igreja da Misericórdia de Leiria, foram em 2017, constituídos como espaços do Centro de Diálogo Intercultural de Leiria. Foram transformados em espaços que visam a salvaguarda e a divulgação do património cultural, arquitetónico e urbanístico. Com este projeto pretende-se por um lado, valorizar a história e o património, por outro lado a cultura e turismo, de modo a criar um

espaço de preservação e interpretação da memória deixada pelas diferentes comunidades que, ao longo dos séculos, povoaram e construíram a região (Município de Leiria, 2021). Existe um destaque para a época medieval, durante a qual aqui se fizeram sentir, de forma mais intensa, as presenças muçulmana, cristã e judia.

O Jardim Luís de Camões

O Jardim Luís de Camões é o maior espaço verde da cidade de Leiria e localiza-se junto às margens do rio Lis, onde podemos também encontrar diversas pontes pedonais. Anteriormente à sua criação, era neste espaço que funcionava o Rossio, só mais tarde, durante o século XIX, é que é finalmente transformado. Atualmente, este é um dos locais onde a Câmara Municipal leva a cabo vários eventos culturais. Neste sentido é um espaço de passeio e convívio fundamental para a cidade. Neste jardim, podemos ainda encontrar a estátua do Pastor Peregrino e é uma obra do escultor Pedro Anjos Teixeira datada de 1957 e inaugurada em 1959 (Direção Regional de Cultura do Centro, 2018). Tem 4,09 metros e é feita em mármore branco. Representa a figura de um homem vestido como um pastor. Segura, com a mão direita, um cajado, e com a mão esquerda, segura um pequeno cordeiro pelas patas. Aos seus pés, encontra-se também uma ovelha com a cabeça voltada na sua direção. Esta é uma

referência a uma obra do autor Francisco Rodrigues Lobo, intitulada do mesmo nome.

Ainda nesta zona, encontramos o atual Banco das Artes - Galeria. Este edifício foi projetado em 1923, pelas mãos do arquiteto Ernesto Korrodi, para funcionar como sede do Banco de Portugal em Leiria, que acaba por fechar em 1994 (Banco de Portugal, 2022). O projeto reflete um excelente exemplar de arte nova e destaca-se pela elegância do exterior. A sua localização também foi estratégica, situando-se na zona nobre da cidade, em frente ao Rossio. Atualmente, este espaço encontra-se aberto ao público com inúmeras exposições, representando assim um local de visita obrigatório na cidade (Câmara Municipal de Leiria, 2022).

Praça Francisco Rodrigues Lobo

A Praça Francisco Rodrigues Lobo funciona como elemento central da zona histórica de Leiria. Antigamente, era chamada de Praça de São Martinho, pois neste mesmo local, havia uma igreja desde os finais do século XII - a igreja de S. Martinho. Existia também neste espaço, o Moinho de Mancebia que, em 1400, foi transformado em Moinho de Azeite. Perto deste moinho existiam os banhos públicos, situados no largo dos Banhos junto à judiaria e outros lagares de azeite. Destacam-se ainda edifícios como a Casa da Câmara, a Cadeia, o Pelourinho e o Paço dos

Tabeliães que se situava à frente da antiga Igreja de São Martinho (Câmara Municipal de Leiria, 2022).

Na entrada da praça existia um palacete muito frequentado pelo poeta Rodrigues Lobo. Falamos do Palácio dos Marqueses de Vila Real. Construído no séc. XVI, era constituído por duas partes que, através de um arco, faziam uma ligação entre a praça e o Rossio. Em 1888, este edifício foi adquirido por Joaquim Zúquete. Parte do antigo palácio foi demolido no final do séc. XIX e uma parte ardeu em janeiro de 1914, tendo sido mais tarde reconstruído sob o projeto do arquiteto Ernesto Korrodi. Até 1950, o 1º piso funcionou como Grémio Literário e Recreativo. Ao nível da arquitetura do edifício é de realçar os azulejos com elementos florados ao estilo Arte Nova que marcam as fachadas, e o pavimento do hall de entrada principal que é composto por calçada portuguesa (Matias, 2008). Este novo edifício seria intitulado de casa dos Zúquetes.

Junto a este edifício, encontra-se o Edifício do Ateneu. Este foi um antigo palácio setecentista (séc. XVIII) da família Oriol Pena, cujo brasão permanece numa das fachadas do edifício. Nele funcionou no século XIX, a Assembleia Leiriense, da qual Eça de Queirós era sócio e onde ia ler os seus jornais. São inúmeras as referências a esta praça na obra “O Crime do Padre Amaro”.

O rio também teve uma grande importância na localização da praça porque, nesta época, ele passava junto à igreja de São Martinho,

tendo sido apenas desviado entre 1699 e 1702 devido às cheias que aconteciam frequentemente ameaçando a cidade. O espaço onde é atualmente a praça teria sido em tempos uma necrópole, transformando-se numa zona de comércio, o que fez atrair famílias nobres e novas famílias. A cidade cede os paços que serviam de Câmara, junto da Igreja de São Pedro, e a igreja cede parte do rossio e o assento da Igreja de São Martinho. Assim a igreja de São Martinho é demolida para a construção da praça. Em 1546 tínhamos então uma nova praça, aumentando a frequência de população no local para transações comerciais.

Atualmente, a praça assume um papel bastante importante na vida comercial e social da cidade, onde encontramos muitos espaços de diversão noturna e diurna como os cafés, esplanadas e eventos realizados na praça. Francisco Rodrigues Lobo, poeta do século XVI, frequentou bastante este local e a praça passa então a homenagear o seu nome.

A Estátua Francisco Rodrigues Lobo ergue-se nesta praça como uma homenagem a uma das personalidades mais importantes da história de Leiria. Aquele que foi um poeta português, com o cognome de "cantor do Lis", tem aqui a sua estátua, uma obra do escultor Joaquim Correia (1920-2013). A estátua é feita em bronze e o pedestal em pedra. Foi inaugurada em 1973 no centro da Praça Rodrigues Lobo, mas foi deslocada para o local onde atualmente se encontra, na década de 1990.

Numa das ruas circundantes a esta praça encontramos a emblemática Casa do Arco que foi um projeto de adaptação e habitação para José Gaudêncio Barreto, em 1912, com o objetivo de ampliar a área habitável da mesma. O nome é dado devido ao arco que olha sobre a praça Rodrigues Lobo, que foi transformado numa galeria envidraçada como referência ao antigo claustro. As varandas do pátio interior da casa sugerem um ambiente romântico tipicamente italiano. Foi mais uma obra projetada por Ernesto Korrodi. Este edifício tem um significado histórico muito grande pois era parte do antigo hospital e casa da Misericórdia, que funcionou até ao século XIX (Oliveira, 2004).

Numa das ruas adjacentes à Praça Rodrigues Lobo - Rua da Graça – encontramos a estátua em homenagem a Afonso Lopes Vieira. Este foi um poeta natural de Leiria, nascido em 1878, faleceu aos 68 anos. A estátua em sua homenagem é uma obra de Joaquim Correia, e foi inicialmente colocada no jardim de Leiria, junto do rio e foi, posteriormente, colocada no Largo Marechal Gomes da Costa (Direção Regional de Cultura do Centro, 2018). É feita em bronze num pedestal de pedra de Lioz, tem 2,18 metros de altura. Foi inaugurada a 30 de novembro de 1979. O local onde se encontra atualmente a estátua foi em tempos a casa onde nasceu o poeta.

Numa rua paralela à Rua Direita (mais precisamente na esquina na rua Fernão de Magalhães) temos o edifício de Narciso Costa. Narciso

Costa foi, para além de diretor da Escola Comercial e Industrial Domingos Sequeira até 1954, um artista cinzelador, com diversas obras em pedra, barro e madeira. Foi também pintor. Residiu neste edifício entre 1914 até 1969 (Região de Leiria, 2012). Pouco sobrou deste edifício composto por 14 divisões, alguns sofás, sala de estar e um armário cheio de loiças da família.

Largo Cândido dos Reis – Terreiro

Este largo foi um dos primeiros polos de desenvolvimento da cidade, juntamente com o castelo e a praça Rodrigues Lobo. Este espaço era chamado de Terreiro das Camarinhas ou Terreiro Miguel Luís Ataíde pois era aqui que se situava a zona nobre da cidade, ou seja, onde se encontravam os solares e palacetes das famílias ilustres de Leiria entre os séculos XVII e XIX. Alguns destes edifícios ainda se encontraram preservados até aos dias de hoje.

Um bom exemplar, é o Palácio dos Barões do Salgueiro. O título *Barão do Salgueiro* foi criado pelo rei D. Luís I de Portugal. Este palácio apresenta uma arquitetura residencial oitocentista, de cariz romântico, sob influência do classicismo francês. As janelas do jardim suspenso denotam influência do neo-revivalismo e o primeiro piso foi inicialmente destinado a cavaliarias, sendo depois utilizado para garagens e espaço comercial, por sua vez, os restantes pisos permaneceram para habitação

(Brás & Pereira, 2002). Este edifício foi construído em 1850 e serviu de palco a algumas passagens registadas por Eça de Queirós enquanto esteve em Leiria.

Nesta mesma praça, podemos encontrar a atual Biblioteca Municipal. Apesar disso, a primeira Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, que abriu a 30 abril de 1955, motivada pela doação da coleção particular do poeta, estava instalada no edifício dos Paços do Concelho. Mais tarde, a 25 de setembro de 1997, é inaugurado o espaço no Largo Cândido Reis, num edifício habitacional datado do século XVIII, adaptado seguindo o projeto de Charters Monteiro, para onde foi transferida a biblioteca e onde se encontra até aos dias de hoje. Num dos espaços deste edifício, encontra-se a livraria privada do escritor que se encontra disposta da mesma forma que na sua residência em Lisboa, o Palácio da Rosa. Com o passar dos anos, a biblioteca teve variadas doações e novas aquisições da Câmara Municipal de Leiria (Câmara Municipal de Leiria, 2022). Atualmente já conta com cerca de 100 mil títulos. Além da Livraria de Afonso Lopes Vieira, é de referir que o edifício contém uma Sala Polivalente, a Sala de Leitura Infantil e Juvenil, a Galeria, a Sala de Leitura de Adultos e o Arquivo Histórico – Sala Fernando Amaro.

Neste largo, existe um edifício datado do séc. XVIII que pertenceu a uma das famílias mais antigas de Leiria, a família Ataíde, cujo nome está ligado a esta região desde a Idade Média. Esta casa integra

ainda a Capela de Nossa Senhora da Conceição, do ano de 1711. Na sua fachada, podemos encontrar o brasão de armas dos Silvas e Ataídes (Arquivo Digital de Leiria, 2017). Atualmente, é neste edifício que se encontra a Caixa de Crédito Agrícola de Leiria.

Mercado Sant'Ana

Este edifício localizado não muito longe da Praça Rodrigues Lobo, foi outrora o Convento de Sant'Ana, o qual funcionava desde 1495. Parte das suas instalações arderam durante as invasões francesas. Mais tarde, é oferecido à Câmara Municipal, cerca de 100 anos depois. Foi então que, em 1919, Ernesto Korrodi foi encarregue de elaborar a construção de um mercado fechado, inaugurado em 1931. A sua arquitetura é bastante peculiar, dentro das linhas setecentistas, uma arquitetura eclética que resultou de uma planta irregular, composta por várias arcadas envidraçadas que, no seu interior, revelam um terreiro descoberto.

Junto a uma rotunda, perto deste mercado, podemos encontrar a Igreja do Espírito Santo. Esta igreja foi feita a partir de uma antiga ermita medieval onde existiam uma albergaria e um hospital. Edificada no século XVIII, é uma igreja com alguma simplicidade e influência barroca.

Fonte das Três Bicas

Esta fonte, também apelidada de Fonte das Carrancas ou Chafariz Grande, data do século XVII. Consiste numa fonte barroca com

dois bebedouros destinados aos animais e uma bacia central com três carrancas clássicas (Turismo Centro Portugal, 2015). Na zona cimeira das carrancas que jorram a água, encontra-se uma estátua de Santo António. Teve um papel bastante importante, uma vez que se tratava da base de abastecimento de água de toda a população.

Esta fonte é bastante conhecida, principalmente pelos estudantes do Instituto Politécnico de Leiria, uma vez que é um local onde se praticam atividades académicas praxísticas, nomeadamente os batismos.

Antigo Liceu Rodrigues Lobo

O Liceu foi criado em 1844, nesta altura não tinha instalações próprias e, portanto, as instalações usadas eram provisórias. A sua criação foi uma tentativa de, por um lado, organizar um sistema escolar que respondesse às necessidades sociais e às vocações dos alunos e, por outro lado, contribuir para o desenvolvimento da cidade. Em 1851, passou para os baixos do Seminário Episcopal, que era o único espaço disponível para o seu funcionamento. Em 1892 começou a construção de um edifício próprio para o liceu que se situava na margem esquerda do rio Lis junto da antiga Vala Real, e só terminou em 1894, ano em que foi inaugurado. Era constituído por dois pisos e uma planta regular em forma de “U” e tinha capacidade para cerca de 200 alunos. Houve duas tentativas de

construção de um novo liceu, mas só em 1964 é que foi inaugurado um novo Liceu Rodrigues Lobo em Porto Moniz (Matias, 2008).

Ao lado do Antigo Liceu Rodrigues Lobo, temos uma outra obra projetada por Korrodi, a casa da família Oliveira Dias. Esta casa foi desenhada por Ernesto Korrodi e José Theriaga em 1905 para a família de Luís Oliveira. Possui o vínculo à linha arquitetónica austera com aproximação da linguagem maneirista ou neobarroca expressa, especialmente nas sobrevergas contracurvadas, nos beirados, nos cunhais reforças e nas volumetrias. Há um pormenor interessante nesta casa, a decoração fiso do beiral, com folhas de oliveira, possivelmente referindo o proprietário. É então mais uma obra de grande interesse de Ernesto Korrodi.

Convento de Santo Agostinho

Na mesma rua, encontramos o Convento de Santo Agostinho que se situa na margem esquerda do rio Lis e é composto por uma igreja, um claustro e o edifício do antigo Seminário. Foi fundado em 1579 por D. Frei Gaspar do Casal, e a obra só terminou no séc. XVIII com alterações efetuadas anos mais tarde, tendo o Seminário sido criado em 1671 por D. Pedro Vieira da Silva (Turismo de Portugal, 2013). Aqui esteve exilado o Bispo do Maranhão devido às perseguições que os jesuítas sofreram por parte da política antirreligiosa do Marquês de Pombal. Em 1834, o

convento passou a quartel, após as ordens religiosas serem extintas e, só em 1944 é que a igreja voltou à guarda do Bispado de Leiria (Mendonça, 1991). Junto ao Convento, temos o Jardim Santo Agostinho, também apelidado de “Parque dos Mortos” pelos estudantes de Leiria, uma vez que é aí que acontece a Missa do Caloiro e o Batismo.

A Igreja de Santo Agostinho está localizada junto ao Convento de Santo Agostinho, onde está atualmente instalado o Museu de Leiria. Foi construída em 1577 e consiste numa igreja com planta em forma de cruz latina, com uma nave, uma abóbada de lunetas e três capelas laterais. Sobre a porta principal está o escudo do bispo fundador. O conjunto da igreja com o convento foram contruídos sobre uma antiga fábrica de papel, e o que restou desta pode ainda ser visto a Este da igreja. No séc. XX, a igreja sofre algumas obras destacando-se o altar-mor projetado pelo arquiteto Ernesto Korrodi. Ainda durante este século, quando a igreja, o convento e o seminário foram devolvidos à diocese, a igreja foi aberta ao culto religioso (Câmara Municipal de Leiria, 2022).

No próprio convento de Santo Agostinho, está alojado o Museu de Leiria, o qual tem uma coleção que conta a história da cidade através de peças que passaram em locais distintos da cidade. (ARPT Centro de Leiria, 2021) Existe uma exposição permanente e uma exposição temporária, e está organizado cronologicamente. Também possui um laboratório de conservação e restauro, um centro de documentação, um

centro de investigação, um centro educativo, uma sala multifuncional e uma área de reservas. Da exposição do museu, destacam-se os fósseis da Guimarota, referências da paleontologia e um achado muito importante na evolução humana, o Menino do Lapedo, que se trata do fóssil de uma criança encontrado no Vale do Lapedo e que viveu no período do Paleolítico Superior Inicial. Visitar este museu é como fazer uma viagem no tempo.

Ao lado do Museu de Leiria, temos o primeiro seminário diocesano. O bispo D. Pedro Vieira da Silva foi o responsável pela sua criação em 1671, que no ano seguinte o entregou à Ordem de Santo Agostinho. Quando D. Manuel de Aguiar entrou para o bispado, o edifício já se encontrava em ruínas e, anos mais tarde, é que Manuel de Aguiar mandou que se reconstruísse o edifício. Este reabriu em 1804 e foi confiado à Congregação da Missão. Devido aos estragos provocados durante as invasões francesas, o seminário teve de fechar, só voltando a reabrir em 1812. Durante vários anos, fechou e reabriu várias vezes sob ordens de diferentes bispos. Com a extinção da diocese de Leiria em 1881, os bens do Seminário foram adjudicados ao Seminário Patriarcal de Santarém e mais tarde transferidos para o Seminário de Coimbra. Durante este período, estes bens permaneceram no Seminário de Leiria, enquanto ali estivessem instalados o Liceu e os alunos destinados ao estado

sacerdotal (Seminário Diocesano de Leiria, 2017). Em 1911, o Seminário passou a ser um bem do Estado, extinguindo o ensino eclesiástico.

Mais à frente, e ainda nas margens do Lis, temos o Moinho do Papel, um dos primeiros moinhos da Península Ibérica. A história começa em 1411 quando a indústria da moagem era muito importante para o desenvolvimento económico. Era usado para a moagem de cereais, para o fabrico do azeite e para a produção do papel, e teve influência no surgimento da tipografia em Leiria, tendo sido a primeira do país. No séc. XVI, passou a pertencer ao Convento Santo Agostinho e servia para o abastecer de água assim como ao Antigo Quartel Militar. E foi durante o sec. XX que voltou à moagem de cereais. Foi inaugurado em 2009 como espaço museológico sob o projeto de Siza Vieira (Câmara Municipal de Leiria, 2022).

Rotas – Atividade Cultural

Será pertinente então, perante esta elevada riqueza patrimonial, desenvolver ações que incentivem as pessoas a tirar partido de algo que está tão presente no seu dia a dia. Por riqueza patrimonial referimo-nos a edifícios e monumentos que além da sua função (atual ou passada) atingiram valor simbólico - todos juntos representam um espaço cultural. Muitas vezes, estes espaços não são aproveitados da melhor forma, seja por conta das entidades responsáveis, seja por conta do público. Os

motivos para isto acontecer são muito variados: desinteresse cultural, falta de informação, falta de verbas, dificuldades burocráticas, entre outros. No entanto, não devemos desistir de impulsionar estes espaços e, para isso, é necessário a ação de mediadores socioculturais que se debatam sobre esta problemática.

Neste trabalho propomos duas rotas temáticas que procuram cativar para o interesse e atenção daqueles que por Leiria passem. O público-alvo destas rotas é universal - desde crianças a idosos, desde um mero passeio a uma visita organizada. Procurámos acima de tudo dar sentido a estas rotas, e torná-las acessíveis. De seguida iremos explicar e definir cada uma delas. Com o objetivo de tornar o percurso mais perceptível criámos um mapa onde se encontram marcados os vários pontos de interesse, bem como o caminho a seguir.

Rota Religiosa

Igreja da Pena (Castelo), Igreja de S. Pedro, Torre Sineira, Sé Catedral, Igreja da Misericórdia, Praça Rodrigues Lobo, Igreja do Espírito Santo, Antigo Seminário, Igreja e Convento de S. Agostinho.

Esta rota foi definida a pensar na importância da presença de referências religiosas, entre judeus e cristãos. Ao longo de centenas de anos, a religião teve um poder muito grande em Portugal, tendo impactado muito a forma como a sociedade se comportava, algo que se

pode verificar nos edifícios. Além disso, a arquitetura religiosa é bastante particular e com representações específicas que, a nível histórico e artístico, são muito significativos. Apesar de longe do auge de outros tempos, este tipo de edifícios demonstra grande potencial na promoção da cultura (como é exemplo o Centro de Diálogo Intercultural de Leiria).

Este percurso pode ser feito a pé com a duração média de 30 minutos, apesar disso, sugerimos começar a caminhada na zona do Castelo por se encontrar na parte mais elevada do terreno e assim, além de oferecer uma vista panorâmica sobre a cidade e alguns dos pontos a visitar mais tarde, facilitar o percurso.

Rota Artística

M|i|mo, Biblioteca Municipal, Estátua de Afonso Lopes Vieira, Praça Rodrigues Lobo, Estátua de Francisco Rodrigues Lobo, Igreja da Misericórdia (CDIL), Casa de Eça de Queirós, Casa dos Pintores (CDIL), Banco das Artes – Galeria, Jardim Luís de Camões.

A Cultura funciona muitas vezes como uma fonte de conhecimento, de transmissão de valores e de identidade. A promoção da Cultura impulsiona a criatividade artística e a liberdade de expressão. Neste sentido, procurámos definir uma rota que se focasse no aspeto mais artístico e que mostrasse um lado da cidade que muitas vezes passa despercebido. Além disso, arte e cultura aparecem sempre muito

interligadas. Por outras palavras, conhecer o contexto cultural em que uma obra de arte foi criada permite dar-lhe um significado mais específico e completo, e vice-versa.

A marca artística mais vincada na cidade é a literatura, uma vez que, vários escritores e poetas viveram em Leiria. Falamos de Acácio Paiva, Francisco Rodrigues Lobo e Afonso Lopes Vieira, nascidos em Leiria e, Eça de Queirós e Miguel Torga, que viveram na cidade. Conhecer os espaços e ambientes sociais destes autores é compreender de forma mais completa as suas obras. No entanto, também a arte contemporânea e as artes visuais têm em Leiria um lugar de destaque. Dois bons exemplos disso são o Banco das Artes - Galeria e o M|i|MO. Este percurso pode e está definido para ser feito a pé com a duração média de 20 minutos, e mantemos a sugestão de começar na zona de maior elevação para facilitar o percurso.

Uma Aplicação Móvel: valorização do património cultural

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, fomos identificando pontos sensíveis que tornavam menos acessível o bom uso dos espaços culturais presentes na cidade. Por um lado, e apesar da Câmara Municipal de Leiria ter desenvolvido um conjunto de sites com informação sobre vários locais de interesses na cidade, percebemos que é complicado o acesso a informação viável sobre os locais menos turísticos. Por outro

lado, foi através da observação direta e pesquisa por blogues independentes de antigos residentes da cidade, que podemos descobrir muitos destes locais. Para alguém que não é local (pessoas não residentes em Leiria) poderá ser complicado reparar nestes edifícios mais esquecidos.

Outro fator que nos ocorreu foi o aparente desinteresse da população em relação ao seu património. Acreditamos que o investimento em atividades e dinâmicas junto destes espaços funciona como combate a esta problemática, no entanto não é suficiente. Na procura de novas respostas, percebemos que nem sempre as pessoas têm conhecimento destas atividades e notícias-locais uma vez que, por um lado, os jornais já não são o principal meio de transmissão de informação; por outro lado, a multipluralidade de plataformas faz com que a informação se encontre espalhada de forma irregular e se torne confusa, obrigando também o acesso constante a estes meios de comunicação, acabando também por dificultar a procura daqueles que apenas querem procurar um evento para um determinado dia ou sobre um assunto específico; por último, os cartazes que muitas vezes se podem facilmente encontrar pela cidade, não são acessíveis a quem não frequenta regularmente a cidade.

Surgiu então a ideia de criar uma aplicação móvel, que reunisse informações sobre os vários pontos da cidade e sobre os eventos e novidades. Seria um projeto com muitas opções de expansão que apoiaria, quer a população local, quer aqueles que pretendem visitar a cidade, a

fazer um aproveitamento mais complexo dela. A aplicação teria vertentes culturais, cívicas e económicas. Este projeto viria dar resposta a algumas problemáticas:

- Em primeiro lugar, teria como função principal agregar toda a informação num só espaço: quer para divulgar eventos, comemorações, atividades; quer para dar informação e promover os diversos espaços. Por exemplo, no caso das festividades locais que são exclusivas de uma determinada localidade, essa informação dificilmente chega às pessoas que não são naturais desse espaço. Com a expansão da aplicação, seria possível alargar estas informações, não só à cidade, mas também ao concelho.
- Em segundo lugar, o crescente uso de aplicações móveis por parte de toda a população (gerações mais jovens e mais velhas inclusive) é um fator importante a considerar na resolução deste problema. Podemos usar dois exemplos práticos do uso da aplicação: por um lado, se pode funcionar como alerta para o típico cidadão leiriense (ver anexo II), por outro lado, poderá funcionar como ferramenta pedagógica em visitas de estudo com crianças e jovens. Com as novas tecnologias o limite é até onde a imaginação nos levar.
- Por último, e com um olhar mais empreendedor, este projeto tem potencialidades que se podem estender à autossuficiência económica e com muito potencial de expansão a longo prazo.

Além de enaltecer a cultura, poderia apoiar também o turismo, promovendo a economia local. Poderia ser uma ferramenta de marketing e publicidade usada por restaurantes, bares e hotéis da região.

Para este trabalho, e com os recursos que tínhamos disponíveis, desenvolvemos apenas um protótipo da aplicação. Este tem a funcionalidade de, aquando da proximidade com um local de interesse, enviar ao utilizador uma notificação informativa sobre esse mesmo local. Agregamos a este trabalho algumas imagens e uma pequena explicação sobre a aplicação. Gostaríamos imenso de poder expandir e acompanhar este projeto se as condições para isso se reunissem.

Conclusões

Espaços culturais são espaços que conservam, difundem e expõem arte, além de nos levar a refletir sobre a realidade que nos rodeia, sendo assim espaço educativos. Leiria, enquanto cidade rica em património histórico e cultural, dispõe de bastantes espaços culturais que assumem grande importância na formação dos cidadãos e na transmissão de conhecimentos sobre a cultura e a nossa história.

No entanto, a cidade de Leiria (nomeadamente na Zona Histórica) conta com muitos espaços degradados ou ao abandono que poderiam ser espaços culturais dada a sua relevância ao longo dos tempos

e o valor simbólico que representam. Esta foi uma das razões pelas quais escolhemos este trabalho, não só para destacar o valor cultural que estes espaços possuem, como também realçar o seu carácter educativo. Em contrapartida, este fator assumiu-se também como uma grande dificuldade, uma vez que não existe muita informação acerca destes espaços, exigindo pesquisas longas e aprofundadas a fim de os descrever.

Deste modo, a aplicação que procurámos desenvolver pretende dar a devida visibilidade aos espaços da zona histórica que se podem assumir como espaços culturais, valorizando a história da cidade, a religião e a sua cultura, tendo em conta o crescente uso das tecnologias nas nossas vidas. A aplicação conta com diversas funcionalidades interativas que levam o utilizador a descobrir a Cultura que a cidade de Leiria esconde, podendo mesmo ser uma oportunidade de negócio.

Estes tipos de projetos são essenciais para promover a cultura e educar a população para o património de um país. Destacamos uma necessidade de maior investimento na Cultura em Leiria, pois é através dela que conseguimos educar a população, mudar atitudes e contribuir para uma sociedade ativa e ciente dos valores, símbolos e cultura que nos tornaram o que somos hoje.

Bibliografia

Almeida, A., Falcão, A. P. & Gonçalves, L. M. S. (2015). Modelação Tridimensional da Zona Histórica de Leiria em Ambiente 3D-SIG. *VIII Conferência Nacional de Cartografia e Geodesia*.

https://viiicncg.ordemengenheiros.pt/fotos/editor2/VIIICNCG/cncg2015_comunicao_32.pdf

Amaro, H. (2021). *Leiria: Casa onde viveu Eça de Queirós será transformada num centro interpretativo*. Diário de Viseu. <https://www.diarioviseu.pt/noticia/70990>

ARPT Centro de Portugal (2022). *Castelo de Leiria*. Visit Center of Portugal. <https://www.centerofportugal.com/pt/poi/castelo-de-leiria>

ARPT Centro de Portugal (2022). *M|i|MO – museu da imagem em movimento*. Visit Center of Portugal. <https://www.centerofportugal.com/pt/entity/mimo-museu-da-imagem-em-movimento-2>

ARPT Centro de Portugal (2022). *Museu de Leiria*. Visit Center of Portugal. <https://www.centerofportugal.com/pt/entity/museu-de-leiria>

ARPT Centro de Portugal (2022). *Sé Catedral de Leiria*. Visit Center of Portugal. <https://www.centerofportugal.com/pt/poi/se-catedral-de-leiria>

Arquivo Distrital de Leiria (2017). *Silva Atayde da Costa*. <https://digitarq.adlra.arquivos.pt/details?id=1193021>

Banco de Portugal (2022). *Agência do Banco de Portugal em Leiria*. <https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=19139>

Brás, I. & Pereira, J. (2002). *Casa do Barão do Salgueiro*. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11197

Câmara Municipal de Leiria (2022). *Banco das Artes Galeria*. Visite Leiria. <https://www.visiteleiria.pt/pontos-de-interesse/museus/banco-de-portugal-galeria-municipal/>

Câmara Municipal de Leiria (2022). *Biblioteca Municipal – Afonso Lopes Vieira*. Visite Leiria. <https://www.visiteleiria.pt/pontos-de-interesse/museus/biblioteca-municipal-afonso-lopes-vieira/>

Câmara Municipal de Leiria (2022). *Centro de Diálogo Intercultural de Leiria*. Visite Leiria. <https://www.visiteleiria.pt/pontos-de-interesse/museus/centro-de-dialogo-intercultural-de-leiria/>

Câmara Municipal de Leiria (2022). *Igreja de Santo Agostinho*. Visite Leiria. <https://www.visiteleiria.pt/pontos-de-interesse/loais-de-culto/igreja-de-santo-agostinho/>

Câmara Municipal de Leiria (2022). *O Moinho*. Visite Leiria. <https://www.visiteleiria.pt/pontos-de-interesse/museus/moinho-do-papel/>

Câmara Municipal de Leiria (2022). *M|i|MO, Museu da Imagem em Movimento*. Visite Leiria. <https://www.visiteleiria.pt/pontos-de-interesse/museus/mimo-museu-da-imagem-em-movimento/>

Câmara Municipal de Leiria (2022). *Praça Rodrigues Lobo*. Visite Leiria. <https://www.visiteleiria.pt/pontos-de-interesse/patrimonio/praca-rodrigues-lobo/>

Castro, P. (5 setembro 2015). *Torre Sineira*. Visitar Portugal. <https://www.visitarportugal.pt/leiria/leiria/leiria/torre-sineira>

Correia, P. (2018). *Estátuas dos nossos reis (8)*. Delito de Opinião. <https://delitodeopiniao.blogs.sapo.pt/estatuas-dos-nossos-reis-8-10187548>

Costa, L. (1997) *Ernesto Korrodi: 1889-1944. Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*. Editorial Estampa.

Departamento de Matemática – IPL (2017). *Praça Rodrigues Lobo*. Passeio Matemático por Leiria. <https://sites.ipleiria.pt/matematicaporleiria/praca-rodrigues-lobo/>

Direção Regional de Cultura do Centro. (2018). *Afonso Lopes Vieira*. <https://www.culturacentro.gov.pt/pt/museus/museu-virtual-de-arte-publica/leiria/leiria/afonso-lobes-vieira/>

Direção Regional de Cultura do Centro (2018). *Pastor Peregrino*. <https://www.culturacentro.gov.pt/pt/museus/museu-virtual-de-arte-publica/leiria/leiria/pastor-peregrino/>

Eirena (18 fevereiro 2011). *Casa de Narciso Costa*. Viver Leiria. Recuperado em 16 de novembro, 2022, de <http://viverleiria.blogspot.com/2011/02/casa-de-narciso-costa.html>

Gomes, S. (2004) (2ª ed.) *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal.

Igogo (2019). Casa dos Ataíde. <https://www.igogo.pt/casa-dos-ataides/>

Jornal de Leiria (2017). “Sinagoga” de Leiria reabre portas 520 anos depois. <https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/sinagoga-de-leiria-reabre-portas-520-anos-depois-6866>

Leiria, M. (2012). *Narciso Costa. A casa que guarda a memória do artista está à venda*. Região de Leiria. <https://www.regiaodeleiria.pt/2012/10/narciso-costa-a-casa-que-guarda-a-memoria-do-artista-esta-a-venda/>

Lifecooler (2016). *Jardim Luís de Camões*. Consultado em 12 novembro 2022, <https://lifecooler.com/artigo/atividades/jardim-luis-de-camoes/306146/>

Magalhães, F. (2016). A Praça do Império no imaginário coletivo português: memória e narrativa nacional. In M. Santomé, C. Pisonero, B. Acuña (coord.), *Experiências y manifestaciones culturales de vanguardia* (pp 427-441). McGraw-Hill.

Magalhães, F. (2012). À procura de um lugar na Europa: o património nos discursos sobre Leiria e suas regiões. Instituto Politécnico de Leiria.

Magalhães, F. (2017). “O centro histórico de Lisboa enquanto ecomuseu: construindo pontes entre os turistas, os locais e o património (114-136)”. *RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo*, 7: 3. [file:///C:/Users/Acer/Downloads/4176-15085-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/4176-15085-1-PB%20(1).pdf)

Marques, A., Gonçalves, I., Andrade, A. A. (1990). *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, séculos XII-XV, Vol. I. Centro de Estudos Históricos da UNL, Lisboa.

Matias, C. (2008). *Edifício Zúquete*. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17352

Matias, C. (2008). *Liceu Rodrigues Lobo / Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo*. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10534

Mendonça, I. (1991). *Convento de Santo Agostinho / Museu de Leiria*. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3299

Município de Leiria (2021). *Castelo*. <https://www.cm-leiria.pt/pages/229>

Município de Leiria (2021). *Centro de Diálogo Intercultural de Leiria*.

https://www.cm-leiria.pt/areas-de-atividade/cultura/patrimonio-e-museus/patrimonio/cdil-centro-de-dialogo-intercultural-de-leiria?folders_list_154_folder_id=37&page_documents=22&page_folders=3

Município de Leiria (2021). *Obras transformam igreja de S. Pedro em espaço cultural*. <https://www.cm-leiria.pt/municipio/gabinete-de-comunicacao/noticias/arquivo-de-noticias/noticia/obras-transformam-igreja-de-s-pedro-em-espaco-cultural>

Município de Leiria (2021). *Rota revela escritores emblemáticos de Leiria em setembro*.

<https://www.cm-leiria.pt/municipio/gabinete-de-comunicacao/noticias/arquivo-de-noticias/noticia/rota-revela-escreitores-emblematicos-de-leiria-em-setembro>

Oliveira, M. G. (2004). *Ernesto Korrodi: roteiro na cidade de Leiria* (1ª edição).

Associação para o Desenvolvimento de Leiria; Centro do Património da Estremadura; Delegação Distrital de Leiria da Ordem dos Arquitectos.

https://www.cm-leiria.pt/uploads/document/file/4029/Ernesto_Korrodi_-_Roteiro_na_cidade_de_Leiria.pdf

Portugal 2050 (2011). *Casa dos Pintores*.

http://portugal2050.com/visite/leiria/casa_dos_pintores?p=a516abb6-ea38-4b4d-ada1-85a3f4a16fa7&c=a5470c9a-796a-444f-bb11-1ff3ba981257

Portugal de Norte a Sul (2022). *Torre Sineira (Leiria)*.

<https://www.portugaldenortea sul.pt/10782/torre-sineira-leiria>

Portugal Notável (2022). *Castelo de Leiria (**)* – a majestade medieval no centro de Portugal. Viagens que transformam. Recuperado em 19 outubro, 2022, de <http://www.portugalnotavel.com/castelo-de-leiria/>

Rede Cultura 2027 Leiria (2022). *Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira*. <https://www.redecultura2027.pt/pt/agentes-culturais/biblioteca-municipal-afonso-lopes-vieira>

República Portuguesa (2022). *Museu da Imagem em Movimento*. Património Cultural. <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-da-imagem-em-movimento/>

Santa Casa da Misericórdia (2020). *Igreja da Misericórdia de Leiria*. <http://www.misericordiadeleiria.pt/servico.asp?t=videos&pid=195&bpid=195>

Seminário Diocesano de Leiria (2017). *O Seminário, “coração da Diocese”*. <https://seminariodeleiria.wordpress.com/historia/>

Teixeira, J. M. (2018). *Arquiteto Ernesto Korrodi*, Vol. II. Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Tulipa. (2012, novembro 15). *“CASA DO ARCO” foi projetada por ERNESTO KORRODI*. Momentos Perfeitos. Recuperado em 19 de outubro, 2022, de <http://momentos-perfeitos.blogspot.com/2012/11/casa-do-arco-foi-projectada-por-ernesto.html>

Turismo Centro Portugal (2015). *Fonte das Três Bicas*. https://web.archive.org/web/20160304030957/http://www.turismodocentro.pt/pt/produtos.58/fonte_das_tres_bicas_a4677.html

Turismo de Portugal (2013). *Convento de Santo Agostinho*. Visit Portugal. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/NR/exeres/484D280B-371B-43D4-A709-AD5E027E0D94>

Turismo de Portugal (2013). *Igreja da Misericórdia de Leiria*. Visit Portugal. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/NR/exeres/6A385ACD-3677-4CF6-9ED2-C4620378701B>

Turismo de Portugal (2013). *Sé Catedral de Leiria*. Visit Portugal. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/se-catedral-de-leiria>

A transformação do Património Histórico em Oferta Turística criativa na formação de futuros técnicos de Turismo

Sara Vidal Maia

Escola Superior de Educação de Coimbra, IPC, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-3634-7877>

Manuela Cunha

Ceis XX, Universidade de Coimbra, Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-0878-5151>

Resumo

O conceito de património histórico apresenta uma evolução conceptual ao longo do tempo, desenvolvendo, a partir do século XX, uma relação acentuada com a indústria do turismo. Hoje compreendemos que o êxito da atividade turística se encontra, muitas vezes, relacionado com a vertente cultural e/ou patrimonial. Contudo, o património cultural não fala por si só e precisa da História, dos historiadores e dos técnicos de turismo para transmitir a sua mensagem aos turistas e visitantes. Reconhece-se que a importância do património histórico na atividade turística está dependente da consciência e interpretação históricas na formação dos futuros técnicos de turismo e como estes abarcam o desafio de comunicar o património. É neste sentido que podem ser criadas e aplicadas ferramentas criativas como estratégias diferenciadoras da oferta turística. Este texto procura discutir a importância de transformar um objeto/bem histórico-cultural num produto turístico-cultural, cumprindo, para isso, dois requisitos fundamentais: contar uma história e proporcionar uma experiência. Para ilustrar esta prática, é apresentada uma das modalidades de avaliação da Unidade Curricular de Movimentos Artísticos e Património (Licenciatura em Turismo – Escola Superior de

Educação de Coimbra), onde os discentes foram desafiados a aplicar competências teóricas de reconhecimento do património histórico-cultural e artístico, transformando-as numa aprendizagem prática e criativa.

Palavras-chave

Património; história; turismo; criatividade.

A relevância do património histórico na atividade turística

O conceito de património refere-se, de forma geral, ao legado que foi deixado no tempo histórico passado e que transmite um testemunho às gerações futuras (Silva, 2008). Preservar o passado é uma necessidade do sujeito, mas esta necessidade surgiu apenas de forma organizada e intencional a partir do século XVIII, em França, quando foram tomadas as primeiras medidas de proteção dos monumentos e bens de valor para a História. A partir desse momento, o conceito de património estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos para o efeito (Funari, 2005).

Este processo teve continuidade nos séculos XIX e XX com o lançamento institucional do monumento histórico e com a criação das identidades nacionais de salvaguarda e preservação patrimonial, motivadas pela valorização do património enquanto testemunha e unificação da História da humanidade (Funari, 2005). Nos anos 1970, o

património cultural assumiu-se como fator de memória das sociedades e, em 1989, no decorrer da XXV Conferência da Unesco, o património cultural (agora também reconhecido como imaterial) “passou a abarcar todos os bens incorpóreos (saberes, costumes, músicas, dança, lendas), inclusivamente os da então designada cultura tradicional e popular, fazendo-se menção ao tratamento especial que se deveria prestar às culturas não dominantes” (Maia & Campos, 2021, p. 112). Importa, portanto, destacar que o objeto ou bem patrimonial passa a ser valorizado pela sua história, mas também pelo valor, pelo sentimento de pertença e pelo carácter identitário que envolvem uma determinada comunidade.

Os elementos culturais, históricos e patrimoniais, para além de servirem de testemunho do passado, são a evidência de “experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos [...] lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a perceção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva” (Rodrigues *in* Funari, 2005, p. 17). Deste modo, preservar o património cultural é permitir que a sociedade se compreenda a si própria.

Atualmente percebemos, com base em inúmeros destinos turísticos com sucesso reconhecido, que o êxito da atividade turística se encontra relacionado com a vertente cultural e/ou patrimonial. Desta

forma, a conversão do património cultural num produto turístico atrativo é valorizada na medida em que constitui um diferencial no âmbito dos programas turísticos nacionais, regionais e locais, e oferece uma experiência única de aprendizagem e de lazer, assente na memória da herança cultural de um determinado lugar (Maia, 2010).

Os elementos culturais e patrimoniais constituem evidências do passado e podem transmitir diferentes aprendizagens ao sujeito do presente. Preservar o património histórico-cultural (fontes materiais e imateriais) é permitir que a sociedade compreenda a sua evolução histórica.

Todavia, o património cultural não fala por si só, e precisa da História e dos historiadores para transmitir a sua mensagem. São dimensões específicas da História a leitura, o cruzamento e a seleção de fontes, que levam os historiadores a desenvolver uma compreensão das fontes, pelo seu contexto de produção, pela mensagem e pelos agentes histórico-artísticos (Cunha, 2020). Só depois deste trabalho desenvolvido é possível criar uma relação profícua para a atividade turística – o património histórico, por intermédio da História (e do historiador), transforma-se numa atração pronta a ser descoberta, revalorizada e comunicada pela indústria turística.

O relacionamento entre património e turismo é colossal, contudo, importa determinar regras de convivência entre ambos, assentes numa perspectiva de rentabilização económica, de desenvolvimento sociocultural e de sustentabilidade territorial. Deste modo, segundo Silva (2008, p. 3) “o desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efetiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem”.

Compreende-se, desta forma, que a valorização patrimonial é relevante para todos os agentes envolvidos. Não obstante, o património não comunica de forma autónoma e necessita de intercomunicadores especializados no seu estudo, interpretação e difusão. Comunicar o património de um destino é um desafio que se coloca aos futuros técnicos em turismo, pelo que é fundamental formá-los no sentido de reconhecerem o valor dos objetos/bens patrimoniais e serem capazes de comunicá-los ao público-alvo de forma dinâmica, criativa e autêntica.

A consciência e interpretação históricas na formação dos futuros técnicos de turismo

Os técnicos de turismo contam com conteúdos históricos na sua formação base. A sua consciência histórica é formada pelas leituras que fazem do passado e pelas narrativas criadas dessa interpretação. Pesquisas atuais pretendem clarificar os conceitos centrais de consciência histórica e de orientação temporal, com base na compreensão dos jovens. Peter Lee é um dos investigadores mais ativos nesta discussão e afirma que “a História é, ela própria, um resultado histórico com as suas regras e procedimentos metodológicos guiados pela teoria e pode, por conseguinte, assumir uma postura crítica face aos interesses e exigências da vida prática” (Lee *in* Barca, 2007, p. 30). No plano educacional, os conhecimentos dos discentes têm de ser enquadrados no processo de aprendizagem para serem orientados pelos docentes. Este trabalho de orientação visa aprofundar o conhecimento dos discentes, aliando as suas experiências pessoais às descobertas e pesquisas em contacto académico (Cunha, 2020).

A interpretação histórica é diferente da interpretação comum. Esta última resulta de experiências do dia a dia, de partilha de notícias ou acontecimentos pessoais. Por seu turno, a interpretação histórica pretende dar sentido ao passado, na medida em que permite

compreender: de onde veio algo; porque se escreve desta ou daquela forma; com que mecanismos aconteceu; qual o objetivo e a missão de alguém, a significância de um monumento; entre outros. Interpretar historicamente deve estar na base da preparação dos futuros técnicos de turismo, que conquistam os seus públicos através da empatia, da experiência proporcionada e da coerência narrativa que transmitem.

Atribuir significado e importância a um elemento histórico, a um agente histórico ou a um acontecimento, concretiza uma das capacidades natas do sujeito: valorizar e desvalorizar. Os discentes têm objetos preferidos, áreas de saber das quais gostam mais ou pessoas que admiram. Todos estes verbos “preferir”, “gostar”, “admirar” constituem uma esfera diferenciadora. Em História é possível trabalhar a compreensão histórica através da análise diferenciada e integrada, através de ferramentas tradicionais e digitais que promovem a aprendizagem (Cunha, 2020). Nesta linha de pensamento, os futuros técnicos de turismo devem basear-se em estudos históricos para fundamentar a sua preparação na criação de uma experiência diferenciadora e na partilha de uma história com bases científicas.

Na verdade, podemos admitir igualmente que, para atingir um desenvolvimento cultural sólido, o futuro técnico de turismo deve incorporar três fatores: a investigação, a documentação e a informação.

Todos são essenciais para aprender, interpretar e comunicar o património histórico, artístico e cultural de um determinado contexto. A investigação deve assentar na metodologia histórica e deve ser ajustada aos públicos através de uma oferta comunicativa criativa. A documentação bibliográfica deve procurar os estudos mais recentes em confrontação com textos historiográficos tradicionais e seguir critérios metodológicos com sede na Ciência Histórica. A informação complementa-se com os testemunhos vivos dos objetos/bens patrimoniais e dos sujeitos munidos de memórias e identidades, contribuindo em conjunto para a criação de conteúdos transformados prontos a serem partilhados com o público.

Quando estão reunidos os fatores acima descritos no decurso da formação dos futuros técnicos de turismo, percebemos que o seu grau de sucesso é ainda avaliado pela forma como, em contexto profissional, comunicam o património. É neste momento que, largas vezes, o fator criatividade é o elemento diferenciador, potenciando a forma como a informação histórica e o objeto/bem patrimonial chegam ao público-alvo (neste caso, o turista ou o visitante) e são absorvidos no âmbito da atividade turística.

As ferramentas criativas como estratégias diferenciadoras da oferta turística

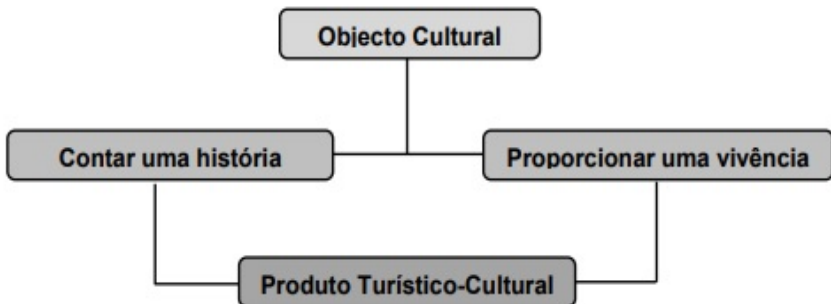
A valorização e divulgação cultural passam por um processo de reconhecimento que deve considerar a formação de sujeitos capazes de aplicar ferramentas criativas. A criação de experiências motivadoras, educativas e significativas, com base no património histórico existente, são os ingredientes essenciais para que a experiência dos públicos seja capaz de traduzir uma história e promover sensações nos mesmos. A história a contar deve basear-se no património histórico que lhe serve de base, desde logo como testemunho de um tempo histórico, uma civilização e de uma forma de vida que se encontram na base da identidade de uma comunidade, por exemplo.

A oferta comunicacional quer-se transformadora para conquistar o reconhecimento da comunidade local, a compreensão dos técnicos e visitantes, e a valorização e preservação por todos. Esta linha de pensamento, sediada nos Estudos Culturais, baliza o ensino do património, da cultura e da arte dos futuros técnicos em turismo. No nosso entendimento, o objeto/bem histórico-cultural precisa cumprir dois requisitos essenciais para ser transformado num produto turístico-cultural (ver esquema 1): **deve contar uma história e proporcionar uma**

experiência (Maia, 2010). Assim, o bem cultural deve conter elementos que permitam transmitir aos visitantes algo com significado e, simultaneamente, deve reunir as condições para proporcionar uma experiência ou vivência ao sujeito.

De acordo com Maia (2010, p.38), “para promover um determinado produto cultural não basta criar uma imagem turística, é vital que se reúnam diversos elementos do produto turístico, gerindo-os como um sistema integrado, comunicante e dinâmico”. Assim, a gestão, o planeamento e o desenvolvimento dos destinos turísticos culturais concorrem para aumentar o seu grau de competitividade. A este trabalho em rede acresce a ideia de que “se deve procurar atuar ao nível da promoção estratégica, do incentivo público-privado, da criação de infraestruturas, da disponibilização da informação, da qualificação da oferta e da segmentação da procura para que surjam produtos turísticos culturais organizados e competitivos” (Maia, 2010, p.38).

Esquema 1 – Esquema do produto turístico-cultural (Maia, 2010)



Neste sentido, ao longo da sua formação académica, os futuros técnicos de turismo devem ser confrontados com teorias (científicas) e práticas (simulação de práticas) que os estimulem no sentido de interpretarem e comunicarem o património de forma autêntica, mas criativa, com o objetivo de transformarem um recurso cultural numa atração turística-cultural que desperte o interesse do turista/visitante.

Este trabalho educativo começa na sala de aula, um espaço que deve congrega uma multiplicidade de dimensões, o que implica que a postura do docente seja ajustável a cada discente. Desta forma, o professor deve conhecer a consciência dos discentes para os desafiar e levá-los a sofisticar o seu pensamento. A complexificação do desafio permite o desenvolvimento individual do futuro técnico de turismo e da sua capacidade crítica e criativa. Com base neste pressuposto, os discentes da Licenciatura em Turismo, da Escola Superior de Educação de Coimbra¹, foram desafiados a aplicar competências teóricas, de reconhecimento do património histórico-cultural e artístico, transformando-as numa aprendizagem prática e criativa. Do resultado deste trabalho deveria emergir uma experiência turística única, criativa e adaptada aos diferentes públicos, através da utilização da linguagem e da comunicação criativas.

¹ No âmbito da UC de Movimentos Artísticos e Património (2.º ano de Turismo e Turismo Pós-Laboral) lecionada no 1.º semestre de 2021/2022.

No essencial, as experiências criadas pelos discentes, futuros técnicos de turismo, deveriam contar uma história e proporcionar uma experiência.

Resultados práticos e criativos de ofertas turísticas: diários de bordo e postais originais

Através da utilização de ferramentas de análise qualitativa, os discentes foram desafiados a desenvolver **diários de bordo e postais originais**, construindo pontes entre a observação do património, a sua interpretação e a exposição criativa. Para conceberem ofertas de produtos turísticos e culturais, os discentes colocaram em prática as aprendizagens teóricas partilhadas em sala de aula, conjuntamente com as experiências subjetivas individuais e a gestão da criatividade. À docente coube o papel de fornecer as ferramentas teóricas, estimular na busca do desenvolvimento pessoal, orientar as escolhas individuais e criativas para a construção e comunicação de uma experiência turística e cultural.

Com base nos conteúdos lecionados em aula e na bibliografia disponibilizada, os discentes deveriam elaborar um trabalho que colocasse em prática o programa da Unidade Curricular (UC) de Movimentos Artísticos e Património, aliando o património (cultural e/ou natural e material e/ou imaterial), a arte (problematizando o conceito de objeto artístico e os principais estilos/movimentos lecionados) e a indústria do

turismo. O objetivo principal do trabalho era perceber como todas as disciplinas referidas concorrem para uma melhor formação dos profissionais da atividade turística, sendo que para isto se propõe um treino dos sentidos e do conhecimento, que juntos concorrerão para a elaboração de um diário de bordo, que culminará na criação de um postal original.

Os discentes foram informados que na elaboração dos trabalhos deveriam ter sempre presente a noção que na relação entre turismo, cultura/arte e património é fundamental contar uma história e proporcionar uma experiência, e que deveriam apresentar os seguintes *outputs*, tendo em consideração as indicações que a seguir se apresentam:

1. Realização de um diário de bordo de um destino à escolha: devem ser recolhidos testemunhos imagéticos e escritos que exemplifiquem o património ou a arte que desperte os sentidos dos discentes. O diário de bordo pode ser entregue em formato físico ou digital e não tem limite de páginas. É recomendado o uso de notas explicativas junto a imagens, nomeadamente informação sobre o local e a data do levantamento, bem como outras notas que se considerem pertinentes para a interpretação dos dados. É obrigatória a indicação de créditos no uso de imagens ou textos de terceiros, respeitando o direito de autor;

2. Criação de um postal original: o postal será o resultado criativo dos elementos recolhidos, analisados e apreciados no diário de bordo. O postal pode ser entregue em formato físico ou digital. É obrigatória a indicação de créditos no uso de imagens ou textos de terceiros, respeitando o direito de autor. No caso de o grupo de trabalho ser composto por dois elementos, é obrigatória a entrega de dois postais. Os *outputs* poderiam ser pensados e realizados em pares ou individualmente, e entregues em aula ou submetidos na plataforma InforEstudante até às 13h00 do dia 27 de janeiro de 2022. Todavia, fruto das limitações provocadas por uma vaga da Pandemia Covid-19, a docente alertou os discentes que os *outputs* poderiam ser enviados por correio registado.

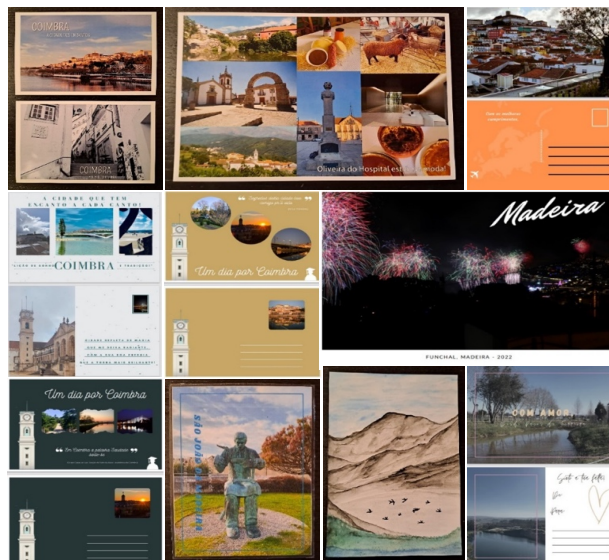
Os discentes foram informados previamente que os diários de bordo e os postais teriam um peso de 40% da nota final no regime de avaliação contínua da UC de Movimentos Artísticos e Património. De forma sumária, os critérios de avaliação considerados foram os seguintes: conteúdo (produção textual e imagem), 25% da nota final do trabalho; criatividade (conceção, conteúdos e material), 50% da nota final do trabalho; e interligação entre o diário de bordo e a temática do postal, 25% da nota final do trabalho.

Como resultado, foram entregues cerca de 43 diários de bordo e 61 postais originais, ilustrando-se de seguida alguns exemplos (figura 1 e figura 2). Na figura 1 estão expostos alguns exemplos de diários de bordo, enquanto na figura 2 estão expostos alguns exemplos de postais originais. Ambos os *outputs* foram entregues em diversos formatos, a saber: papel, digital, digital online.

Figura 1 – Exemplos de diários de bordo



Figura 2 – Exemplos de postais originais



Conclusões

Com o desenvolvimento destes *outputs*, os discentes conseguiram identificar o património histórico, cultural e artístico de vários destinos turísticos nacionais. Os discentes desenvolveram técnicas de investigação, documentação e recolha, tratamento e divulgação de informação turística, preservando o passado e presente em produtos capazes de transmitir um testemunho às gerações futuras (Silva, 2008; Cunha, 2020). Os discentes foram capazes de identificar a relevância do

património material e imaterial de determinados destinos turísticos, mostrando sensibilidade pelos sentimentos de pertença e identidade de comunidades, e valorizando experiências vividas (Maia & Campos, 2021; Rodrigues *in* Funari, 2005). Em suma, os discentes foram capazes de adquirir consciência e interpretação históricas no decurso dos trabalhos. Este processo permitiu aos discentes perceberem que o êxito da atividade turística em diversos destinos turísticos pode estar relacionado com a vertente cultural e/ou patrimonial. Os discentes aprenderam que não só é importante reconhecerem o valor dos objetos/bens patrimoniais, mas também serem capazes de comunicá-los ao público-alvo de forma autêntica, dinâmica e criativa, percebendo que esse também será o seu papel como futuros profissionais na área do turismo.

Na verdade, os discentes perceberam que o fator criatividade pode ser um elemento diferenciador na relação entre o património e a atividade turística. Aplicar ferramentas criativas na forma de pesquisar, analisar e divulgar o património torna-se num elemento de maior competitividade na indústria do turismo. O terem sido desafiados a criar experiências, e a contar histórias através da exploração da sua criatividade, promoveu uma aprendizagem fecunda sobre as temáticas desenvolvidas em contexto de sala de aula.

Tendo como base o património histórico, cultural e artístico de diversos destinos turísticos, os discentes foram capazes de criar ferramentas-base de produtos turístico-culturais (Maia, 2010). Cada um dos diários de bordo e dos postais originais é o resultado prático de uma aquisição de conhecimentos e de uma assimilação empírica. A docente – que disponibilizou as ferramentas teóricas, despertou o desenvolvimento pessoal e orientou as escolhas individuais e criativas dos discentes – constatou que os *outputs* entregues cumpriram os objetivos propostos para avaliação do programa da Unidade Curricular (UC) de Movimentos Artísticos e Património. A experiência foi enriquecedora e os resultados confirmaram que os discentes – futuros técnicos de turismo – foram capazes de, através da exploração da sua criatividade, recorrer a elementos patrimoniais para contar uma história e disponibilizar experiências, que vivenciaram *in loco*.

Bibliografia

Ashworth, G. J., Larkham, P. J. (1994). *Building a new heritage: tourism, culture and identity in the new Europe*. London. Routledge.

Barca, I. (2007). “Investigação em Educação Histórica: possibilidades e desafios para aprendizagem”. In *Atas VI Jornadas Internacionais de Educação Histórica “Investigação em Educação Histórica”* Vol. I, 1ª edição, Curitiba. Editora UTFPR.

Cunha, M. (2020). *A significância histórica: os ideais iluministas liberais e a atualidade*. [Relatório de Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino

Básico e no Ensino Secundário]. Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/77855>

Funari, P. P., Pinsky, J. (2005). *Turismo e Património Cultural*. S. Paulo. Editora Contexto.

Maia, S. (2010). *Rotas museológicas na região de Aveiro – Um estudo empírico*. [Dissertação de mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo]. Universidade de Aveiro. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/3813>

Maia, S., Campos, J. (2021). “A Europa 20/30 na Definição de Políticas Públicas Para a Cultura em Portugal: O Turismo Como Suporte Estratégico”, in Gama, Manuel & Costa, Pedro Rodrigues (ed.), *Políticas Culturais Municipais: Análise de Documentos Estruturantes em Torno da Cultura*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/73581/3/2021_Gama_Costa_Políticas-culturais-municipais.pdf

Silva, E. (2008). *Antropologia e Turismo. Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural*. I.S.C.S.P. Universidade Técnica de Lisboa.

História Local: um recurso educativo promotor da diversidade cultural

Jéssica Marques

Instituto Politécnico de Leiria

<https://orcid.org/0000-0002-0101-4688>

Catarina Mangas

ESECS; CICS.NOVA; CI&DEI; Instituto Politécnico de Leiria

<https://orcid.org/0000-0003-0843-5861>

Dina Alves

CHSC; ESECS; Instituto Politécnico de Leiria

<https://orcid.org/0000-0003-4042-5989>

Resumo

O texto pretende apresentar uma proposta didática implementada no âmbito do Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Português, História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Politécnico de Leiria, na Unidade Curricular de Prática Pedagógica (PP) em 1.º CEB II. O estágio supervisionado foi realizado no 1.º Ciclo do Ensino Básico, numa turma de 3.º ano, pertencente a uma escola pública de Leiria, de meio urbano. Os 20 alunos da turma apresentavam idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos de idade, e são provenientes de quatro países diferentes. Por ausência de alguns elementos, participaram 16 alunos no estudo realizado.

O artigo está estruturado tendo em conta três pontos: i) a importância do ensino da História Local, com foco no património, como estratégia para o fomento do ensino intercultural; ii) a proposta didática implementa; iii) os resultados preliminares do estudo realizado.

A análise preliminar dos dados recolhidos evidência que, antes do estudo realizado, os alunos desconheciam as culturas existentes na sala de aula e possuíam alguns preconceitos formados sobre os colegas. Após a implementação da proposta didática baseada na pedagogia intercultural, os alunos demonstraram ter construído conhecimento sobre as diversas culturas presentes em sala de aula e valorizaram as vivências de cada um dos seus colegas de outra nacionalidade.

Palavras-Chaves

interculturalidade; história local; património; proposta didática.

Introdução

De acordo com Palanca (2000), o conceito de cultura pode ser definido de diversas formas, uma vez que não existe uma definição estanque e convencionada para o conceito. Este encerra em si aspetos tão diversos como conhecimentos, usos e costumes, crenças e competências (Tylor, 2012). Por este motivo, a cultura está intimamente conectada com a herança transmitida aos descendentes e com a continuidade de tradições, geração após geração, o que transforma a ação dos descendentes perante determinada situação e os caracteriza como membros de uma certa comunidade (Brito, 2008).

Atualmente, é possível observar a diversidade de culturas presente numa comunidade, facto que possibilita a convivência e comunicação entre estas (Brito, 2008). Segundo Förmann (1995) e Palanca

(2000), advêm desta comunicação alterações à cultura dominante e às culturas secundárias, demonstrando que estas não são estanques, mas que estão em constante desenvolvimento. Devido a esta interação as culturas transformam-se e as relações sociais também. De modo a ser saudável, a comunicação intercultural deve ocorrer de forma “simétrica, sem reféns e sem imposições hegemónicas ou suportadas por fundamentalismos” (Vieira & Vieira, 2016, p. 68), assumindo assim um papel preventivo e não resolutivo.

Devido ao aumento das migrações, assiste-se hoje à ocorrência de uma maior multiculturalidade nas comunidades. Por este motivo, a comunicação intercultural preventiva deve ser praticada, pois a existência de diferentes culturas no mesmo espaço pode não se traduzir no diálogo entre estas, uma vez que a multiculturalidade alberga a aproximação física destas. No entanto, esta proximidade pode não se traduzir em interculturalidade, pois esta ocorre quando as culturas presentes no mesmo local comunicam entre si e beneficiam dessa comunicação (Cunha, 1997). Para tal, é necessário promover a interculturalidade para que não se verifique a existência de intolerâncias culturais, porque, como referido por Winitzky (1995), só assim é possível valorizar e interligar culturas.

Para que a interculturalidade ocorra, Vieira (2013) afirma que os contextos educativos devem possuir práticas interculturais, promovendo a

igualdade social com vista a “combater a discriminação que tem atingido determinadas camadas e grupos sociais” (Vieira, 1999, p. 64), utilizando as diferenças culturais de forma enriquecedora (Ramos, 2001). Tal como Cunha (1997) enuncia, a pedagogia intercultural desenvolve a compreensão entre culturas e promove a interculturalidade. Deste modo, a intervenção pedagógica na perspetiva da pedagogia intercultural deve ser adaptada aos contextos a que se destina, tendo sempre em conta os indivíduos da comunidade educativa e a pluralidade de identidades culturais existentes (Cunha, 1997). Deve, também, destinar-se a todos e não apenas a alunos imigrantes (Vieira, 1999), de modo a colocar a cultura dominante em comunicação com as minoritárias, procurando diminuir os problemas provenientes de intolerâncias culturais. Assim, é possível promover o sucesso escolar de todos, independentemente da sua nacionalidade ou naturalidade (Cunha, 1997; Vieira, 1999).

Uma vez que tanto a História Local como o património se relacionam intimamente com a comunidade, a pedagogia deve usá-los como recurso educativo promotor da interculturalidade na sala de aula, levando os alunos a conhecer a História do local onde a escola se insere (Duarte, 1993). A par desta possibilidade, importa ainda considerar a História Local das comunidades de proveniência dos diversos alunos da turma, de forma a promover a comunicação entre culturas.

A História Local e o património fazem parte da cultura dos indivíduos (Silva, 1999), pois é a História que “interpreta com fidelidade o sentir, o pensar e o viver de um povo” (Silva, 1999, p. 383). Para a História Local, o património local é uma fonte histórica importantíssima. De acordo com Magalhães (2005), o património local (material e imaterial) é o reflexo da História Local e esta é parte da cultura de uma comunidade, sendo basilar para a construção da identidade cultural.

ESTUDO

1. Contexto

O presente estudo surge no âmbito do Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e de Português, História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Politécnico de Leiria. A Unidade Curricular de Prática Pedagógica em 1.º CEB II, foi realizada numa turma de 3.º ano, numa escola pública de meio urbano, pertencente ao concelho de Leiria.

A turma era constituída por alunos de cinco nacionalidades diferentes (venezuelana, sul-africana, brasileira, portuguesa e ucraniana) e, nas semanas iniciais da Prática Pedagógica, foi perceptível o desconhecimento dos alunos sobre a origem dos seus colegas estrangeiros. Alguns não sabiam o país de origem dos alunos, outros

criaram narrativas sobre a sua vinda para Leiria, tais como um dos alunos ser refugiado quando este facto não era verdadeiro. Por essa razão, e como forma de promover o conhecimento sobre a cultura de todos os alunos da turma, delinearam-se atividades, no âmbito da pedagogia intercultural, que possibilitassem a construção de aprendizagens sobre as diversas culturas presentes na sala de aula, tendo como ponto de partida a História Local, por este ser um conteúdo expresso nas Aprendizagens Essenciais do 3.º ano de escolaridade (Ministério da Educação, 2018).

2. Pergunta de partida e objetivos

Pelos motivos acima referidos, foi construída a seguinte pergunta de partida: *De que forma a História Local pode contribuir para o conhecimento da diversidade cultural de uma turma de 3.º ano do 1.º CEB?* Para responder à mesma foram delineados seis objetivos:

- i. Conhecer as conceções prévias da turma sobre as cidades de origem dos seus alunos estrangeiros.*
- ii. Construir uma sequência didática sobre a História Local das cidades de origem dos alunos estrangeiros da turma.*
- iii. Implementar uma sequência didática sobre a História Local das cidades de origem dos alunos estrangeiros da turma.*

- iv. *Conhecer as concepções da turma sobre as cidades de origem dos alunos estrangeiros da turma após a implementação das atividades.*
- v. *Comparar as concepções dos alunos sobre as cidades de origem dos alunos estrangeiros da turma antes e após a implementação das atividades.*
- vi. *Contribuir para a valorização da diversidade cultural da turma.*

3. Metodologia

Como forma de atingir os objetivos delineados, foi desenhado um estudo que seguiu um paradigma qualitativo, para que fosse possível analisar os dados de forma aprofundada, global e não de forma isolada (Dias, 2009). No paradigma qualitativo “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um veículo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números” (Vilelas, 2009, p.105), por isso, este revelou-se o mais adequado para o presente estudo. Acresce ao paradigma escolhido, o tipo de estudo selecionado, que pode ser definido como um estudo comparativo, por se considerar pertinente comparar os dados recolhidos antes e após o estudo. Acresce ao paradigma escolhido, o tipo de estudo selecionado, que pode ser definido como um estudo comparativo, por se considerar pertinente comparar os dados das entrevistas realizadas antes e após a

implementação das atividades, permitindo que, através de duas recolhas realizadas com o mesmo indivíduo, os dados sejam combinados e a partir deles se desenvolva a teoria (Chizzotti, 2018; Bogdan & Biklen, 2006).

Como técnica de recolha de dados foi selecionado o inquérito, tendo como instrumento a entrevista semiestruturada. A escolha do instrumento de recolha de dados deve-se à flexibilidade de resposta que possibilita que o entrevistado tenha mais liberdade comparativamente aos *surveys* (Ruas, 2022).

4. Proposta didática

A proposta didática delineada para responder aos objetivos já apresentados dividia-se em três momentos-chave: i) apuramento de conceções prévias; ii) construção de aprendizagens sobre as diferentes culturas presentes na sala de aula; iii) apuramento das conceções após o estudo.

Para dar início ao estudo, procedeu-se à introdução do tema com recurso a uma atividade de localização geográfica dos países de onde eram naturais os alunos da turma. Após esta atividade introdutória, os alunos foram divididos em grupos, sendo que os alunos estrangeiros da cidade em estudo não podiam estudar a sua própria cidade, embora

existisse a possibilidade de serem consultados como fonte de informação para o trabalho dos colegas.

De seguida, foram apuradas as conceções prévias dos alunos sobre a cidade acerca da qual iam pesquisar e de onde era natural, pelo menos, um dos alunos estrangeiros da turma, com recurso à entrevista semiestruturada. A entrevista construída possuía questões sobre o toponímico das cidades, as pessoas, a História Local, o Património Material (e.g. monumentos, estátuas), as personalidades e o Património Imaterial (e.g. tradições, gastronomia).

Deu-se então início à realização de um trabalho de pesquisa sobre a cidade atribuída a cada grupo. Para tal, cada um possuía um plano de trabalho e uma folha de pesquisa para registar as informações recolhidas. Após a pesquisa, teriam de construir um suporte de apresentação sobre a cidade estudada, tendo todos os grupos escolhido realizar um cartaz. Aquando da apresentação, os alunos partilharam o que tinham aprendido sobre a cidade e pediram alguns contributos ao colega ou colegas naturais da mesma, tornando-se este num importante momento de partilha cultural. Terminadas as apresentações, aplicou-se uma nova entrevista individual aos alunos sobre a cidade em estudo para a recolha dos dados após a proposta didática ter sido implementada.

5. Apresentação e análise dos dados preliminares

Na tabela que abaixo se apresenta é possível visualizar a síntese dos resultados preliminares recolhidos da análise das entrevistas realizadas. As categorias foram construídas à priori e de acordo com o enquadramento teórico realizado e as subcategorias foram emergentes, surgindo através da análise das respostas às entrevistas, e tiveram em consideração os temas já abordados pelos alunos aquando do estudo da História Local da cidade de Leiria, num momento anterior à Prática Pedagógica em 1.º CEB II. Decidiu-se manter estes assuntos de forma que os alunos percecionassem mais facilmente a pluralidade cultural existente em sala de aula. As células preenchidas com x significam que a subcategoria se verificou nessa fase do estudo.

Categorias	Subcategorias	Prévias à proposta	Após a proposta
Toponímico	Significado literal	x	
	Explicação ocasional	x	
	Explicação semântica	x	
	Explicação histórica		x
	NS/NR	x	
Cidadãos	Identificação de aspetos físicos idênticos ao aluno da turma	x	
	Estereótipos sociais	x	
	Estereótipos físicos	x	
	Inclusão de variantes no aspeto físico		x
	Referência à nacionalidade	x	

	Visão de igualdade		x
	NS/NR	x	
História Local	Aproximação à História Local de Leiria	x	
	Evidência de diferenças	x	
	Referência a património material		x
	Referência a património imaterial		x
	Referência a personalidades		x
	Referência a toponímico		x
	NS/NR	x	
Património Material	Aproximação ao património de Leiria	x	
	Utilização de estereótipos	x	
	Nomeação de edifícios		x
	Nomeação de estátuas		x
	Nomeação de igrejas		x
	Nomeação de outros monumentos		x
	NS/NR	x	
Personalidades	Personalidades do digital	x	
	Personalidades descontextualizadas	x	
	Personalidades genéricas	x	
	Personalidades históricas ligadas à cultura e à arte		x
	Personalidades históricas ligadas à política		x
	Personalidades ligadas a religiões		x
	NS/NR	x	
Património Imaterial (danças e músicas tradicionais)	Referência ao país	x	
	Referência a características gerais	x	
	Nomeação de um género musical	x	
	Nomeação de um tipo de dança	x	
	Referência a tradições de forma genérica		x
	Nomeação de vários géneros musicais		x
	Nomeação de vários tipos de danças		x

	Referência a tradições		x
	NS/NR	x	
Gastronomia	Referências a alimentos comuns	x	
	Evidência de diferenças	x	
	Referências a tradições de forma genérica	x	
	Referência ao país	x	
	Nomeação de pratos tradicionais		x
	Referência a tradições		x
	NS/NR	x	

Tabela 1 – Síntese da análise de Dados

Através da análise preliminar dos dados, é possível verificar que as informações recolhidas durante a atividade de pesquisa alteraram as respostas dadas pelos alunos às diferentes perguntas. Na categoria “Toponímico”, na primeira fase as respostas dadas, revelavam um total desconhecimento do mesmo. Após o estudo, todos os alunos identificaram e explicaram corretamente a origem do nome da cidade. Já na categoria “Personalidades”, na primeira fase foram dadas respostas vagas como “Pessoas famosas que nasceram lá”, existindo uma elevada taxa de respostas em branco. Nesta mesma categoria, na segunda entrevista, foram nomeadas diversas personalidades naturais das cidades (e.g. nomeação de escritores, músicos, professores, jornalistas). Eliminou-se a utilização de expressões que remetiam para a existência de

estereótipos (e.g. na primeira entrevista, na categoria cidadãos, o aluno 3 respondeu que “As pessoas são de cor castanha.” e, na segunda entrevista respondeu “São pessoas como nós, mas diferentes entre elas como nós somos.”) e diminuiu-se a referência à diferença de forma injustificada (e.g. o aluno 9, na categoria gastronomia, respondeu na primeira entrevista “Eles comem coisas diferentes das nossas e estranhas.” e, na segunda recolha respondeu “Comem comida diferente da portuguesa porque a comida tradicional é outra, por exemplo arepas.”). É de notar que nas entrevistas realizadas após o estudo não existiram respostas em branco.

6. Discussão dos resultados preliminares

As entrevistas, como já referido, foram aplicadas em dois momentos a todos os alunos presentes. Esta opção vai ao encontro da perspetiva de Vieira (1999), que entende que a pedagogia intercultural deve ser aplicada à globalidade dos alunos e não apenas aos alunos imigrantes.

No primeiro momento, como enunciado por Cunha (1997), as diversas culturas presentes na sala de aula encontravam-se apenas no mesmo local, não existindo qualquer tipo de comunicação entre estas, logo não se verificava a ocorrência de interculturalidade neste contexto. Para que tal acontecesse, era necessário colocar as culturas em

comunicação (Cunha, 1997) e, uma vez que a História e o património locais fazem parte da cultura dos indivíduos, considera-se terem-se revelado um importante recurso didático ao serviço da valorização da diversidade cultural em sala de aula e da interculturalidade, como Silva (1999) afirma.

Na categoria referente à explicação do toponímico das cidades, é notória a evolução dos alunos visto que, após o estudo, estes sabiam a história do nome do local sobre o qual realizaram o seu trabalho. Já na categoria seguinte, é perceptível perceber, nas entrevistas, a total ausência de estereótipos sobre os cidadãos. No que respeita às personalidades identificadas pelos alunos, é de notar a variedade de respostas dadas em comparação com o desconhecimento identificado na primeira entrevista.

Após a análise preliminar dos dados recolhidos na segunda entrevista, estes apontam para a tomada de consciência dos alunos para as diversas culturas presentes na turma e sua valorização, confirmando o enunciado por Vieira (1999) de que são os diferentes grupos sociais que proporcionam a perceção multicultural, levando os indivíduos desses grupos a entender as especificidades de cada cultura. Desta forma, é possível afirmar que a interação foi proveitosa e a escola foi o local ideal

para a mesma, mantendo e promovendo o respeito e a tolerância pela diversidade cultural (Brito, 2008; Cunha, 1996).

Conclusões

Após a análise dos resultados preliminares, os dados apontam para o cumprimento dos objetivos definidos. Os primeiros quatro terão sido alcançados através da implementação da proposta didática apresentada e o quinto através da análise preliminar dos dados. Já o sexto, parece ter sido alcançado visto que os alunos revelaram conhecimentos sobre a História Local das cidades de origem dos seus colegas de turma e valorizaram a sua cultura e vivências.

Inicialmente, as culturas presentes na sala de aula encontravam-se apenas em convivência e não em comunicação e, por esse motivo, não era possível verificar a existência de interculturalidade (Cunha, 1997). A História Local e o património fazem parte da cultura dos indivíduos (Silva, 1999) e os resultados preliminares demonstram que, o uso de uma pedagogia intercultural, se revelou importante para a valorização da diversidade cultural e promoção da interculturalidade em sala de aula.

Bibliografia

Bogdan, R., & Biklen, S. (2006). *A Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.

Brito, C. (2008). *Escola e imigração: integração de crianças do leste europeu na escola do 1.º Ciclo*. Universidade do Minho.

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8995>

Chizzotti, A. (2018). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. Cortez Editora.

Cunha, P. d'O. (1997). *Educação em Debate*. Universidade Católica Portuguesa.

Dias, M. (2009). *O Vocabulário do Desenho de Investigação*. Psico & Soma.

Duarte, A. (1993). *Educação Patrimonial. Guia para Professores, educadores e monitores de museus e tempo livres*. Texto Editora.

Förnas, J. (1995). *Cultural Theory & Late Modernity*. SAGE.

Magalhães, F. (2005). *Museus, Património e Identidade*. Profedições.

Martins, G. O., Gomes, C. A. S., Brocardo, J. M. L., Pedroso, J. V., Carrillo, J. L. A., Silva, L. M. U., Encarnação, M. M. G. A., Horta, M. J. V. C., Calçada, M. T. C. S., Nery, R. F. V., & Rodrigues, S. M. C. V. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

Palanca, D. (2000). *Cultura, Multiculturalismo e Interculturalidad. Hacia una Racionalidad Intercultural*. Editorial.

Ramos, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 35 (1), 155-178.

<http://hdl.handle.net/10400.2/5839>

Ruas, J. (2022). *Manual de Metodologias de Investigação - Como Fazer Propostas de Investigação, Monografias, Dissertações e Teses*. Escolar Editora.

Silva, F. R. (1999). História local: objetivos, métodos e fontes. In F. R. Silva, *História Local* (pp.383-395). Universidade do Porto – Faculdade de Letras.

<http://hdl.handle.net/10216/8247>

Tylor, E. B. (2012). *Primitive Culture, Researches Into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Customs, Vol. 1*. Forgotten Books

Vieira, R. (1999). *Histórias de vida e identidades. Professores e Interculturalidade*. Edições Afrontamento.

Vieira, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Profedições.

Vieira, A. M., & Vieira, R. (2016). Competências da Mediação Intercultural como Prática da Pedagogia Social. In A. M. Vieira, & R. Vieira, *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações* (pp. 65-70). Profedições / Jornal a Página.

Whitakker, J., & Kenworth, J. (1999). *Fórum Escola, Diversidade e Currículo*. Ministério da Educação.

O Ritual Museológico, Turismo e Educação Intercultural

Fernando Magalhães

CRIA/ISCTE e CIEQV – ESECS - Instituto Politécnico de Leiria

<https://orcid.org/0000-0002-1206-8622>

Resumo

Neste capítulo pretende-se entender a relação entre museus, ritualidades, turismo e interculturalidade. O museu, inserido no turismo cultural e criativo, demonstra-se em contextos de globalização deste século, como uma ferramenta útil para o entendimento intercultural entre anfitriões e visitantes, tanto do passado, como do presente.

Neste contexto, o museu enquanto ritual, constitui um meio capaz de proporcionar o entendimento e o diálogo intercultural.

Pretendemos, desta forma, aplicar os conceitos da ritualização ao museu, para que este possa ter um papel fundamental na promoção de um diálogo fértil e profícuo tanto da parte do turista, como do visitado. O objetivo último é desconstruir conceitos como autenticidade cultural, entre outros, que aprisionam visitados em terrenos e gaiolas “anacrónicas”, e servem de terreno fértil à conceção de estereótipos e estigmatização dos grupos visitados pelos turistas.

Palavras-Chave

Interculturalidade; museus; património; turismo.

Introdução

De certa forma, os museus e o turismo, tal como os conhecemos atualmente, possuem um percurso paralelo, e de certa forma, constituíram-se com objetivos semelhantes.

Enquanto produto da modernidade, um dos mais significativos objetivos do museu, consistiu em educar os novos valores da cidadania, advindos da Revolução Francesa. A partir de finais do século XVIII, os museus, instrumentos marcados pelo espírito iluminista e racionalista, constituíram instrumentos utilizados pelas novas elites políticas para construir a nação. Tão ou mais importantes do que as escolas, que então começaram a emergir, as instituições museológicas pretendiam educar o povo para a cidadania, consciencializando-o para o desenvolvimento de teias de pertença às novas comunidades nacionais. Ao mesmo tempo pretendia-se que dirigissem as suas lealdades para os Estados constitucionais que então se formaram (Magalhães, 2005; Magalhães; Santos, 2023).

Por outro lado, o turismo, “tal como se processa atualmente, emerge, portanto, depois da série de revoluções que caracterizaram os finais do século XVIII e século XIX, e que não podem ser tratadas de forma individual, mas sim integrada” (Magalhães, 2022, p. 1). Como referido pelo autor, as novas formas de organização económica que se vieram a construir na modernidade, viriam a proporcionar a acumulação de capital e de tempo livre a um conjunto cada vez maior de cidadãos, que passaram a efetuar viagens em massa. Se se pode afirmar que o lazer pode ser um dos principais objetivos do turismo, todas as viagens implicam

cruzamentos interculturais entre visitantes ou turistas e anfitriões. E em todo este processo, os museus atuais, visitados por cada vez mais turistas, constituem meios capazes de proporcionar as melhores condições para a interculturalidade, apresentando uma comunicação não unilateral, unicamente orientada do museu para o turista, mas sim uma efetiva troca de conhecimentos bilateral e interativa entre esses dois mundos de saberes, motivando assim uma aprendizagem intercultural, numa base de reciprocidade e de entrecruzamento comportamental. Turismo e museus constituem rituais modernos, marcados pela racionalidade iluminista, em que ambos se apresentam com objetivos bem definidos: o de dar a conhecer e o de conhecer a cultura ou parte da cultura de uma comunidade.

Espaço ritual museológico, turismo e educação intercultural

No atual século XXI, e no nosso contexto nacional, há diversos fatores a ter em conta quando pretendemos analisar a relação entre museus, turismo e interculturalidade, tais como: a ritualidade do espaço museológico, as narrativas construídas por estes espaços, tendo como audiência privilegiada o turista, e ainda, a entidade religiosa como principal produtora de espaços monumentais que originaram muitos dos

nossos mais importantes museus atuais, espaços visitados por turistas nacionais e estrangeiros (Magalhães, 2005).

Tanto ou mais do que em outros museus construídos de raiz, a ritualidade do espaço museológico assume um carácter muito particular no que diz respeito a antigos espaços de culto religioso. Museus integrados em antigas igrejas ou espaços monacais, ilustram como um determinado espaço ritual religioso, de grande importância durante a Idade Média, se convertendo num ritual secular (Duncan, 1991; 1995), que caracteriza o espaço museológico actual.

Antigos espaços religiosos, assim como civis, não sendo instituições museológicas construídas de raiz, tal como o Louvre, antigo palácio real, transformado num museu moderno, simbolizam a transição de rituais religiosos e/ou relacionados com a nobreza, para rituais seculares, ao serviço da construção da cidadania. Esses museus sofreram obras de reabilitação, de adaptação, e de reorganização do seu espaço interior, de forma a que lhe fosse permitido cumprir todos os ideais iluministas e democráticos, nomeadamente, a educação do público para os novos valores do Estado-Nação, em suma, a construção do cidadão nacional. Na atualidade, eles constroem percursos rituais orientados para visitantes, muitos deles turistas, onde é possível aprender um trecho da cultura que compõe a comunidade representada.

Neste sentido, e não obstante o museu constituir um produto da modernidade, ele manteve ou reinventou o seu carácter ritual, passando na atualidade a compor parte das estruturas narrativas seculares, constituindo assim um novo microcosmos das crenças acerca da ordem do mundo, o seu passado, o presente, e o lugar do indivíduo nele (Duncan, 1995, 1999; Magalhães, 2005). Crenças e ideias assentes num racionalismo ao invés das figuras religiosas e dogmáticas. Substituem o dogma religioso pelo secular.

Enquanto guardiões de memórias culturais oficiais, espera-se dos museus que representem partes significativas do comportamento cultural e da memória colectiva de uma determinada comunidade local, regional ou nacional, como se pode verificar através das exposições, permanentes ou temporárias, realizadas no, e pelo museu, ou com a sua colaboração assim como na organização do espaço museológico. Ora se faz alusão ao génio de heróis ou grandes homens relevantes para a comunidade, e suas obras, ora se evidenciam as particularidades culturais e naturais locais, fundamentais para a construção e manutenção da comunidade no tempo. As exposições permanentes e temporárias são formas de se apreenderem os fragmentos da vida social e cultural da comunidade através do tempo e do espaço.

As exposições temporárias, podendo muito diversas, têm em comum, a proposta que nos fazem para conhecermos melhor as mais diversas facetas culturais que ao longo de séculos teriam contribuído para a formação do que é actualmente uma parte da cultura de uma comunidade. Da mesma forma, o meio utilizado para dar voz à exposição, é o museu, que assume, assim, o seu papel de guardião privilegiado das memórias culturais oficiais.

Ao mesmo tempo, pelos objetivos que orientam as exposições, assim como pelas funções “científicas” do museu, demonstradas na forma como classifica e expõe os objectos, assim como na organização das coleções, confirmam e incrementam o estatuto secular deste espaço.

Para ser considerada a ritualidade museológica, ainda que secular, o museu deve cumprir as funções inerentes a qualquer outro espaço ritual. Tal como grande parte dos espaços rituais, também o espaço museológico é assinalado na sua parte exterior de uma forma bastante visível, alertando o visitante de que este não é um local qualquer, e que por isso, exige um comportamento específico, definindo ao mesmo tempo o modo de ser do visitante-turista e apelando à sua capacidade de metamorfose interna. O museu deve incutir num turista a capacidade de reflexão sobre si e sobre a cultura que ele está a visitar, promovendo uma aprendizagem ativa que incrementa e construa uma atitude intercultural

no turista. Pretende-se o turista desenvolva uma “consciência de que não está a visitar uma espécie de jardim zoológico, um conjunto de fósseis representativos de uma tradição ou autenticidade que, supostamente, a sua sociedade já perdeu. Deve antes, lembrar-se que visita uma comunidade cultural com um comportamento social dinâmico, que é também mutável, em função da sua interação com o turista. É sua obrigação, também, o desenvolvimento de uma consciência de respeito e de proteção de todo o ambiente patrimonial que constitui os centros históricos, evitando atitudes predatórias que possam colocar em causa todo o frágil equilíbrio do entorno local” (Magalhães, 2017, p. 130).

A arquitectura do museu, os seus corredores, salas e demais espaços internos, não só são construídos de forma a incentivarem e convidarem o visitante a entrar, como exercem sobre ele um efeito psicológico, de modo que o visitante/turista muda o seu comportamento em relação à rotina do dia a dia, exterior ao edifício museológico. Estes fatores têm o propósito de solicitar ao turista uma atenção particular, para que possa aprender, descobrir através dos objectos, mas também do próprio espaço arquitectónico, alguns dos mais importantes trechos da cultura representada. É também convidado a contemplar alguns dos maiores exemplares de arte patrimonial comunitária e assim como reconhecer a perícia dos artistas que lhes deram origem.

A forma como se encontra organizado, os seus objetos e coleções, acentuam o carácter cerimonial do museu, diferenciando-o do espaço e do tempo exteriores. A entrada no museu representa a inserção numa outra dimensão espacio-temporal, distinta da rotina diária. A devoção, a compenetração dos indivíduos quando introduzidos num espaço museológico, a sua curiosidade perante o edifício do museu em si e a contemplação das obras de arte nele expostas, leva-os a suspenderem as regras do comportamento social normal. São esquecidas por momentos as preocupações do mundo exterior, aproveitando-se estes instantes para reflectir acerca do passado, do presente e do futuro, olhando-se para a vida com outros olhos. É assim cumprido o aspecto liminar do ritual².

Germain Bazin, em 1967, observou o aspecto liminar do museu, referindo que o museu de arte é “um templo onde o Tempo parece suspenso»; o visitante entra com a esperança de encontrar uma dessas «epifanias culturais momentâneas que lhe dão a ilusão de conhecer a sua essência e as suas forças” (Bazin, 1967).

No museu é possível verificar um outro elemento caracteristicamente ritual: A performance.

² Este termo foi usado pela primeira vez por Arnold Van Gennep (1960) *The Rites of Passage*. University of Chicago Press. Veja-se também Victor Turner, (1977) em “Variations on a Theme of Liminality”. In Moore e Myeroff (eds.) *Secular Ritual*. Van Gorcum.

Pelo espaço percorrido, reflete-se sobre uma determinada cultura comunal, não se tratando de um passeio aleatório, mas onde se é convidado a seguir uma rota. Um caminho previamente definido, como é visível na série de fichas presentes tanto nos espaços de apoio ao visitante, como nas salas temáticas. Estas fichas não só servem de auxiliar pedagógico para o turista, como constituem um guia convidativo a seguir uma rota pré-determinada, construindo e definindo narrativas racionalmente determinadas.

As rotas traçadas pelos museus, seus corredores e cada uma das salas, tornam-se parte integrante de um caminho, onde o visitante contempla as obras de arte expostas de forma permanente ou temporária, e apreende não só mais um pedaço da forma de vida da comunidade representada, assim como o génio artístico dos seus habitantes.

Ao caminhar pelos diversos espaços de um museu, o turista pode não estar a participar num espectáculo de natureza formal, como um drama, ou um sacrifício, comuns ao ritual tradicional, contudo, tal também não é necessário (Duncan, 1995), pois ao ser induzido a seguir essa rota, como se participasse no espectáculo, o indivíduo vai-se descobrindo e entra como se de realidade virtual se tratasse, na viagem que percorre todo o comportamento cultural de uma comunidade.

À medida que o visitante-turista penetra mais profundamente nas raízes da história representada num museu, vai apreendendo e sobretudo compreendendo e refletindo sobre o significado do local! Desde os mitos de origem até ao presente, o museu torna-se assim uma janela aberta para o conhecimento, compreensão e aprendizagens efetuadas sobre uma comunidade ou parte dela, representada na instituição museológica.

Por fim, mas não menos importante, todo o ritual tem um propósito, um fim, e neste sentido, também o que se nos apresenta no museu, contribui para essa finalidade. Após a viagem, o visitante sai do museu mais iluminado, mais enriquecido nos seus conhecimentos acerca da temática apresentada. Leva consigo um pedaço da cultura comunitária.

Em todo este processo, como refere Tony Bennett (1995), o museu transforma-se num “contador de histórias”, na medida em que confere visibilidade pública aos objectos do conhecimento. Não sendo o museu a única instituição a trazer o passado para o presente, é das mais, senão mesmo a mais importante. Concomitantemente a este potencial de conhecimento que os objectos carregam em si, a estética das obras de arte, representações desse conhecimento, os materiais, muitas vezes preciosos com que são feitas, e todo o ambiente do museu, irá contribuir para a renovação da identidade do indivíduo, numa reflexão acerca de si e dos outros, que o leva ao reencontro consigo mesmo e com o mundo.

Conclusões

Museus e Turismo são rituais modernos. O primeiro esteve, na sua origem, ao serviço da construção do cidadão nacional e, atualmente, constitui uma janela aberta ao conhecimento e respeito da diversidade cultural. Enquanto ritual secular, o museu, instituição moderna, constrói narrativas sobre as comunidades nele representadas. São discursos com propósitos específicos, pensados e postos em prática pelas lideranças comunitárias, que os financiam, pelas equipas e *staff* museológico, que detém o conhecimento capaz de organizar, conservar, e colocar os objetos a “falar”, e mais importante, toda a população representada no museu. Este é o facto fundamental: a identificação da população representada pelo museu, com a instituição, e a sua participação ativa nos discursos contados pelo museu aos seus visitantes, neste caso, turistas. Sem esta participação, corre-se o risco do museu não representar nada e contribuir para visões estereotipadas, nada correspondentes com a realidade.

Por outro lado, o turismo emerge neste século XXI, como uma importante ferramenta do conhecimento do outro. Ele coloca em contacto anfitriões e visitantes, comumente provenientes de diferentes quadros socioculturais, em que o museu deve constituir um meio promotor do entendimento entre visitantes e visitados, proporcionando uma autêntica educação intercultural. O turismo constitui, num mundo globalizado, uma

ferramenta privilegiada para compreender a diversidade cultural que habita o nosso mundo.

Bibliografia

Bazin, G. (1967/68). *Les Temps des Musées*. Desoer.

Bennet, T. (1995). *The Birth of the Museum: history, theory, politics*. Routledge.

Duncan, C. (1991). Art Museums and the Ritual of Citizenship. In Karp Ivan e Lavine Steven D. (eds.) *Exhibiting Cultures - The Poetics and Politics of Museum Display*, Smithsonian Institution Press.

Duncan, C. (1995). The Art Museum as Ritual. In D. C. (ed.) *Civilizing Rituals inside Public Art Museums*, Routledge.

Duncan, C. (1999). From the Princely Gallery to the Public Art Museum: The Louvre Museum and the National Gallery, London (305-331). In Boswell, D., e Evans, J., (eds.) *Representing the Nation: A Reader, Histories, heritage, and museums*. Routledge.

Magalhães, F. (2005). *Museus, Património e Identidade: Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição*. Profedições.

Magalhães, F. (2017). O centro histórico de Lisboa enquanto ecomuseu: construindo pontes entre os turistas, os locais e o património. *RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo*, 7(3), 114-136.

[file:///C:/Users/Acer/Downloads/4176-15085-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/4176-15085-1-PB%20(1).pdf)

Magalhães, F. (2022). Reflexões sobre o Turismo no espaço e no tempo. *RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo*, 12(2), 01-03.

<https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/14649/10281>

Magalhães, F., Santos, M. (2023). Museus e Turismo: em busca do diálogo e da compreensão intercultural. *RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo*, 13(5), 23-44. <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>

Decolonialidade e Património

Inês Santos

Resumo

O presente resumo apoia-se na tese “A Decolonialidade no Contexto Museológico: Restituição e Metamuseu”³. Parte do documento foca-se no conceito teórico e prático de decolonialidade, múltiplo e orgânico, que surgiu no contexto intelectual da América do Centro e do Sul, em finais do século XX e inícios do século XXI. O colonialismo é encarado como algo que exerce a sua influência num plano mais internacional e complexo, incluindo o redirecionamento do foco de estudo para a atividade colonial dos impérios espanhol e português do séc. XV. Tendo isto em conta, a decolonialidade é particularmente interessante do ponto de vista nacional e, no âmbito cultural, pertinente para a reflexão sobre o património relacionado com o período dos “Descobrimentos”. É, nesta pesquisa, dada particular atenção ao património cultural material (móvel e imóvel) nos espaços públicos, como a estatuária ou a arquitetura urbanística.

Nos últimos anos, não só noutros países como também em território nacional, têm acontecido protestos e manifestações muitas vezes acompanhados de “ocorrências” (marcações e derrubes anónimos ou conduzidos em grupo) que problematizam a gestão e a conservação de figuras/monumentos evocativos do período de expansão marítima e colonialismo dos últimos séculos. A polémica gira, assim, em torno da presença desta tipologia de património no espaço público, debatendo a necessidade ou não da sua possível remoção/relocalização e gerando dissidência não só na esfera pública como também no cômputo mais especializado de peritos de museu, curadores, historiadores, críticos ou artistas.

³ <https://hdl.handle.net/10216/146441>

A discussão da problemática em causa será pertinente se acoplada ao estudo da noção de memória coletiva⁴, ajudando a compreender de que forma o património está imbuído de dimensões mais profundas nas quais uma estátua, por exemplo, não será “apenas uma estátua”. É visível estabelecer na presença de figuras como Colombo ou Edward Colston nas praças das capitais europeias um veículo direto para construções partilhadas do passado que, se postas em causa ou reforçadas, terão impacto no panorama cultural e social desses mesmos espaços. As obras não se fecham a interpretações e contextos únicos, e as ocorrências- e interpretação dessas ocorrências- sobre as mesmas também não.

O debate sobre o património fomenta argumentos de inegável extensão e complexidade, incluindo mudanças a nível ideológico e crítico associadas a movimentos de decolonização da história. Em que consiste pensar decolonialmente o espaço público? Haverá necessidade de o fazer e, se sim, como proceder? São estas algumas das perguntas cujas respostas estão longe de bem resolvidas. Serve a presente comunicação, essencialmente, como uma tentativa de questionamento e reflexão sobre o assunto.

Palavras-Chave

Decolonialidade; património; cidade; memória.

Decolonialidade e Património

Nos últimos anos, e um pouco por toda a Europa, determinados eventos têm vindo a problematizar a gestão e conservação do património⁵ relacionado com a história colonial europeia, manifestando-se por

⁴ Peralta, E. (2017). Lisboa e a Memória do Império- Património, Museus e Espaço Público (Outro Modo/ Le Monde diplomatique – edição portuguesa ed.).

⁵ É importante referir que será aqui dada particular atenção ao património cultural material (móvel e imóvel) nos espaços públicos, nomeadamente a estatúária.

marcações ou derrubes conduzidos anonimamente ou em grupo. O presente artigo procura explorar a ligação entre a crítica decolonial e o património colonial através da análise de alguns destes eventos ou “ocorrências”, com base na pesquisa realizada para a dissertação “A Decolonialidade no Contexto Museológico: Restituição e Metamuseu”⁶.

Uma das principais motivações associadas a este questionamento crítico- e que acompanha muitos dos protestos e reivindicações- prende-se com a evocação de uma descolonização da história. Perceber em que consistem estas linhas de pensamento ajudará na compreensão desta problematização crescente. O principal conceito a ter em conta será o conceito teórico-prático de decolonialidade, múltiplo e orgânico, que surgiu no contexto intelectual da América de Centro e do Sul em finais do século XX e inícios do século XXI. Para a decolonialidade, o colonialismo é encarado como algo que exerce a sua influência num plano mais internacional e complexo, e aplicado à perspectiva crítica abre novos caminhos de reflexão e questionamento. Manuela Leda (2015), ao analisar comparativamente o pensamento de Chakrabarty (póscolonial) e de Mignolo (decolonial), enfatiza as ligeiras nuances perspéticas que acabaram por dar origem à criação de um “novo” grupo que ficou conhecido como Modernidade/Colonialidade, através do qual a “. . . crítica

⁶ <https://hdl.handle.net/10216/146441>

ao eurocentrismo teórico das ciências sociais ganha . . . a sua configuração mais recente.” (Leda, 2015, p. 112). Segundo a autora, a associação surgiu em 1998 após o desmembramento do Grupo de Estudos Subalternos, formado em 1992, que, entretanto, haveria tentado pela primeira vez “. . . organizar um debate interdisciplinar acerca da historiografia e das perspectivas subalternas latino-americanas” (p. 112). Baseado em cânones ocidentais pós-estruturalistas e pós-modernistas (Foucault e Derrida), o grupo recém-formado dividiu-se entre aqueles que “. . . consideravam a subalternidade como parte ou continuidade dessas abordagens. . . e aqueles que reivindicavam maior radicalidade da crítica anti-eurocêntrica e, por conseguinte, uma ruptura com o esquema epistémico ocidental.”. Estas divergências teóricas contribuíram para a criação do projeto da decolonialidade (Leda, 2015, p.112). É esta assumida vontade de rutura com o esquema epistémico ocidental que faz dos processos de contestação decoloniais associar-se a uma radicalidade mais pronunciada. Para além de se moverem para desconstruir as estruturas coloniais, comprometem-se, principalmente, em expor como tal é impossível sem que essas estruturas colapsem ou, pelo menos, sofram profundos reajustes.

Por este motivo, a intenção decolonial está profundamente enraizada na questão da formação do conhecimento, procurando

instaurar, no estudo da temática da modernidade, um foco mais direcionado a outros períodos e geografias: enquanto o póscolonialismo se refere principalmente aos séculos XIX e XX, a decolonialidade concentra-se na atividade das invasões europeias do século XV em diante, nas geografias que passaram a ser conhecidas como “as Américas” (Bhambra, 2014, p.115). Assim, entender o processo crítico da modernidade colonial- que inclui perceber de que maneira o colonialismo é subproduto da modernidade- inclui prestar atenção aos impérios espanhol e português do séc. XV. O foco nestes impérios baseia-se na proposição de que o fluxo de riqueza do “Novo Mundo” para o “Velho”, das economias de plantação, foram impulsionadores-chave da modernidade europeia, a par do fluxo de pessoas, ideias, tecnologias, patogénios e novas plantas e espécies de animais (Sheperd, 2018, p.3-4). O colonialismo é então apresentado como uma instituição económica e política paralela ao nascimento da modernidade e, longe de se tornar um “epifenómeno”, um sintoma, torna-se a sua “inescapável” outra “face”, normalmente negada nas narrativas convencionais sobre a modernidade (Sheperd, 2018, p.4). Por outras palavras, a colonialidade é constitutiva da modernidade: “não há modernidade sem colonialidade” (Mignolo, 2008, citado por Sheperd, 2018). Foi através dessa primeira vaga de expansão colonial na América que a modernidade se pôde formar, perpetuada nos

séculos posteriores pela atividade de outras potências. Mesmo após o colonialismo como ordem política explícita ter sido destruído, a teoria decolonial considera que a colonialidade é a forma mais geral de dominação no mundo hoje. Não se forma como a única condição ou modo de exploração e dominação, mas durante quinhentos anos foi o seu enquadramento principal. Como desenvolve o pensador peruano Aníbal Quijano, as relações coloniais de períodos anteriores provavelmente não produziram as mesmas consequências e, acima de tudo, não foram a base de nenhum poder global (Quijano, 2010, p. 24). Não será, assim, possível haver pensamento moderno sem colonialismo (p.25), pois existe uma estreita relação entre a formação da sociedade moderna e o desenvolvimento e atuação colonial, que não pode ser estudada em separado. A modernidade e o colonialismo estão intrinsecamente associados.

Alargando as balizas geográfico/temporais do colonial acaba-se por enfrentar o fenómeno de braços abertos para outro nível de complexidade. Paralelamente, o reenquadramento geográfico/temporal vai tornar a decolonialidade um conceito particularmente interessante do ponto de vista português e, no âmbito cultural, relevante para o debate

sobre o período dos “Descobrimentos”⁷ e narrativas a ele relacionadas. Porém, as ligações que poderão ser estabelecidas através da visão crítica sobre património colonial está longe de se cingir a um único país. É, na verdade, bem transnacional.

O debate sobre a permanência de determinado património no espaço público tem vindo, nas últimas décadas, a intensificar-se. São poucas as vezes em que o assunto da sua remoção/relocalização não é gerador de dissidência, não só na esfera pública como também no cômputo mais especializado de peritos dos museus, curadores, historiadores, críticos ou artistas, fomentando argumentos de inegável extensão e complexidade. Na maioria das vezes, o debate é consequência das ocorrências que problematizam a gestão e a conservação do património (figura 1). Noticiadas com relativa frequência e consequência de protestos e manifestações, apresentam padrões no que toca a que tipo de património é considerado alvo, ainda que com as devidas nuances e particularidades: muitas das estátuas evocam o período de expansão marítima e colonialismo dos últimos séculos, trazendo para primeiro plano nomes que participaram, direta ou indiretamente, nessa rede, pondo em causa a legitimidade da sua permanência em espaço público.

⁷ O termo “Descobrimentos” é aqui adotado por ser o mais conhecido para referenciar a ação colonial portuguesa do séc. XV- XVI.



Figura 1 - Colombo é alvo de marcações de protesto

Fonte: <https://tvi24.iol.pt/fotos/internacional/estatua-de-cristovao-colombo-substituida-no-mexico/613744a10cf279ce41d8b03f>

Longe está o debate sobre o património colonial de se restringir a quaisquer fronteiras. Destaca-se em particular o movimento *Black Lives Matter* que, apesar de iniciado no contexto americano, veio a adquirir crescente influência e adesão internacional desde os primeiros sinais de vida em 2013, muito graças à capacidade de difusão da Internet. Com a missão de trabalhar para “curar o passado, re-imaginar o presente, e

investir no futuro”⁸, o movimento ganhou força através de uma rede interseccional e complexa que se estendeu a vários países, organizada em marchas de protesto contra a discriminação racial e a violência policial. Em alguns casos, os protestos nas ruas testemunharam intervenções diretas sobre estatuária celebratória pública que nem sempre retiveram contornos graduais. O caso mais mediático aconteceu no mês de junho de 2020 em Bristol, Inglaterra, quando a estátua de Edward Colston (figura 2) - nascido em Bristol no ano de 1636- foi derrubada, marcada e atirada ao rio no seguimento de um de vários protestos despoletados pela morte de George Floyd. Homem de negócios e político influente, enriqueceu através do investimento no comércio de escravos, facto que explica a sua adesão à Royal African Company da qual foi diretor entre 1689 e 1690. Para além de membro do parlamento da cidade (1710-13), a sua influência perene derivou também da doação da fortuna considerável a escolas, igrejas ou hospitais, não só na cidade natal, mas também em Londres e outros lugares de Inglaterra.⁹

⁸ Esta missão é apresentada no site oficial do movimento: <https://blacklivesmatter.com/transparency/>

⁹ Ver: Edward Colston <https://www.britishmuseum.org/collection/term/BIOG133284>



Figura 2 - Estátua de Colston em Bristol, imóvel desde 1895.

Fonte: <https://www.bbc.com/news/uk-england-bristol-52955868>

Tendo em conta que Colston foi agente ativo num período especialmente marcado pelo comércio transatlântico de escravos, é quase direta a ligação que se estabelece entre o político e mercante britânico e o clima de revolta anti-racista da multidão que decidiu agir, literalmente, pelas próprias mãos naquele dia de protestos em junho na cidade do sul

de Inglaterra. Jack Grey (2020), num artigo para a BBC dessa semana, reporta esse momento:

...havia uma clara frustração na multidão de domingo, em parte porque a estátua ainda se encontrava ali no ano de 2020, mas também porque havia sido apenas coberta para o protesto. A cobertura de lona, que já havia sido alvo de arremesso de ovos, foi arrancada com algumas pessoas a dizer que queriam olhar o homem nos olhos. Cordas foram amarradas em volta do monumento de bronze e o processo de remoção começou. . . . três manifestantes subiram para a estátua de modo a prender duas cordas em torno da cabeça. Trinta segundos depois, Colston estava no chão. Muitos saltaram na estátua caída, outros, enquanto seguravam uma bandeira do Black Lives Matter, subiram para o plinto vazio ... a multidão ainda não tinha acabado. A estátua foi arrastada até o porto de Bristol e lançada ao rio (Grey, 2020).

Para além disto, os protestantes cobriram a superfície da obra de arranhões (figura 3), deixaram-na com um buraco na nádega esquerda e sem o bastão, e também lhe pintaram as mãos e cara com tinta em spray vermelho vivo, “...significando o sangue das suas vítimas...” (Olusoga, 2020), para além de escreverem no casaco a palavra *prick*¹⁰, a grandes letras azuis. A estátua foi depois recolhida do rio pelas autoridades, cerca de quatro dias mais tarde, e a sua condição foi estabilizada por conservadores do museu da cidade- que decidiram preservar os *grafitti*

¹⁰ O termo, traduzido vagamente, significa “imbecil” ou “idiota”.

(Olusoga, 2020). Na opinião do historiador David Olusoga (2020), o *grafitti* que agora se encontra na superfície de Colston é tão historicamente significativo como a própria objeto. Neste seu novo estado, a estátua já não é capaz de desempenhar a função para a qual foi criada, pois agora já não é um memorial para um comerciante de escravos, mas sim uma relíquia poderosa da época em que sociedade acreditava que era aceitável homenagear um comerciante de escravos (Olusoga, 2020). Acrescenta que, se aos futuros historiadores lhes for solicitado um objeto que represente o tumultuoso verão de 2020, Colston, “com as suas cicatrizes de batalha e grafitti Warholesco”, será o principal candidato.



Figura 3 - Protestantes empurram Colston.

Fonte: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jul/12/as-colstons-statue-lies-forlorn-in-a-lock-up-bristol>

Um mês depois do ocorrido, o plinto da figura que se erguera desde o século XIX sobre o “The Center” viu-se ocupado por um novo objeto: a obra de resina e aço do artista britânico Marc Quinn (figura 4), intitulada *A Surge of Power (Jen Reid)* (2020). A escultura retrata uma das protestantes - Jen Reid- que ajudou no momento do derrube (Bland, 2020), e cuja imagem chegou a Quinn através do Instagram. Inspirando-se na sua pose, o artista recriou-a em estúdio através de um processo que envolveu 201 câmaras e scanners 3D (Emelife, 2020).

Instalada no local onde à margem das autoridades e com a ajuda de uma equipa, Quinn considerou o esforço um dever, considerando que Reid criara a escultura logo quando se colocou no plinto e ergueu o braço no ar, um gesto que agora se cristalizava (Bland, 2020).

Esta opinião parece ser partilhada pela própria Jen Reid, que, em relação à possibilidade de existir algum problema com um “artista branco” estar por detrás desta obra em particular, considera “. . . não ser sequer uma questão”, pois não importa “a cor” dos aliados da causa quando Quinn “. . . fez algo para representar o BLM [Black Lives Matter] e manter a conversa ativa” (Bland, 2020).



Figura 4 - Jen Reid em frente à obra de Marc Quinn

Fonte: <https://www.theguardian.com/world/2020/jul/15/edward-colston-statue-replaced-by-sculpture-of-black-lives-matter-protester>

A intenção por parte de Quinn de assumir a intervenção artística como prática de protesto é clara, enfatizando a importância do espaço público para tal: “...O melhor da esfera pública é que é muito democrática e acessível. Os museus podem ser espaços de elite. Isto atinge todos”

(Emelife, 2020). Para além disso, considera o racismo “um vírus”, e espera que a escultura continue o diálogo, seja um condutor de energia, acrescentado que “o silêncio branco é violência” (Emelife, 2020). Não obstante, as opiniões sobre a intervenção artística deram azo a uma polémica formada, por um lado, por apologistas que viram na ação de Quinn “um ato de solidariedade” e, por outro, “um perigoso ato de colonialismo que prejudicou o movimento BLM” (Archive of Destruction, s.d). O artista britânico Thomas Price é da opinião que uma aliança genuína para com a causa teria sido dar apoio financeiro e facilidade de produção a um artista “novo, local e negro” para realizar esta substituição do temporária (Price, 2020).

Independentemente da opinião pública gerada, *A Surge of Power (Jen Reid)* foi retirada do local pelo Concelho da Cidade de Bristol a 16 julho, menos de 24 horas após ter sido instalada. Para o político Priti Patel, o derrube de Colston foi “vergonhoso” pois tornou-se uma distração da causa dos protestos, informando que a polícia confirmara uma investigação para o “ato de dano criminal” (“Edward Colston”, 2020). Na opinião do presidente da câmara de Bristol, Marvin Rees sabia que a remoção da estátua traria opiniões diversas, mas foi “importante ouvir aqueles que encontravam na estátua uma afronta à humanidade” (“Edward Colston”, 2020). Por sua vez, Olusoga considera que a estátua

deveria há muito ter sido retirada, uma vez que “. . . as estátuas servem para dizer “Este foi um grande homem que fez grandes coisas.”, o que não é verdade, pois [Colston] foi um traficante de escravos e um assassino.”” (“Edward Colston”, 2020).



Figura 5. Os grafitti no Padrão.

Fonte: <https://www.publico.pt/2021/08/08/local/noticia/padrao-descobrimentos-vandalizado-mensagem-ingles->

No seguimento do debate sobre os impérios coloniais da história europeia, é pertinente mencionar o caso de Portugal e a relevância dada ao período dos “Descobrimentos”, a todos os mitos e narrativas circundantes que ajudam a construir parte da identidade do país. Tal como aconteceu com Colston em Bristol, também no território nacional decorrem eventos que problematizam a estatuária celebratória pública. Um exemplo recente aconteceu com o Padrão dos Descobrimentos (figura 5), em agosto de 2021, quando a sua superfície apareceu marcada por um *grafitti* de 20 metros de extensão onde se podia ler “Blindly sailing for monney [sic], humanity is drowning in a scarllet [sic] sea lia [sic]”¹¹. Segundo a diretora do Padrão, Margarida Kol Carvalho, “Esta não foi a primeira vez que foi registado um ato de vandalismo a obras com valor histórico. Quer o Padrão, quer a Rosa-dos-Ventos . . . já foram alvo de ações deste género . . . a conservação e manutenção do espólio é um “trabalho contínuo e difícil” . . .” (Polónio & Vasconcelos, 2021).

¹¹ Ver: Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, vandalizado com mensagem em inglês (8 agosto 2021). *Observador*. <https://observador.pt/2021/08/08/padrao-dos-descobrimentos-em-lisboa-vandalizado-com-mensagem-em-ingles/>



Figura 6. Vieira

Fonte: <https://observador.pt/2020/06/11/descolonizacao-estatua-de-padre-antonio-vieira-em-lisboa-foi-vandalizada-com->

Paralelamente, em junho de 2020, a estátua do Padre António Vieira presente no largo Trindade Coelho em Lisboa apareceu com a cara pintada a tinta vermelha, assim como marcações em forma de coração nos peitos das três crianças indígenas que o acompanham. No plinto lia-se a palavra “descoloniza” (figura 6).

A polémica levantada¹² serviu de mote para, mais uma vez, se pensar qual o papel que a estatuária pode assumir em contexto público. Como a historiadora da arte e curadora Mariana Pinto dos Santos (2022) relembra, há sentidos¹³ que a estatuária carrega para além dos adquiridos pela leitura imediata, estudados em três níveis que acompanham a leitura iconográfica de uma estátua: o significado primário, o secundário e o intrínseco. O primeiro prende-se apenas com identificar um homem vestido de padre com três crianças semi-nuas a seus pés (Santos, 2022), enquanto o segundo se relaciona com a identificação das figuras representadas- as crianças ameríndias e o padre Vieira. O significado mais complexo é o terceiro, o significado intrínseco, ligado a narrativas da história e a construção de identidades, como por exemplo a representação de uma visão benigna do colonialismo português por intermédio da figura do Padre Vieira, apresentado como protetor das crianças e defensor dos direitos humanos (Santos, 2022). Ou seja, a estátua para uns é símbolo de uma época gloriosa e humanista da história portuguesa, ao passo que para outros simboliza uma narrativa colonialista. Atendendo ao conjunto destes três significados, o termo “vandalismo” aplicado nestas ocasiões

¹² Ver: "Descoloniza". Estátua de Padre António Vieira, em Lisboa, foi vandalizada (11 junho 2020). *Observador*. <https://observador.pt/2020/06/11/descolonizacao-estatuade-padre-antonio-vieira-em-lisboa-foi-vandalizada-com-dizeres/>

¹³ A autora apoia-se no trabalho de Ângela Barreto Xavier- que por sua vez se debruça sobre o de Erwin Panofsky.

adquire contornos mais complexos que, para Mariana Pinto dos Santos (2022), a história da arte tem o dever de refletir “. . . enquanto disciplina que muito contribuiu para o reforço de mitologias nacionais e para uma narrativa eurocêntrica”. Servindo-se da sua “interdisciplinaridade” e de ferramentas como a análise iconológica, é relevante que contribua para a compreensão, contextualização e diferenciação de atos de vandalismo não só em Lisboa como noutros países, pois é um debate transnacional, assim como os mitos das vantagens da colonização, que ultrapassam “fronteiras e cronologias” (Santos, 2022). Assim, a estátua de Vieira, erguida em 2017, funcionou como “momento-chaneira”, “ponto de saturação” que levou a um processo de consciencialização de que há muito se convive com a função celebratória de monumentos erguidos ao que não é mais suscetível de se celebrar (Santos, 2022). As reações em defesa do monumento são sintoma dessa naturalização, desse convívio, dessa dificuldade em questionar e ler iconograficamente a estátua para lá da mera identificação do representado (Santos, 2022).

Porque é, então, relevante esta discussão sobre a permanência e o significado de determinado património no espaço público? Explorando mais a fundo o significado intrínseco, é crucial associar ao debate crítico a noção de memória coletiva como dimensão que não faz das estátuas “apenas estátuas”. É visível na presença repetida de figuras como

Colombo, Colston ou o Padrão dos Descobrimentos, um veículo direto para construções partilhadas do passado que, se postas em causa ou reforçadas, têm impacto no panorama cultural e social. É por isso que estátuas “não são apenas estátuas”, que a obra se feche a interpretações e contextos únicos. Como defende Mariana Santos (2022):

Dizer que a obra de arte tem de ser historicizada não é colocá-la num ponto fixo da história e fechá-la à contemporaneidade, porque a história não é . . . um desfiar linear de acontecimentos nem a narração do progresso. O tempo histórico e a memória colectiva são heterogéneos e complexos, e os objectos do passado agem no presente. Como escreve Francisco Bethencourt, «a flexibilidade e a mutabilidade da memória colectiva reflectem as diferentes conjunturas políticas, económicas e sociais, pois as formas de conceber o passado estão sempre ligadas à compreensão do presente e à orientação para o futuro. [...] A memória colectiva [...] não funciona por acumulação linear de experiências (que aliás não são as mesmas para toda a população), mas sustenta-se e reorganiza-se através de processos de esquecimento e de recuperação [...]» (Bethencourt, 1999, p. 480).

Elsa Peralta (2017), na sua obra *Lisboa e a Memória do Império: Património, Museus e Espaço Público*, explora a fundo a noção de “memória coletiva” e de “complexo de memória” para refletir sobre a

paisagem e símbolos da capital portuguesa. A análise¹⁴ insere-se no estudo das chamadas cidades globais, “. . . herdeiras de arranjos espaciais e de morfologias sociais institucionalizadas pelo colonialismo moderno.” (Peralta, 2017, p.10-11). A Europa e, naturalmente, os seus centros urbanos, é moldada pela experiência colonial na qual o passado colonial está presente de muitas maneiras, visíveis ou não, incorporado “. . . na cultura material, em monumentos, na arquitetura, bibliotecas, arquivos e coleções de museus... mas também nos fluxos contínuos de bens, imagens e pessoas...” (L’Estoile, 2008, citado em Peralta, 2017, p. 11). O império perpetua-se no espaço público e não chega a morrer, sofrendo transformações e metamorfoses, pois tem uma “pós-vida” que se manifesta através de uma série de práticas, subjetividades e discursos (Peralta, 2017, p 15-16). Importa, assim, “. . . transportar os impactos duradouros do império para a paisagem pós-colonial europeia para, a partir desse lugar, colocar um conjunto de questões centrais: o fim da dominação colonial foi capaz de dissolver as representações e as práticas associadas ao imperialismo?” (Peralta, 2017, p.15-16). Para pensar esta relação império/metrópole é necessário um paradigma diferente,

¹⁴ O período cronológico no qual a autora se foca é Portugal pós-colonial, “. . . no contexto da negociação de novos posicionamentos simbólicos de Portugal no espaço europeu e no mundo lusófono...” (Peralta, 2017, p.10). Após um enquadramento geral sobre os conceitos, a autora faz a análise da “memória do império” através de casos específicos que compõem o espaço público de Lisboa: Belém, Museu do Oriente e Monumento aos Combatentes (p. 25).

atualizado, “. . . que acesse o problema das representações do passado imperial com o quadro das migrações globais, com a tensões raciais na antiga metrópole imperial, com a reafirmação dos nacionalismos...”(Peralta, 2017, p.16). Para isso, é preciso considerar a questão da descolonização na vida política e nas identidades nacionais das antigas metrópoles (p.16). Este paradigma associa-se à necessidade de considerar as influências da experiência colonial nas paisagens europeias hoje, e como estas se entrelaçam com a experiência dos seus habitantes e suas vivências. É pertinente olhar para a estátua do Padre António Vieira, por exemplo, e não ignorar as conotações associadas ao seu “vandalismo” ou ao seu “ativismo”.

Para melhor entender como é uma questão que afeta a sociedade como um todo compreenda-se, assim, a conceção de “memória coletiva” (Peralta, 2017, p.18 - 24). Para Peralta, é um processo social ativado através de narrativas oficiais e incorporado mediante práticas partilhadas, que resulta da intersecção entre o público e o privado, não sendo nem fixo nem monolítico porque retém representações e práticas do passado que se recompõem à luz das exigências do presente (p.18)¹⁵. A

¹⁵ Para melhor entender como o passado se perdura a partir do presente a autora apoia-se na conceção memória de Halbwachs: Memória é “. . . coisa do presente: uma reconstrução seletiva do passado vivido a partir dos “quadros” de recordação do presente. Não se trata de recapturar o passado “tal como aconteceu”, mas de aprender os variados e complexos “determinantes” sociais, históricos e ambientais que enquadram a recordação (presente) do passado. Nesse sentido, o que

memória é “... passado que perdura, embora atualizando-se.” (p. 18). Os atos de memória são, assim, inevitavelmente políticos, motivados por leituras ideológicas do passado e a elas se remetendo constantemente (Peralta, 2017, p.19). Esta memória coletiva vai-se manifestar materialmente no espaço público através do património e dos museus, que selecionam a memória através de políticas de conservação e musealização, organizando-a e tornando-a visível no espaço através de narrativas expositivas (Peralta, 2017, p.20). É, portanto, por esta via que as paisagens urbanas europeias são relevantes de serem debatidas, e as ações exercidas sobre os seus elementos adquirem um peso particular na experiência e vivência desses espaços. As cidades tornam estes lugares de memória cruciais para a formação da sua identidade através da estratégia de formar complexos de memória, recorrendo à sincronização dos diferentes elementos temporais do espaço e da combinação de diferentes componentes paisagísticos e monumentais (Peralta, 2017, p.23). Na “cidade da memória coletiva” o novo convive com o velho, o local com o global e múltiplos passados com múltiplos presentes, produzindo uma “imagem ideal” composta por inúmeros componentes. (Peralta, 2017, p.23). Os complexos de memórias:

importa analisar é o contexto . . . em que os eventos do passado são recordados- ou seja, activados enquanto memória- bem como os “horizontes de expectativa” para os quais essas recordações se projectam.” (Halbwachs, 1992, citado em Peralta, 2017, p. 18)

...fornecem as ideias de senso-comum sobre o passado, as quais, sendo profundamente resistentes à mudança, são também altamente maleáveis e adaptáveis a novas exigências representacionais. Nesse sentido. . . sustentam identidades bastantes estáveis, pois ainda que a sua estrutura possa ser relativamente solta, os elementos que a compõem detêm uma tonalidade emocional comum, que é referida como uma identidade, se bem que não a uma unidade. (Peralta, 2017, p. 23-24).

É a partir deste enquadramento que Lisboa é pensada enquanto complexo de memória, uma vez que concentra no seu espaço físico um conjunto de elementos simbólicos e materiais que remetem à expansão marítima e império português, cultivando a representação e “afeto” da cidade como antiga capital do império, agora concebida como cidade global pós-colonial (Peralta, 2017, p.24). É dado especial ênfase à zona de Belém¹⁶ (figura 7), onde se juntam numa distância geográfica relativamente pequena o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém, a Praça do Império e o Padrão dos Descobrimentos, para além de jardins como o Jardim da Torre de Belém, Jardim Vasco da Gama ou o Jardim e a

¹⁶ Porquê Belém? Peralta (2017) considera Belém “...um lugar de memória exemplar por juntar e sincronizar, num só espaço, tantas camadas de tempo. [os monumentos e símbolos] no conjunto, formam um “complexo de memória” que toma o passado imperial português como eixo articulador embora nele estejam subsumidas outras versões da identidade nacional.” (p.65). O complexo de memória foi sendo desenhado com o tempo e é o resultado “do contacto” entre diferentes agentes institucionais. “Trata-se, portanto, de um lugar de memória muito mais fragmentado do que as sucessivas idealizações do passado nacional levam a crer.” (Peralta, 2017, p.113)

Praça Afonso de Albuquerque. Estes locais contribuem para transformar a zona num complexo de memória associado à experiência imperial portuguesa, pois funcionam como uma síntese simbólica da identidade nacional na qual a figura do império é central (Peralta, 2017, p.65).



Figura 7. Zona de Belém

Fonte: <https://www.iatiseguros.pt/blogiati/que-ver-belem/>

Os lugares de memória, independentemente de se concordar ou não com a legitimidade das representações que os compõem, são parte

integrante da paisagem da cidade. Não obstante, a sua presença está longe de ser consensual ou objetiva, em termos sociais e políticos, como se vê pelos exemplos de polémicas mencionados no decorrer deste texto. Os complexos de memória, ainda que sejam estruturas de continuidade e de forte pendor afectivo, mediante as quais a comunidade histórica sucessivamente se actualiza e recria (Peralta, 2017, p. 65), são também os lugares a partir dos quais é feita uma reflexão em torno do passado-também colonial- português e das suas consequências, nomeadamente as “feridas” do colonialismo português (Peralta, 2017, p. 114). Ainda que o recurso memorial do império para formar a identidade nacional permaneça resistente a diferentes interpretações, não deixa de poder ser criticado e debatido. O debate tem vindo a ser crescentemente polarizado, com um lado a clamar pela descolonização da história e da memória do país e o outro a defender intransigentemente o “património sagrado” dos primeiros descobridores e a integridade da memória imperial.” (Peralta, 2017, p.111). Na opinião da historiadora Patrícia Marcos:

Convém não naturalizar nenhum monumento e nunca deixar de questionar o intuito que servem ... assim como a decisão política um dia teve o poder de colocá-los num determinado lugar, a decisão política pode também, no futuro, retirá-los. No entanto, se os decisores políticos insistirem em não compreender esta dinâmica, parece-me natural que os cidadãos de uma sociedade

democrática e plural tomem a iniciativa de se fazerem ouvir, intervindo e questionando os monumentos Assim como as nossas interpretações do passado histórico são suscetíveis de mudança, os nossos monumentos também o são. . . (Ribeiro, 2020).

Para Marcos, as estátuas não nos ensinam nada por si só, visto que funcionam como telas e veículos ideológicos, que precisam de um contexto (Ribeiro, 2020). Para além disso, a estatuária permite compreender o que os historiadores chamam de “contingência”, ou seja, que os significados não são fixos no espaço e no tempo e o valor atribuído à figura não é estanque. A escolha de representar uns “heróis” em detrimento de outros é uma decisão consciente. Pegando no exemplo de Vieira, a escolha de “heróis nacionais” implica um “exercício de valorização retrospectiva.”, elegemos somente certos protagonistas e preterindo outros “em função de intuitos ideológicos do presente” (Ribeiro, 2020). Géraldine Schwarz (2020), ao refletir acerca da herança nazi no espaço alemão, partilha da mesma opinião, ainda que o contexto seja diferente: os monumentos materializam valores, são a causa de se construir memoriais a algumas partes da história e ignorar outras, “. . . incorporam as ideias que escolhemos promover, na esperança de nos lembrar a nós mesmos e aos nossos filhos que essas ideias foram incorporadas por homens e mulheres corajosos” (Schwarz, 2020).

Eis, portanto, o exercício de questionar a importância destes processos disruptivos¹⁷, que nunca foram pacíficos, nos símbolos e figuras do colonialismo (Ribeiro, 2020). No que toca à questão de realocização/remoção de património no espaço público, alguns consideram que a destruição ou remoção da estatuária faz tanta parte do processo histórico quanto a sua implantação (Ribeiro, 2020). Para a historiadora, o passado foi bem mais “humano, falível, incompleto e complexo” e, por isso, é necessário “abraçar” o desconforto e o debate, “... perceber que, apesar de termos crescido em plena democracia, não deixámos de ter uma educação colonial.” (Ribeiro, 2020). Em relação a este último fator, a autora não advoga a culpa individual em relação a essa às lacunas que possam existir nessa educação: “... mau é recusar a voz e a escuta, rejeitar esse processo de aprendizagem. A história também é um direito de representação” (Ribeiro, 2020). Acrescenta, ainda, que o debate deve ser “público, político, académico e inclusivo”, pois importa criar espaço para novas vozes e narrativas em direção a imaginários novos, “... capazes de recuperar um passado mais polifónico e projetar um futuro mais plural para todos.” (Ribeiro, 2020).

¹⁷ Na opinião de Patrícia Marcos, “Há uma componente subliminar de raça e género neste discurso do vandalismo. Por isso, é importante questionar estas narrativas. Os mesmos poderes públicos que decidiram colocar a estátua de Vieira naquele local, em 2017, por ajuste direto e sem consulta da população – tendo impedido o debate e negado espaço à articulação de vozes dissonantes – têm o poder de determinar que as manifestações de resistência contra aquele monumento correspondem a ações de “vandalismo” (Ribeiro, 2020).

Ainda que o debate do património colonial resulte na publicação de inúmeros textos e incentive palestras ou debates mais mediáticos, em termos práticos a maneira como se lida com as consequências dos atos de protesto sobre as obras é, também, complexa e diversa. Por isso, a prontidão em encontrar soluções consensuais é escassa, tendo em conta que os pareceres são ligeiramente diferentes no valor atribuído ao património em causa. No caso do Padrão dos Descobrimentos, por exemplo, ainda que a controvérsia não se tenha poupado, a limpeza do monumento foi rápida- só a documentação fotográfica do sucedido prova a existência da frase pintada a vermelho. No fundo, o ato acabou por ser facilmente desfeito. Já em casos como o de Colston em Bristol, a integridade da obra foi severamente danificada por ter sido derrubada, marcada, e atirada ao rio. Como proceder, a nível institucional, quando existe uma necessidade clara de decisão acerca do destino da obra? Claramente, após a magnitude do ato da literal remoção da obra do seu local habitual, há a necessidade de ponderar como se procede a partir daí: Volta-se a colocar Colston no plinto ou muda-se permanentemente de lugar? E, se sim, para onde?

Com o intuito de procurar resposta a estas questões, o Museu de Bristol acomodou uma exposição temporária após os protestos que, para

além de conter a estátua do político inglês¹⁸ - agora sem plinto - disponibilizou um **questionário** elaborado pela *We Are Bristol History Commission*¹⁹ e **direcionado à população visitante**²⁰. Os resultados dessa pesquisa foram lançados a 3 fevereiro de 2022 em forma do relatório, intitulado *The Colston Statue: What Next?* e incluem uma análise estatística dos pareceres do público. O documento foi criado da colaboração entre a *We Bristol History Commission*, o *Bristol City Council Consultation and Engagement* e o Museu M. Shed (Burch-Brown et al., 2022, p.4), e pretende-se que os resultados sejam partilhados com o governo local para ajudar a decidir quais os passos a tomar em relação à estátua que agora jaz nas instalações do Museu M'Shed.

Das respostas recolhidas, 80% consideravam que a estátua de Colston deveria ser exibida num museu de Bristol, 71% estavam a favor de adicionar ao plinto uma placa que refletisse os eventos do dia 7 junho 2020, 58% concordavam com o uso do plinto para obras de arte ou esculturas temporárias e, por fim, 56% diziam sentir-se positivos em relação ao derrube da obra (Burch-Brown et al., 2022, p. 8-9). De um ponto de vista geral, a estatística apontou dois grandes grupos, ainda que

¹⁸ Ver: <https://exhibitions.bristolmuseums.org.uk/the-colston-statue/>

¹⁹ Em setembro 2020 o Presidente Câmara de Bristol aprovou a criação do grupo independente *We Are Bristol History Commission*. Ver site do grupo aqui <https://www.bristol.gov.uk/council-and-mayor/policies-plans-and-strategies/we-are-bristol-history-commission>

²⁰ Ao qual responderam 13 984 pessoas.

estes se desdobrem em respostas mais específicas (Burch-Brown et al., 2022, p. 14-15): um lado considerou o derrube de Colston uma oportunidade positiva, ao passo que o outro considerou o derrube um evento negativo. Não obstante, a conclusão a que chegaram os autores do relatório foi que a cidade estava, no geral, de acordo, uma vez que a maioria considera que o melhor lugar para a estátua ocupar, agora, era o museu da cidade e que o plinto deveria permanecer com uma nova placa, para além de se tornar espaço para acolher o debate contínuo. (Burch-Brown et al., 2022, p.26).

Destaca-se uma secção do documento em particular na qual os autores fazem seis recomendações para o futuro, não só relativamente a este caso em específico, mas num contexto mais geral (Burch-Brown et al., 2022, p.17-19). Das seis recomendações destacam-se duas. A primeira recomenda que Colston entre para a coleção permanente do Conselho de Museus da Cidade de Bristol²¹, seguida da preservação da estátua no seu estado atual e exposição da mesma acompanhada de uma apresentação contextualizada e dinâmica da história, incluindo informação acerca do contexto das pessoas africanas escravizadas. (Burch-Brown et al., 2022, p.17). Para além disso, em relação ao plinto vazio, os autores

²¹ Rede de museus grátis composta pelo *Blaise Museum, Bristol Museum & Art Gallery, Bristol Archives, The Georgian House Museum, Kings Weston Roman Villa, M Shed* e *The Red Lodge Museum*. Ver <https://www.bristol.gov.uk/residents/museums-parks-sports-and-culture/museums-and-galleries>

recomendam que permaneça no mesmo local com as suas placas originais, agora acompanhadas pela instalação de uma nova placa informativa que brevemente explique quando e porquê de a estátua ter sido colocada ali e, posteriormente, retirada. Eis o texto que recomendam para a nova placa:

No dia 13 Novembro 1895, a estátua de Edward Colston (1636 - 1721) foi inaugurada aqui em celebração do seu estatuto de benfeitor da cidade. Em finais do século XX e inícios do século XXI, a celebração de Colston foi sendo gradualmente desafiada, devido ao seu papel predominante na escravização de pessoas africanas. No dia 7 junho 2020, a estátua foi derrubada durante protestos do Black Lives Matter e atirada ao rio. Após conversa com a cidade, em 2021, a estátua entrou para a coleção do Conselho de Museus da Cidade de Bristol (Burch-Brown et al., 2022, p.18).

Da pesquisa levada a cabo neste relatório, os autores consideram a necessidade de desenvolver processos e práticas- locais e nacionais- que estimulem o compromisso ativo de criação de espaços públicos mais representativos, pois ao tomar decisões sobre o património contestado, os órgãos públicos deveriam desenvolver e seguir processos “... justos e transparentes, inclusivos, participativos, baseados em evidências e comprometidos com a justiça” (Burch-Brown et al., 2022, p.19). Para os autores, a história do envolvimento de Bristol com a escravização transatlântica do povo africano não é uma questão que pode ou dever ser remetida ao passado, e o derrube de Colston veio abrir a

oportunidade para que essa história seja abordada com urgência, de maneira apropriada e sensível (Burch-Brown et al., 2022, p.19)

Talvez neste exercício resida uma das respostas cruciais à questão de como pensar e proceder no âmbito da polémica em torno do património, dos símbolos coloniais que formam complexos de memória. Caberá aos agentes culturais e políticos²² desenvolverem estratégias para explorar a participação direta e o debate público? Tendo este caso de estudo em mente, será, então, válido avaliar de que modo é pertinente esta abordagem no contexto português, e quais os benefícios e necessidades de criar um espaço de questionamento e reflexão sobre a decolonização da história? As maneiras de o fazer certamente estão longe de ser consensuais e fáceis, mas, ao mesmo tempo, uma observação, mais atenta, destes atos de protesto, poderá abrir novos caminhos na reflexão sobre a paisagem urbana.

Bibliografia

Bhambra, G. K. (2014). Postcolonial and decolonial dialogues. *Postcolonial Studies* 17(2), 115-121.

<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13688790.2014.966414>

Bland, A. (15 julho 2020). Edward Colston statue replaced by sculpture of Black Lives Matter protester Jen Reid. *The Guardian*.

²² Não necessariamente a órgãos culturais e políticos, mas à aliança entre órgãos culturais e políticos.

<https://www.theguardian.com/world/2020/jul/15/edward-colston-statue-replaced-by-sculpture-of-black-lives-matter-protester>

Burch-Brown, J., Cole, T., Burton, E., Costley, N., Poole, S., Sobers, S., Tincknell, E. (2022). *The Colston Statue: What next? We Are Bristol History Commission Short Report*. B. H. Bristol. [https://exhibitions.bristolmuseums.org.uk/the-colston-statue/wp-content/uploads/sites/22/2022/02/History Commission Short Report Final.pdf](https://exhibitions.bristolmuseums.org.uk/the-colston-statue/wp-content/uploads/sites/22/2022/02/History_Commission_Short_Report_Final.pdf)

Edward Colston statue: Protesters tear down slave trader monument. (8 junho 2020). *BBC*. <https://www.bbc.com/news/uk-52954305>

Emelife, A. (15 julho 2020). 'Hope flows through this statue': Marc Quinn on replacing Colston with Jen Reid, a Black Lives Matter protester. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/artanddesign/2020/jul/15/marc-quinn-statue-colston-jen-reid-black-lives-matter-bristol>

For a Little While: Hew Locke Restoration Bristol, UK 2006. *Archive of Destruction* <https://archiveofdestruction.com/artwork/restoration/>

Grey, J. (7 junho 2020). Bristol George Floyd protest: Colston statue toppled. *BBC*. <https://www.bbc.com/news/uk-england-bristol-52955868>

Leda, M. C. (2015). Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. *Tematicas*, 23(45), 101–126. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v23i45/46.11103>

Olusoga, D. (12 julho 2020). As Colston's statue lies forlorn in a lock-up, Bristol is working out what its toppling means. *The Guardian* <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jul/12/as-colstons-statue-lies-forlorn-in-a-lock-up-bristol-is-working-out-what-its-toppling-means>

Peralta, E. (2017). *Lisboa e a Memória do Império- Património, Museus e Espaço Público* (Outro Modo/ Le Monde diplomatique – edição portuguesa ed.).

Polónio, R., & Vasconcelos, C. M (13 agosto 2021). Tinta "não impregnou". Pintura no Padrão dos Descobrimentos removida sem deixar marcas. *TSF*. <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/pintura-no-padrao-dos-descobrimentos-removida-sem-deixar-marcas-tinta-nao-impregnou-14029975.html>

Price, T. J. (16 julho 2020). The problem with Marc Quinn's Black Lives Matter sculpture *The Art Newspaper*.

<https://www.theartnewspaper.com/2020/07/16/the-problem-with-marc-quinn-s-black-lives-matter-sculpture>

Quijano, A. (2010). Coloniality and Modernity/Rationality In Mignolo, W., Escobar, A., (Ed.), *Globalization and the Decolonial Option* (pp. 22-32). Taylor & Francis.

Ribeiro, J. G. (16 julho 2020). Patrícia M. Marcos sobre estátuas, BLM e colonialismo: “Há que evitar o narcisismo do presente e a presunção da nossa eternidade”. *Shifter*. <https://shifter.pt/2020/07/patricia-marcos-estatuas-blm-colonialismo/>

Santos, M. P. (2022). As Estátuas e a História da Arte: o debate sobre vandalização de monumentos em Portugal. In *Arte e monumentos: entre o esquecimento e a memória* (pp. 172-210). Cegraf UFG. <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/20170>

Schwarz, G. (23 junho 2020). Germans know that toppling a few statues isn't enough to confront the past. *The Guardian*.

Shepherd, N. (2018). Decolonial thinking & practice. *Anthology exploring the keywords of colonial heritage* <https://keywordsechoes.com/decolonial-thinking-and-practice>

ISBN

978-989-8797-98-8